



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

RONALD DE FIGUEIREDO E ALBUQUERQUE FILHO

**Cidade, Seca e Campo de Concentração: O início da modernização
em Crato, Ceará. (1900 – 1933)**

CAMPINA GRANDE/PB, 2015.

RONALD DE FIGUEIREDO E ALBUQUERQUE FILHO

**Cidade, Seca e Campo de Concentração: O início da modernização em Crato,
Ceará (1900 – 1933).**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História - PPGH do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Mestre em História na área de História, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó

CAMPINA GRANDE/PB, 2015.

RONALD DE FIGUEIREDO E ALBUQUERQUE FILHO

**Cidade, Seca e Campo de Concentração: O início da modernização em Crato,
Ceará (1900 – 1933)**

Aprovada em 28.04.2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó
(Orientador)

Prof Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza
(Examinador Interno - UFCG)

Prof. Dr. Iarê Lucas Andrade
(Examinador Externo - URCA)

As pulgas sonham com comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico a sorte chova de repente, que chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.

Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e malpagos:

Que não são, embora sejam.

Que não falam idiomas, falam dialetos.

Que não praticam religiões, praticam superstições.

Que não fazem arte, fazem artesanato.

Que não são seres humanos, são recursos humanos.

Que não tem cultura, sim folclore.

Que não tem cara, tem braços.

Que não tem nome, tem número.

Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.

Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

(Eduardo Galeano: Os ninguéns)

Dedico esta dissertação a minha companheira, Magdala; aos meus pais, Conceição e Ronald; a meu sobrinho, Pedro (*In memoriam*); e a todas e todos os “retirantes” da seca de 1932.

AGRADECIMENTOS

Não foram dois anos de trabalho. O meu interesse por esse tema surgiu ainda na graduação, no ano de 2008 quando pagava a disciplina de História do Ceará. Muitas pessoas contribuíram de uma forma ou de outra para o seguimento desse interesse inicial até se transformar em dissertação de mestrado.

A começar, agradeço a Rúbia Micheline, minha professora na graduação e responsável, ao lado de meu colega e grande amigo Alex Alves, por me iniciar na pesquisa, me orientando e mostrando-me o quanto é satisfatório o ofício do historiador, a investigação, a busca por indícios e rastros que levam às informações, permitindo dar uma versão do que vem sendo estudado.

Agradeço ao professor Antônio Sabiá, pelas primeiras noções de como escrever um projeto e incentivo a permanecer com essa pesquisa.

Ao professor Iarê Lucas, por todo apoio, incentivo, sugestões e críticas que me deu no decorrer dessa jornada. Uma pessoa que sempre se dispôs e contribuiu bastante no transcorrer da pesquisa e período de escrita.

Aos professores da UFCG, Gervácio, Cabral, Clarindo e Alarcon, por todos os ensinamentos, leituras e discussões que contribuíram para maior compreensão teórica, criticidade e percepção mais ampla das fontes. Alarcon, meu orientador, agradeço, também, por abraçar e confiar na minha proposta de pesquisa.

Aos amigos e colegas, que sempre que puderam, me deram sugestões, fizeram críticas e me apontaram caminhos, Alex, Italo, Raimundo, Edson, Gilmara e aos demais colegas da pós-graduação.

Aos amigos que sempre quando estava bastante tenso, contribuíram para o alívio mental imediato, fazendo-me relaxar para que depois voltasse ao trabalho. Aqui são vários os nomes, não vou citá-los, mas sabem o quanto essas horas de “fuga”, ou melhor, de relaxamento são importantes, pois como diz Chico Buarque “a gente vai tomando que, também, sem a cachaça, ninguém segura esse rojão”. À minhas irmãs, Clarice, Ângela e Bartira, pelo apoio, força e imensa torcida.

Ana Lúcia de Castro, Waldemar Arraes de Farias Filho, Uberto Cabral, Jurandir Timóteo, ao ICC no nome de Emerson Monteiro (atual presidente do Instituto Cultural do Cariri), todos estes contribuindo com fontes de pesquisa, cabe aqui o meu reconhecimento.

Aos entrevistados Raimundo de Oliveira Borges, Júlia Maria do Nascimento, Expedito Laurentino, Antônio Josafran Brito de Melo, Júlia da Costa Silva, Milton Pereira e José Alves. Ao meu ex-aluno Ayrton Laurentino, por me levar a alguns desses entrevistados. Estes com suas histórias conseguiram me levar ao Campo de Concentração, fazendo-me refletir bastante sobre o funcionamento do Estado e não apenas, mas como se opera as relações interpessoais. Um importante aprendizado.

Aqui, faço a média com minha querida sogra e meu querido sogro, Fátima e Chico, por permitirem que sua filha, Magdala, fosse comigo para Campina Grande. Sem esse consentimento, não tenho dúvida que seria tudo mais difícil.

Assim sendo, um agradecimento especial a esta que sempre esteve ao meu lado, sempre me apoiando, me colocando para frente, tendo paciência, lendo várias vezes cada frase modificada no texto. Permitiu que eu focasse na dissertação enquanto ela trabalhava fora e muitas vezes, trabalhando sozinha, dentro de casa. Me confortou e me conforta sempre. Sua presença é muito importante!! É tudo mais fácil quando sei que tenho você ao meu lado.

Aos meus pais, Conceição e Ronald. A esses, todas as palavras de agradecimento são poucas. Agradeço por sustentarem, com todos os significados que essa palavra possa vir a ter, as minhas escolhas. Não foi fácil, mas nunca deixaram eu desistir. Com ou sem bolsa, eles me apoiaram e contribuíram para a concretização e realização desse desejo, que tenho certeza, não era apenas meu, mas deles também. Meu pai por cada palavra lida, crítica feita, sugestão atribuída, leituras, enfim, até me levar a algumas pessoas que pude entrevistar. Minha mãe pela cobrança – saudável - e pela paciência. Sempre que estava nervoso, preocupado ou tenso, estes me acalmavam – certo, que por vezes, eram eles que me deixavam assim. Sempre confiaram e acreditaram em mim.

Agradeço à capes pelo financiamento à pesquisa, facilitando a entrega dentro do prazo estimado.

A todos, meu reconhecimento. Sem vocês não seria possível a concretização desse trabalho.

RESUMO

O presente trabalho discute e analisa aspectos do inicial processo de modernização da cidade do Crato, localizado ao sul do Estado do Ceará, até o início da década de 1930. Levamos em consideração a mentalidade progressista em voga na virada do século XIX para o subsequente, bem como aspectos singulares encontrados nesta cidade. Enfatizamos nesse estudo a prática discursiva em torno da seca, sendo este um fator importante tanto na construção indentitária do cearense, quanto para adquirir recursos do Governo Central para supostamente minorar os efeitos causados pela estiagem. Outro ponto a salutar, é a formação do Campo de Concentração do Buriti, onde buscamos olhar tal investida do governo com criticidade, considerando aspectos políticos, sociais e da cultura local. Para tal investigação, buscamos analisar obras escritas por membros do Instituto Cultural do Cariri (ICC), os quais se dedicaram em construir uma imagem para a cidade do Crato, bem como uma identidade para seu povo; fotografias, matérias em jornais e revistas comemorativas, além de blogs, entrevistas e artigos de especialistas. Esses foram os instrumentos para averiguação e análise que utilizamos na busca por dá a nossa versão sobre essa história. Tivemos como referencial, teóricos como Michel Foucault, Roger Chartier, Michel de Certeau, Kathryn Woodward, entre outros.

Palavras-chave: Cidade, Seca, Campo de Concentração.

ABSTRACT

The present work discusses and analyzes aspects of the initial modernization of the city of Crato, located in south of Ceará, until the early 1930s. We considering the progressive mentality in vogue in the late nineteenth century to the subsequent, as well as unique features found in this city. We emphasize in this study the discursive practice around the drought, which is an important factor both in the construction of identity of natives of Ceará as to acquire resources from Central Government to supposedly reduce the effects caused by the drought. Another point to accentuate is the formation of the Concentration Camp in Buriti, where we seek out to look such a government invested with criticism, considering political, social and local culture features. For this research, we analyzed works written by members of the Cultural Institute of Cariri (ICC), which is dedicated to construction an image for the city of Crato, as well as an identity for its people; photographs, articles in newspaper and commemorative magazines, blogs, interviews and papers of experts. These were the instruments for investigation and analysis used in the search for give our version about this story. Our theoretical knowledge is based on authors as Michel Foucault, Roger Chartier, Michel de Certeau, Kathryn Woodward, among others.

Keywords: City, Drought, Concentration Camp.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Missa campal em memória às vítimas do ano 1932_____	22
Imagem 02: Renovação de Nossa Senhora da Penha na década de 1920__	41
Imagem 03: Bar Ideal Clube_____	51
Imagem 04: Estação Ferroviária do Crato _____	52
Imagem 05: Colégio Diocesano do Crato _____	54
Imagem 06: Primeiro automóvel do Crato _____	56
Imagem 07: Rua do Fogo_____	56
Imagem 08: Cassino Sul Americano _____	56
Imagem 09: Banco Cariri _____	56
Imagem 10: Usina Geradora de Eletricidade A. Costa & Meyer LTDA _____	57
Imagem 11: Planta da cidade de Fortaleza _____	80

SUMÁRIO

Introdução	13
1º Capítulo: De Vila à Cidade: o desenvolvimento urbano na cidade do Crato	27
1.1. Crato, a princesa do Cariri	27
1.2. Crato: causos e representações	36
1.3. Crato no início do século XX	45
2º Capítulo: Seca: uma construção e uma perspectiva	59
2.1. A seca de 1877: um outro olhar sobre a seca	59
2.2. Entre civilizados e transgressores: a Belle Époque fortalezense	71
2.3. A seca na cidade: um aspecto fundamental para o desenvolvimento da Urbe	81
3º Capítulo: Os limites de arame farpado não matam a fome da gente	92
3.1. A exclusão como elemento disciplinar	92
3.2. Os “currais do governo” na seca de 1932	98
3.3. O Campo de Concentração do Buriti	104
Considerações Finais	115
Referência Bibliográfica	118
Fontes	123
Anexos	124

INTRODUÇÃO

*“A cidade se encontra prostituída
por aqueles que a usaram
em busca de saída
ilusora de pessoas de todos os lugares
a cidade e sua fama vai além dos mares”.*
(Chico Science)

A produção acadêmica decorrente de estudos que enfatizam a cidade como objeto de análise vem crescendo constantemente em escala mundial. No Brasil, várias instituições de ensino superior têm em seus programas de pós-graduação ofertado espaços para que pesquisas referentes à cidade sejam efetivadas.

Essa preocupação que vem cada vez mais sendo alvo de pesquisas incentivadas pelas universidades, se dá pela complexidade e diversidade de temas que podem ser tratados nesse espaço que o dicionário Aurélio define como sendo o “complexo demográfico formado por importante concentração populacional não agrícola e dada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural”.

Os trabalhos cujo o tema trata de aspectos relevantes à cidade, ganharam mais notoriedade e maior interesse no século XX, isso porque, como afirma José D’Assunção Barros “o século XX foi, de certa maneira, ‘o século da urbanização’” (BARROS, 2007. p. 9). A virada do século XIX para o subsequente elevou substancialmente o número de pessoas vivendo na cidade. Tratando sobre as transformações ocorridas na sociedade a partir da Revolução Industrial na Grã-Bretanha, transformações estas fundamentais para “manter o novo curso revolucionário”, Eric J. Hobsbawm afirma que

O primeiro e talvez mais crucial fator que tinha que ser mobilizado e transferido era o da mão-de-obra, pois uma economia industrial significa um brusco declínio proporcional da população agrícola (isto é, rural) e um brusco aumento da população não agrícola (isto é, crescentemente urbana), e quase certamente, (como no período em apreço) um rápido aumento geral da população (HOBSBAWM, 2005. p. 76-77).

Nesse período, os espaços de convivência, bem como as relações interpessoais foram se intensificando, assim como a relação das pessoas com o espaço público e privado, tendo modificado o modo como as pessoas viviam, já que antes tinham menos contato umas com as outras, dificultado pela distância e pela precariedade

acerca do transporte terrestre. Não podemos deixar de ressaltar as contradições e antagonismos advindos nesse processo, tais como, o enriquecimento de uma pequena parcela da sociedade e o empobrecimento de uma grande maioria migrante da zona rural (onde mantinha relação paternalista com o proprietário da terra), para a zona urbana (onde possui relação paternalista com o empregador, seja ele o industrial, o comerciante ou o Estado).

Em decorrência dessa mudança no olhar sobre a cidade e das práticas nela existentes, há uma complexidade de atividades e de relações plurais que ganharam e ganham a simpatia, o interesse e o desejo de pessoas diversas em explanar seus pensamentos, suas ideias, suas reflexões em torno do que estão vendo, vivenciando, buscando compreender as mudanças ou permanências, externando seus olhares sobre o cotidiano de diversas formas, expondo em músicas, cordéis, livros científicos, literatos, fotografias, pinturas, grafites, enfim, há diversificados olhares e formas de expressá-los tendo em vista a complexidade de temas que podem ser trabalhados a partir dessa pluralidade de espaços, de pessoas, de interesses, de perspectiva e expectativa em torno do que está configurado nesse ambiente plurifacetado.

A cidade é objeto de estudo de várias áreas do conhecimento - arquitetura, urbanismo, sociologia, geografia, antropologia, história, etc. -, o que não significa dizer que alguns saberes se sobrepõem a outros, ou que um está certo e os outros estão errados. Ao contrário, esses saberes dialogam entre si na tentativa de compreender a dinâmica da cidade. Para Sandra Jatahy Pesavento, “sendo a cidade, por excelência, o ‘lugar do homem’, ela se presta à multiplicidade de olhares entrecruzados que, de forma transdisciplinar, abordam o real na busca de cadeias de significados”. (PESAVENTO, 2002. p. 9).

A ideia de cidade como sendo um espaço plural, diversificado, contraditório e conflituoso não era muito percebido, ou melhor, não era mostrado por estudos mais tradicionais, principalmente nas pesquisas relevantes às ciências humanas, onde se buscava elucidar passagens heróicas, exclusivas da “boa sociedade”, dos bons feitos das “pessoas de família”, das contribuições que estas famílias deram à sociedade, excluindo desse ambiente outros sujeitos históricos, práticas diversas de convivência e outras relações existentes no espaço citadino, como percebemos na leitura dos memorialistas, os quais fazemos referência no decorrer do texto.

Os modelos conceituais dominantes até meados do século XX com suas explicações totalizantes se tornaram insuficientes. Já não conseguiam dar conta das

novas práticas e problemas que compreendiam e compreendem a dinamicidade da sociedade. Tendo em vista as insuficiências de tais paradigmas, alguns historiadores buscaram dialogar com estudiosos de outras áreas, revisitaram obras anteriores dando novas interpretações a esses estudos, questionaram métodos e explicações reducionistas, uma vez que as respostas pareciam estar dadas mesmo antes do processo investigativo.

Com as mudanças ocorridas na historiografia, sobretudo em estudos pós-68, com a virada cultural e a crise dos paradigmas, a cidade moderna é revista e problematizada no que se refere às relações de convivência entre os sujeitos e os espaços citadinos, tendo em vista os aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais, etc. A cidade não é só o lugar onde as coisas acontecem, mas também é o lugar onde as coisas são imaginadas, onde os desejos e as esperanças são despejadas, onde sonhos são fabricados.

Percebendo a cidade não como um lugar homogêneo, mas um lugar onde a diversidade cultural e os confrontos existem, o historiador ao lidar com esse objeto, tendo em vista a temática que por ele é proposta e sua perspectiva de análise, busca através de representações já estabelecidas e produzidas, analisar os fatos sempre levando em consideração aspectos da produção dessas representações - quem as produziu, em que época e em que contexto foram produzidas, etc. - para que possa entender um pouco mais e relativizar aspectos de verdade inseridos em tais representações.

O próprio trabalho do historiador é uma representação. É uma representação de algo que foi e não mais o é. Tenta trazer à tona o ausente. Assim, não cabe ao historiador escrever uma história real tal como ela ocorreu, já que este vai partir das representações de um tempo que já foi. Vai buscar dar sua versão sobre seu objeto de pesquisa a partir de algo que está sendo representado, a fim de se aproximar do acontecido, ou, até mesmo, desconstruir certas noções de verdades estabelecidas.

O papel do historiador não é tarefa fácil, visto que o mesmo tem que decodificar o que é estabelecido sobre um tempo ausente, aonde só se chega tendo acesso aos vestígios e rastros deixados, para que a partir daí possa dar a sua versão dos fatos. Não se trata de uma fórmula harmônica e sim de uma pesquisa detalhada e complexa diante da pluralidade de abordagens e representações que são expostas, sendo estas merecedoras de olhar crítico e mais apurado, para sobrepor qualquer análise superficial. É necessário questionar cada produção e representação para que haja

uma aproximação mais “honesta” com o ocorrido, buscando não a verdade absoluta, mas chegar, com credibilidade, a uma verossimilhança.

O historiador estabelece uma ideia de verdade que ganha prestígio por todo seu trabalho de averiguação e análise crítica dos indícios, rastros e vestígios do passado. Esse trabalho consiste tanto por sua pesquisa empírica quanto pelo seu poder retórico capaz de fazer com que o leitor e o ouvinte sejam convencidos daquilo que está sendo comunicado.

Sabendo que os indivíduos representam algo a partir do imaginário e que este imaginário está vinculado há vários elementos postos e mutáveis de pessoa para pessoa, entendemos que estas representações individuais, ou mesmo coletivas, tem sentidos de verdades distintos, já que a percepção e a experiência de cada um e de cada grupo na cidade se configura de forma diferente e até mesmo conflituosa. Trabalhando com as representações literárias, Pesavento afirma que

Tal procedimento implica pensar a literatura como uma leitura específica do urbano, capaz de conferir sentidos e resgatar sensibilidades aos cenários citadinos, às suas ruas e formas arquitetônicas, aos seus personagens e às sociabilidades que nesse espaço tem lugar. (...) Sobre tal cidade, se exercita o olhar literário, que sonha e reconstrói a materialidade da pedra sob a forma de um texto. O escritor, como espectador privilegiado do social, exerce a sua sensibilidade para criar uma cidade do pensamento, traduzidas em palavras e figurações mentais imagéticas do espaço urbano e seus atores. (PESAVENTO, 2002. p. 10).

Dessa forma, a letra da música “A cidade” de Chico Science, que fazemos referência no início desse texto, expõe, de certa forma, o que está abordado nas páginas que seguem, já que a cidade muitas vezes é um campo de refúgio utilizado por aqueles que buscam alternativas para sobreviver, e, por outro lado as pessoas percebem, sonham e desejam um modelo de cidade, que pode ou não dar certo. Assim, a cidade se configura como algo que vai além da sua materialidade, passando pelas imaginações, sonhos e experiências diversas e contraditórias.

Nessa perspectiva, buscaremos trabalhar com as ideias de cultura e cidade, levando em conta os grupos sociais, suas representações, práticas, estratégias e táticas de poder e resistências. Não percebemos a cidade como algo dado, definido e acabado, mas como um lugar onde “as coisas acontecem” e lhe é atribuído sistemas cognitivos.

A virada do século XIX para o XX, trouxe além da República e a abolição da escravidão, ideias modernizadoras, reformas urbanas e ideias de civilidade. Assim, as primeiras décadas do século XX, no Brasil, foram anos de reestruturação dos espaços

urbanos, numa tentativa de estabelecer no cenário nacional, cidades com aspectos culturais europeus, sobretudo do período da *Belle Époque* parisiense de Haussmann¹.

Durante o século XIX a urbanização no Brasil se deu de forma lenta, sem rupturas profundas no sistema tradicional vigente durante o Império. Um modelo urbano singular, diferente das cidades europeias, apesar destas – cidades europeias - serem tomadas como exemplo a serem seguidas. Emília Viotti da Costa afirma

A sobrevivência da estrutura de produção colonial no Brasil depois da Independência: o trabalho escravo ou semi-servil, o latifúndio, a economia baseada na exportação de produtos tropicais, bem como a instituição de um sistema político paternalista baseado num sistema de clientela e na marginalização de extensas camadas da sociedade foram responsáveis, no século XIX, por um tipo de urbanização que não segue as formas do modelo clássico de urbanização fundado na análise do processo urbano nas áreas centrais do sistema capitalista (COSTA, 1999. p. 233).

No século XIX ainda prevalecia, na maioria das cidades brasileiras, a grande propriedade, exportação de matéria prima, enfim, características eminentemente rurais. Porém, na virada do século as ideias modernizadoras ganharam mais adeptos, as cidades brasileiras buscaram cada vez mais copiar as grandes cidades europeias. Noções de modernidade foram trazidas por estrangeiros e brasileiros que concluíram seus estudos no exterior. Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte e Fortaleza ganharam, após a instauração da República, recursos para a modernização das mesmas. Recursos advindos de diversas formas, capital estrangeiro, discursos de calamidade com fins a receberem verba do governo federal, enfim, as estratégias foram diversas no intuito de modernizar a cidade e torná-la padrão de civilidade, isso para atender certa camada da sociedade em ascensão, uma elite vinculada às ideias liberais.

Não bastava modernizar a cidade, tinha que civilizar a população. A população tinha que acompanhar a modernização que estava sendo inserida na cidade. Para isso, políticas foram efetivadas objetivando a higienização, a disciplina, a ordem em busca do progresso. Era necessário higienizar a cidade, disciplinar a população, criar regras de condutas, moralizar os cidadãos, junto a isso as reformas eram efetivadas, muitas vezes tendo em vista a fragmentação da cidade, definindo os espaços e suas práticas, separando a população, alargando as ruas, embelezando-a. Ou seja, era

¹ Georges-Eugène Haussmann prefeito responsável pela reforma urbana de Paris entre os anos de 1853 a 1870. Modificou e transformou o espaço urbano de Paris, demolindo características medievais para implantar uma cidade moderna, transformando-a em um local de mobilidade e um novo uso e novas práticas na cidade.

necessário refazer a cidade, reinventá-la, torna-la nova, demolindo o antigo dito como feio e atrasado, como afirma Ponte

O novo regime e o novo século que se avizinhava reforçaram os anseios dominantes em alinhar o País ao progresso e à modernidade. Nessa perspectiva, o advento da República foi propagandeado como a necessária reordenação político-institucional capaz de redimir o Brasil do “atraso” em que esteve submerso pelo “provincianismo” do regime monárquico, por quase todo o século XIX. Os principais centros urbanos brasileiros, onde o ritmo das transformações ocorria com mais velocidade, tornaram-se, mais do que antes, os alvos centrais da “regeneração” modernizadora apregoada pelas elites republicanas (PONTE, 2004. p. 179).

Immanuel Wallerstein em seu livro “O universalismo europeu: a retórica do poder”, atenta para o argumento utilizado por quem defendia e patrocinava o mundo moderno e suas transformações, que tais mudanças têm a ver “com a expansão dos povos e dos Estados europeus pelo mundo” (WALLERSTEIN, 2007). Não pretendemos nos alongar nessa discussão expansionista europeia, mas se faz necessário expor essa questão eurocêntrica como lei natural e essencial, onde sem essa perspectiva, segundo os defensores desse argumento, seria impossível uma sociedade progredir. Aliás, em nome deste progresso e da “civilização”, é que de forma discursiva e hegemônica se expande as ideias e práticas modernizadoras de cunho capitalista e suas consequências, as quais iremos explanar no decorrer do texto tendo em vista o recorte que fazemos, que é a questão do início do processo urbano na cidade do Crato.

Não houve uma uniformidade, nem homogeneidade na forma como as cidades caminharam para o processo de urbanização. As cidades também possuem suas singularidades, por mais que estas tenham um padrão a ser seguido, as condições ambientais, culturais, sociais, políticas e administrativas, seguem suas peculiaridades. Nas cidades nordestinas, por exemplo, é forte o discurso que leva em consideração a condição climática e a calamidade advinda nos períodos de estiagens. Entendemos que essa ideia tão difundida em músicas, jornais, filmes e outros meios de comunicação e disseminação de informação, foi de fundamental importância para a formação e o desenvolvimento destas cidades, como podemos perceber na afirmativa de Rios

Um dos indícios desse espaço de tensões construídos na estação de Iguatu é uma das fotografias selecionadas pelo deputado Ildelfonso Albano, em seu trabalho intitulado “O secular problema do Nordeste”, publicado em 1918. Nesse livro, que é a reprodução de um discurso proferido na Câmara dos Deputados Federais em 1917, Albano apresenta uma imagem dos retirantes na estação ferroviária a espera de uma locomotiva. A escolha dessa cena não era arbitrária. A intenção presente no inflamado discurso do deputado

era mostrar as calamidades da seca [...] Esses recursos enviados pelo Governo Federal serviriam, entre outras coisas, para o alongamento das ferrovias que iriam facilitar o deslocamento de produtos para exportação. Com isso, nota-se, por parte das elites, uma insistente solicitação no prolongamento das estradas de ferro e na melhoria do Porto de Fortaleza em períodos de seca. Essas duas obras eram fundamentais para o desenvolvimento do comércio e da indústria no Ceará (RIOS, 2006. p. 15).

A nossa ideia é romper com a compreensão da seca como fenômeno meramente natural e rural, buscando perceber tudo que está em volta desse discurso e dessa construção: isolamento, poder, estruturação excludente da cidade, disciplina, embelezamento da cidade com recursos conquistados a partir do discurso de calamidade e de apoio às pessoas que sofreram e perderam o seu plantio, sua colheita e que foram obrigados a migrarem mesmo contra sua vontade, o desvio de verba e a má utilização da mesma, como uma cidade se forma e se constrói, também, a partir dessa ideia de seca e da migração do camponês. Ainda nessa discussão, Rios afirma

Os pedidos de obras para a cidade eram abundantes e raramente ficavam frustrados. A intensa utilização da mão-de-obra flagelada, aliada a um determinado direcionamento dos recursos federais, dava mais impulso ao progresso urbano de Fortaleza, a cidade convivia com uma das maiores secas do século XX, entretanto, seus jornais não hesitavam em afirmar: “Fortaleza é uma das capitais mais progressistas do Norte e quiçá do paiz inteiro” (RIOS, 2006. p. 21-22).

A seca no Estado do Ceará, tanto na capital, quanto nas cidades interioranas, teve fundamental importância tanto na formação destas, como nas relações entre os sujeitos e entre os sujeitos e os espaços produzidos dentro da cidade. Percebemos a seca aqui não como fator rural e meramente climático, mas também, como uma construção imagético-discursiva², que leva esse fenômeno à uma questão de identidade e que faz dele uma estratégia importante para o desenvolvimento de cidades, que uma determinada elite liberal e progressista mentaliza e se quer materializar.

Não cabe aqui discutirmos a formação de todas as cidades cearenses, longe disso, mas buscamos compreender como a seca passa a fazer parte da estruturação de uma cidade. Para tanto se faz necessário um recorte espacial e temporal. Buscamos analisar a cidade do Crato, localizada no sul do Estado do Ceará, nas três

² Ver ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed., São Paulo: Cortez, 2011.

primeiras décadas do século XX, período em que se deu uma lenta e modesta urbanização desta cidade, mas que possuía forte ligação comercial com algumas capitais do Nordeste, dentre as quais com a própria capital do Estado cearense, Fortaleza, e, em certos momentos servia estrategicamente como alternativa para boa parte da população que não conseguia ou eram impedidos de migrar para a capital.

Uma das estratégias criadas para conter a migração de retirantes para a capital cearense, foi a formação de campos de concentração durante a seca de 1915 e posteriormente na seca de 1932. Para entendermos essa lógica consideramos importante não deixar de lado o desenvolvimento da cidade de Fortaleza que era o maior alvo no Estado do Ceará de empreendimentos voltados para o desenvolvimento capitalista, a partir do aumento da produção da cultura do algodão e da estrada férrea, tendo, nesse sentido, se distanciado imensamente das demais cidades do interior desse Estado, fazendo com que milhares de retirantes buscassem sobrevivência nesta cidade e não em outras.

Quando falamos em campos de concentração, logo nos vêm à mente os campos nazistas da Segunda Guerra Mundial, justamente por sua repercussão em larga escala provocada pelos danos causados durante a guerra citada. Porém, o termo campo de concentração antecede o período histórico exposto acima, não cabendo a nós fazer uma analogia direta entre os campos de concentração no Estado do Ceará e os campos nazistas de anos após, apesar de ambos terem em comum uma característica de exclusão daqueles que estão sendo classificados como o outro, aquele que não pertence a um dado espaço onde está ocupando, que não lhe é permitido perambular pelos espaços públicos sem sê-lo identificado, desmascarado – o judeu, ou, o retirante, o flagelado. Certo que no caso dos campos de concentração no Ceará, a justificativa e o argumento de tal criação é o assistencialismo aos migrantes, porém, como veremos, na prática o objetivo “assistencialista” cai por tabela.

É importante que tenhamos em mente que lugares de contenção de pobres tinha/tem como objetivo não só reprimir e afastá-los do convívio social, mas também de remodelar esses habitantes que não seguiam o padrão de civilidade em questão. Essas práticas ainda tão comuns, fizeram-nos pensar e analisar a respeito desse mecanismo de poder, aqui especificamente, o Campo de Concentração do Buriti localizado na cidade do Crato durante a estiagem de 1932.

Percepções diferentes e em tempos diferentes, acerca dos campos de concentração no interior do Ceará, faz-nos pensar também sobre as questões discursivas, ora distintas, ou por mudanças de mentalidade, ou por mudanças nos interesses envolvidos.

Algumas pessoas que entrevistamos e algumas leituras que fizemos em blogs, em textos de memorialistas e alguns artigos de jornais da época, podemos perceber nestas distintas representações algo em comum, que foi o forte impacto causado pela formação de tais campos. Por outro lado, a ausência, na maioria destas cidades que foram implantados os campos de concentração, lugares como no Crato, por exemplo, um lugar de memória que preservasse esse aspecto ou esse momento da história destas cidades. Quando falamos a maioria das cidades, é porque em Senador Pompeu há todos os anos a caminhada da seca³, que se refere ao Campo de Concentração do Patu, localizado nesta mesma cidade. Essa ausência aqui posta, foi uma das dificuldades encontradas na pesquisa, já que atualmente é impossível estabelecer uma relação, ou associar o Campo de Concentração do Buriti ao espaço onde ele esteve localizado.

No dia 21 de junho de 2014, houve em Crato, no antigo cemitério dos flagelados na seca de 1932, “a primeira missa campal em memória às vítimas do ano de 1932” como podemos ver na fotografia abaixo.

³ A caminhada da seca em Senador Pompeu é patrimônio histórico imaterial. Faz homenagem aos retirantes mortos no Campo de Concentração do Patu, na seca de 1932.



A primeira missa que se deu em homenagem aos flagelados que morreram durante a estadia no Campo de Concentração do Buriti, se deu no mesmo dia da inauguração da estátua de Nossa Senhora de Fátima, em Crato. Durante a missa presidida pelo bispo diocesano do Crato, Don Fernando Panico, foram lembradas as agruras ocorridas durante o ano de 1932-1933, no campo de concentração aqui citado, afirmando que a igreja não havia se omitido, sendo representada pelo Padre Antônio Gomes de Araújo para prestar assistência espiritual - o que nos parece uma tentativa de isentar a Igreja Católica. O fato é que após mais de oitenta anos do ocorrido, houve uma missa em um campo de futebol, que durante o ano de 1932 foi o cemitério dos flagelados, em que milhares de retirantes, adultos e crianças, foram enterrados. Após a missa, houve uma procissão em direção à estátua de Nossa Senhora de Fátima. Seria esta, uma tentativa de criar, a partir de um fato histórico – o Campo de Concentração do Buriti – uma tradição de romaria nesta cidade? Fica a questão para novos estudos, pois não é o nosso objetivo no presente trabalho.

Procuramos analisar as representações, tendo em vista a produção, disseminação e recepção das mesmas. Além de tudo que abordamos aqui, o que também nos fez olhar e investigar esse acontecimento, é a falta de estudos historiográficos sobre os campos de concentração do Ceará. Pouco temos a respeito desse tema em estudos historiográficos, apesar da obra de Kênia Sousa Rios intitulada “Campos de Concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932”

e artigos escritos por Frederico de Castro Neves que também abordam essa questão. Apesar dessas obras, ainda sentimos a necessidade de abordar mais especificamente sobre o Campo de Concentração do Buriti, localizado em Crato. Temos algumas citações em obras de memorialistas, no entanto quisemos dar o nosso olhar e perspectiva sobre o tema, verificando, inclusive, a forma como estes percebiam tal proposta política de combate à seca.

Nas partes em que é citada a questão do Campo de Concentração do Buriti pelos memorialistas, vemos algo vago, tendo em vista a relevância que é a instituição de um campo para concentrar milhares de pessoas. Assim, vimos a necessidade de analisar tal investida do governo no sentido de buscar compreender esta política concentracionária, aspectos de sua origem e funcionamento.

A historiografia mais recente, já vem trabalhando a temática sobre a seca de forma diferenciada. Aqui, fazemos referência às obras de Frederico de Castro Neves, Tanísio Vieira, José Olivenor, Kênia Sousa Rios, Sebastião Rogério Ponte, Celeste Cordeiro, Simone de Souza, Luís Celestino de França Júnior e Durval Muniz de Albuquerque Júnior. As obras desses autores foram de fundamental importância, tanto no que se refere a escolha do tema, pois foi a partir da leitura de um artigo intitulado “A seca na história do Ceará” de Frederico de Castro Neves, durante a graduação, que soubemos da existência do Campo de Concentração do Buriti. A partir daí, fomos aprofundando nossas leituras, como o livro de Kênia Sousa Rios - já citado - e a monografia de Rosângela Martins de Lima “Crato e o Campo de Concentração do Buriti na seca de 1932”. Depois dessas leituras iniciais, que nos deram mais intimidade sobre o tema, fizemos leituras com uma nova compreensão sobre o fenômeno da seca, dos autores citados acima.

Também, após as primeiras leituras, fomos até o local onde foi instituído tal campo. Não vimos ou não percebemos a presença de imediato de algo que nos levasse a crer que ali, onde hoje é o bairro do Muriti, houvesse um campo de concentração. Ao contrário disso, nesse bairro encontramos uma fábrica de papel, a Petrobrás, várias casas, postos de gasolina e mais construções.

Onde antigamente era o cemitério dos flagelados, atualmente tem um campo de futebol, como já foi citado acima. Buscamos, então, alguém que soubesse algo sobre o campo de concentração dos flagelados – como também ficou conhecido o Campo do Buriti - da seca de 1932. Foi quando no “boca-a-boca”, encontramos dona Júlia da Costa Silva, uma das moradoras mais antigas do atual bairro, a qual já morava neste

local quando fora instituído tal campo. Depois soubemos de outras pessoas que pudessem contribuir com a nossa pesquisa, inclusive pessoas moradoras de outras cidades, que eram remanescentes dessa concentração.

Todas essas pessoas nos trataram muito bem, pareciam que estavam esperando esse momento para poder falar, dizer algo sobre tal experiência. Os filhos e netos destes que entrevistamos, nos acompanhando, disseram que eles sempre comentam algo sobre tal acontecimento. Assim, podemos perceber que para nós que ficamos distantes de tal evento – aqui se referindo a uma distância temporal e espacial –, a aproximação se faz a partir do diálogo com os moradores da comunidade, com remanescentes da concentração, com filhos e netos de quem viveu esta experiência.

Valorizando estas vozes podemos enxergar novos aspectos sobre o Campo de Concentração do Buriti não ditos pelos memorialistas. Se para nós, associar aquele espaço, hoje bairro da cidade do Crato, a um campo de concentração é impossível, para os moradores da comunidade, principalmente os mais antigos, a lembrança daquele lugar e os causos vivenciados e/ou transmitidos, levam cada um a identificar onde ficavam os barracos, a distribuição da comida e das vestes, o cemitério, lembrar dos nomes dos trabalhadores do campo, perdas, enfim, nesse diálogo podemos perceber o campo de concentração localizado nesta cidade, não como algo passivo e apenas de assistencialismo, mas, como foi dito, esse diálogo nos aproximou àquele espaço e àquele período, nos trouxe aspectos silenciados pelos memorialistas, fez-nos relacionar com outros aspectos que estavam ocorrendo ao mesmo tempo na cidade, assim podendo ampliar a nossa compreensão sobre esse fato.

Com as leituras dos livros de memorialistas, buscamos saber, a princípio, sobre os autores, para poder identificar de onde partiu a escrita, o que eles buscavam com tal escrita, o que objetivavam, que tipo de ligações tinham com a cidade do Crato, características políticas e individuais dos mesmos, para tentar entender o discurso e a narrativa por eles disseminadas. Entramos em contato com pessoas que pudessem nos dar informações sobre os mesmos, além das próprias leituras de seus livros que nos oferece aspectos de cada um dos autores.

No primeiro capítulo, estamos diante da cidade do Crato, interior do Estado do Ceará. Dividimos, este capítulo em três tópicos, mostrando características da formação dessa cidade, para que daí possamos entender melhor que sociedade é essa e que tipo de cidade e cidadão querem construir, moldar e fabricar. Percebemos com alguns memorialistas esse desejo por parte da sociedade cratense, pessoas que

estão de certa forma dominando o cenário político local, e que mesmo de forma peculiar, querem tornar esta cidade um lugar moderno e civilizado a partir dos costumes católicos ortodoxos. O que nos faz lembrar e perceber, que ainda hoje, há resquícios da colonização em um espaço supostamente independente. Pois essa ligação com o catolicismo advém desse período de invasão e expansão europeia pelo mundo, onde para ser um bom português, um bom espanhol, um bom cidadão, é necessário ser um bom católico. Notamos isso nos discursos dos memorialistas, em livros de memórias de pessoas que habitaram esta cidade durante o período que por ora trabalhamos, além de periódicos e fotografias que nos remete a ter a percepção sobre uma tentativa de modernizar, de fazer desta cidade uma capital de província, dentre outros aspectos e características de uma sociedade e de um povo que se quer nesse espaço.

No segundo capítulo, buscamos trabalhar sobre a construção do discurso em relação ao fenômeno da seca e a repercussão deste na cidade e em sua população. Dividimos este capítulo, assim como o anterior, em três tópicos, onde levamos em conta produções historiográficas mais recentes que remetem ao tema da seca. A leitura dessa historiografia nos fez olhar para aspectos discursivos e sua importância na implantação de um “projeto” urbano na cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, a partir da ideia construída de seca e de uma mentalidade bastante em voga nessa época, que era a modernização da cidade seguindo um modelo europeu, bem como de sua civilização. Por tanto, no segundo capítulo vemos a desnaturalização do conceito de seca, tornando-se uma construção discursivo-imagética, onde acaba por fazer parte da identidade de um povo. Outro aspecto, aqui abordado, é a busca por imprimir um tipo de sociedade padrão, sendo seu povo disciplinado e civilizado. Tentamos mostrar aqui as estratégias utilizadas para tal objetivo e as dificuldades encontradas, visto que há resistências por parte da população que não aceitava a imposição desta cultura que se queria moldar, com aspectos de uma burguesia em ascensão, seguindo um exemplo de fora; além disso, buscamos também, demonstrar como o discurso da seca chega à cidade, o que se quer deste discurso e a importância deste para a estruturação de uma dada sociedade

Deixamos para o último capítulo o que nos chamou atenção desde o início, ou melhor, que nos deu o ponto de partida inicial para essa pesquisa, que é a formação do Campo de Concentração do Buriti, sua construção física, seu funcionamento, os tipos de relações de poder envolvidos no processo de formação do campo de concentração,

buscando relacionar com o momento em que o país, o Estado e a cidade estavam passando. Para isso fizemos entrevistas com remanescentes do campo de concentração, com pessoas que puderam dar seus testemunhos a partir do que viram, leram e ouviram a respeito. Como era percebido este local, por meio de periódicos e pessoas que viveram no período de sua instalação, e, como são vistos e percebidos atualmente.

CAPÍTULO I – DE VILA À CIDADE: O DESENVOLVIMENTO URBANO NA CIDADE DO CRATO

1.1. – CRATO, A PRINCESA DO CARIRI

É o Cariri, no sul do Ceará, uma região caracterizada por suas águas perenes jorrantes das faldas do planalto do Araripe, sua vegetação verde nos sítios, seus buritis e babaçus de porte tão elegantes, seus canaviais ao pé-de-serra do Araripe e dos brejos vizinhos, seus engenhos que moem canas-de-açúcar e cheiram a mel, seus bois tardos e pacientes que ruminam nas bagaceiras, ao lado de burros irrequietos que, durante o dia, de sol a sol, cambitam nas moagens, num vaivém contínuo dos cortes dos sítios para o pé dos engenhos e vice-versa, suas lindíssimas paisagens vistas das ladeiras da chapada araripana. Pode dizer-se, segundo me parece, que êle compreende in totum ou em parte os seguintes municípios: Crato, Missão Velha, Barbalha, Juazeiro do Norte, Caririaçu, Jardim, Milagres, Mauriti, Brejo Santo, Farias Brito (antigo Qixará), Santana do Cariri (PINHEIRO, 2010. p. 14).

A Universidade Regional do Cariri – URCA – juntamente com as edições da Universidade Federal do Ceará – UFC – e a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, relançaram em 2010 edições dos livros escritos pelos memorialistas Irineu Pinheiro⁴ e José Alves de Figueiredo Filho⁵. A citação acima, dá início ao trabalho de Irineu Pinheiro intitulado Efemérides do Cariri, escrito em 1954 e publicado postumamente em 1962. No período em que Irineu Pinheiro escreveu esta obra, onde ele data os “grandes fatos” e feitos dos “grandes personagens” da região do Cariri cearense, localizada ao sul desse Estado, vemos em seu discurso, aspectos naturais e uma das principais atividades econômicas desta região durante os séculos XVIII, XIX e primeiros decênios do século XX. Orgulhoso das terras de onde nasceu e de seus conterrâneos, Irineu Pinheiro faz suas pesquisas tendo como fontes historiográficas documentos oficiais e escreve sua versão histórica a partir do tradicional modelo positivista⁶ - perspectiva historiográfica hegemônica durante o século XIX - buscando retratar os fatos tal como ocorreram, numa imparcialidade e neutralidade que hoje sabemos inexistentes. Essa perspectiva historiográfica ainda está presente em

⁴ Irineu Nogueira Pinheiro, conhecido como mestre intelectual por parte de seus contemporâneos, sendo idealizador e eleito pelos seus confrades primeiro presidente do Instituto Cultural do Cariri – ICC. Nascido na cidade do Crato em 6 de janeiro de 1881, era médico de formação e profundo pesquisador sobre a história do Cariri. Escreveu obras como “O Juazeiro do Pe. Cícero e a Revolução de 1914”, em 1938, em 1950 escreveu “O Cariri” e 1954 “Efemérides do Cariri”. Foi professor de história geral no Curso Secundário do Crato, destacando em seus estudos, os feitos e os fatos dos “grandes personagens” da região do Cariri.

⁵ José Alves de Figueiredo Filho, nasceu em 14 de julho de 1904, natural de Crato, foi um dos fundadores do Instituto Cultural do Cariri – ICC – e membro da Academia Cearense de Letras.

⁶ Perspectiva historiográfica na qual é utilizado como fontes de pesquisa documentos oficiais, encontrados em bibliotecas e arquivos públicos, e, em sua escrita busca retratar, resgatar e contar a história “verdadeira” tal como ela ocorreu.

algumas escolas, também sendo utilizada por muitos que objetivam descrever feitos positivos em mandatos governamentais como propaganda política, descrevendo aspectos municipais, estaduais ou nacionais de forma cronológica e linear, como se a história fosse tão somente continuidades, e não rupturas.

A maneira como se escreve, bem como o método de pesquisa, se reformula, se origina, se copia, e, a cada tempo, territórios historiográficos específicos se tornam hegemônicos. Não cabe aqui, fazermos uma discussão historiográfica aprofundada sobre as várias tendências e perspectivas da história, mas vale salientar para aspectos metodológicos e historiográficos que é por nós utilizada. De acordo com Peter Burke

Os maiores problemas para os novos historiadores, no entanto, são certamente aqueles das fontes e dos métodos. Já foi sugerido que quando os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais. Alguns se voltaram para a história oral; outros à evidência das imagens; outros à estatística. Também se provou possível reler alguns registros oficiais de novas maneiras (BURKE, 1992. p. 25).

Novos problemas são postos tendo em vista os interesses de onde parte a pesquisa e a escrita. Entendemos que a fonte de pesquisa histórica não é transparente, nem neutra e imparcial, e sim uma produção que perpassa por interesses que devem ser investigados de forma crítica. A fonte não fala por si, ela precisa ser problematizada. O importante diálogo que há entre o historiador e sua fonte, permite e orienta uma versão daquilo que se estuda. Estamos diante de uma representação da realidade de caráter verossímil e não da realidade pura como se queria/querem os positivistas.

A criticidade que deve ser feita aqui, não é apenas a de saber sobre a originalidade e a fidelidade da fonte histórica, mas de buscar compreender determinadas produções/representações, que nos possibilite responder as questões postas. Nos cabe averiguar além do dito, o não dito, além dos personagens “dignos”, as pessoas comuns, além da voz, o silêncio.

Os memorialistas que aqui fazemos referência, ambos filhos da elite cratense, juntos foram fundadores do ICC, buscaram escrever sobre a história do Crato e da região do Cariri, com os olhos de sua época e com suas perspectivas e interesses. Fazemos uso de seus trabalhos, nesse momento, para compreender como a cidade do Crato se formou e conteve título de principal cidade da região do Cariri e uma das

principais cidades do Estado do Ceará até as primeiras décadas do século XX, sendo uma das cidades mais procuradas pelos trabalhadores rurais em períodos de estiagem.

A região do Cariri Novo leva essa denominação em homenagem aos índios cariris, os quais ocupavam essas terras – sul cearense - antes de sua colonização, o “Novo” é estabelecido para diferenciá-lo do Cariri paraibano, mais antigo. Interessante colocar uma passagem introdutória que Irineu Pinheiro coloca em sua obra *Efemérides do Cariri*, tratando dos povos indígenas como um todo e depois sobre os que habitavam esta região mais especificamente

Afirmou Paul Ehrenreich, eminente etnógrafo, que ‘nenhuma família americana tem mais direito a chamar-se autóctone do que os jês (prováveis antepassados dos cariris), nenhuma está mais geograficamente delimitada, nenhuma se deixa alcançar mais longe no seu desenvolvimento cultural, nenhuma possui caracteres físicos e linguísticos tão firmes.’ Da praia ao interior recôndito, na era do povoamento, agitava-se a indiada, entregue às suas paixões primitivas, a nutrir-se ‘da ponta da flecha, matando para se sustentar não só tudo que tem nome de animal, mas ratos, sapos, cobras, lagartixas e todas as outras imundícias da terra’. As palavras aspeadas que acabam de ler, escreveu-as no século XVII o padre Antônio Vieira sobre os índios da Ibiapaba, mas podem ser generalizadas, aplicando-se a todos os outros aborígenes do Ceará e do Brasil. Nada era poupado pelo apetite de nossos selvagens, porque de nada tinham nojo. Pegavam as mulheres piolhos que outras lhes catavam na cabeça e lhes davam vivos e seguros entre os dedos. Trincavam-nos e os engoliam, não por gula, ‘mas em vingança de as morderem’, na expressão de Gabriel Soares de Sousa, autor do ‘Tratado Descritivo do Brasil em 1857’. Acrescentou Vieira que na serra da Ibiapaba era ‘entre eles (índios) perpétua a fome, e parecia que mais se mantinham dela que do sustento’. Cerca de dois séculos depois da vinda ao Ceará do grande jesuíta, não eram melhores as condições em Jardim, no Cariri, entre vouês, huamaes e xocós, míseros restos de suas tribos, dizimadas através das épocas. No parecer de Pompeu Sobrinho, não eram cariris os xocós, mas tarairiús, do grupo jê. Tinham ‘hábitos imundos’, na frase de George Gardner, os índios jardinenses (1838), por comerem cascavéis e outras cobras, tal como o tempo de Vieira. Para comprarem fumo a que eram afeiçoados, costumavam vender nas ruas da vila cêra e mel de abelha. Viviam sobre si, como podiam, abandonados pelos governos, incapazes de os proteger e amparar. Perseguidos até a morte por inimigos e fazendeiros que os acusavam de lhes abater, de vez em quando, o gado do campo, chegaram, levados pelo desespero, a ‘roubar casas e viajantes, a cometer nas províncias vizinhas excessos funestíssimos, assassinando pessoas que surpreendiam em suas casas isoladas’. Atacaram-nos forças de três províncias que os dispensaram a bala e o facão. É claro que ficaram impune os provocadores da revolta dos infelizes caboclos. Leiam Thèberge. Entretece-se a colonização indígena, no Brasil, de episódios criminosos, cada qual mais clamoroso. Poderia o colono cobiçoso fazer descer do sertão para as aldeias os ‘tapuias bravos’, chamados ‘fôlegos vivos’, e aplicar-lhes ‘o ferro em brasa, emblema da propriedade privada’. Foram os cariris, entre os silvícolas do Brasil, os que, talvez, mais valentemente se opuseram aos invasores brancos. Para domá-los foi preciso que viessem de muitas partes, do norte e do sul, homens que utilizaram de violência, astúcia e traição. Eram bravos os cariris e temerários, a ponto de jogarem a vida em lances de extrema audácia e sangue frio (PINHEIRO, 2010. p. 15-16).

Vemos nessa passagem, primeiramente, a noção que os colonizadores tinham em relação aos povos nativos, denominando-os “selvagens com paixões primitivas”, possuidores de atitudes irracionais, levando-os inclusive a comer piolhos não por fome, mas por vingança. O autor, homogeneiza os povos nativos que ocupavam as terras brasileiras, como se as tribos tivessem os mesmos costumes e culturas idênticas. Ele explana os confrontos existentes entre fazendeiros e indígenas, sendo os índios acusados por parte dos que agora são proprietários das terras que se fizeram fazendas, de roubarem as casas que estavam isoladas, terras estas, que outrora eram próprias das moradas indígenas, os primeiros a se fixarem nessas terras. Os “selvagens de paixões primitivas”, também são colocados como desesperados e por conta disso roubavam e matavam, o que poderia justificar a matança destes pelos agora donos das propriedades, que “aplicavam-lhes ferro na brasa o emblema da propriedade privada”.

Interessante notar que Irineu Pinheiro ao falar dos índios cariris, os caracteriza como bravos, valentes e temerários, diferenciando-os dos demais povos indígenas que ocupavam terras brasileiras, sendo, talvez, os nativos que mais resistiram e impuseram dificuldades aos invasores brancos, deixando em evidência a covardia utilizada pelos colonizadores. De acordo com Kathryn Woodward “A identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças – nesse caso entre grupos étnicos – são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares” (WOODWARD, 2007). Ou seja, a construção de uma identidade é histórica, sendo construída em um tempo e espaço específicos. Notamos, portanto, nas palavras de Irineu Pinheiro, uma homogeneização dos povos nativos, desvalorizando-os, para depois enaltecer os índios cariris, estabelecendo uma identidade essencialista⁷ do povo da região pela qual fala – Cariri Novo -, ligando a identidade desse povo aos seus ancestrais, caracterizados por serem bravos guerreiros e de atitudes mais nobres que os demais. Desse modo, a identidade se faz a partir da diferença e desqualificação do outro.

Na região do Cariri cearense, os colonos europeus chegaram no final do século XVII e início do século XVIII, onde em fevereiro de 1702 os sesmeiros Gil de Miranda

⁷ Um conjunto de características imutáveis, sólidas e cristalizadas ao longo do tempo e que estão inseridas em todo o povo, como se fosse a essência desse povo. Ver mais em WOODWARD Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais Tomaz Tadeu da Silva (Org.). Stuart Hall; Kathryn Woodward. 7 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

e Antônio Mendes Lobato obtiveram do capitão-mor Francisco Gil Ribeiro terras que compreendem desde Várzea das Crioulas até emboscadas e cachoeiras no espaço hoje compreendido como Cariri. Percebamos que esta doação se dá de forma a não especificar a área que se torna propriedade de sesmeiros, contribuindo para o monopólio da terra e de seus recursos naturais. De acordo com Pinheiro

Se lermos a carta de sesmaria concedida em março de 1703 a Bento Correia de Lima e João Dantas Aranha, e a obtida em 1716 por José Gomes de Moura, Baltazar da Silva Vieira e Germano da Silva Saraiva, veremos que os dois primeiros declararam ter sido os descobridores do Riacho dos Porcos, e os três últimos, do Riacho dos Carás, dois importantes cursos de água caririenses, afluente do Rio Salgado (idem. p. 19).

Acima, percebemos interesses dos colonos em terras por onde passam correntes de água, sendo mais férteis e boas para fixarem-se, além disso, buscavam metais preciosos e outras riquezas que pudessem haver no local. É importante destacar que o autor é um defensor nato dessas terras, onde expõe esta região não como local de emigração, mas sim imigração - pois são terras férteis e atrativas - desde os tempos mais remotos até os dias atuais, como afirma dizer sobre os romeiros que peregrinam para a região do padre Cícero e muitos não retornam para seus municípios, se fixando nas cidades do Cariri. Como o autor mesmo coloca

Nunca o Cariri desbravou terras estranhas, mas pelo contrário, sempre recebeu criadores, lavradores, negociantes e, na última década do século passado para cá, milhares de romeiros atraídos pelos milagres de Juazeiro, numa das maiores migrações místicas do Brasil (Ibidem. p. 21).

Referente à colonização na região do Cariri, sabe-se que as primeiras doações de sesmarias, como vimos, datam o início do século XVIII. Primeiramente, os colonos ocupavam as terras, construía roças e currais, para depois, de forma legal e documentada, receber como doação de sesmaria, obtendo todo o monopólio da terra e de seus recursos naturais. As primeiras atividades que aqui se destinaram os invasores foi a criação de gado até as primeiras décadas do século XIX, onde aumentou o cultivo da mandioca e da cana-de-açúcar, seguidos por algodoeiros, cafeeiros e outros gêneros.

Foi no século XIX que algumas autoridades do Cariri, como o senador José M. de Alencar⁸, começaram a sonhar com a elevação dessa região à província, na qual

⁸ Filho de José Gonçalves dos Santos e Bárbara Pereira de Alencar, José Martiniano de Alencar nasceu em 1794 onde hoje se encontra o município de Barbalha. Estudou no Seminário de Olinda, onde se associou a agremiação política Academia do Paraíso, que promoveu a revolução de 1817. Foi representante do Ceará nas cortes de Lisboa e senador em 10 de abril de 1832.

teria como capital o município de Crato. De acordo com Irineu Pinheiro em seu livro “O Cariri”, o jornal “*O Araripe*” teve como objetivo maior efetivar a região do Cariri como província, em seu número 46 de 31 de maio de 1856 expõe

Infra transcrevemos um artigo do *Diário do Rio de Janeiro*, brilhante publicação jornalística do nosso distinto patrício, o Sr. Dr. José M. de Alencar. Em nome do público cratense protestamos-lhe o nosso conhecimento pelo valioso serviço que presta à causa da criação da província do Cariri, serviço tanto mais profícuo quanto esse atleta da imprensa pode levar à convicção do corpo legislativo essa verdade que achou sua demonstração no espírito lúcido do venerando nosso caro amigo, Sr. senador Alencar, e no dos seus ilustrados e respeitáveis colegas, Paranaguá, Vasconcelos e S. Leopoldo. O Sr. Dr. Alencar, prestando à sua terra serviço tão valioso, não faria debalde um apelo à generosidade do bom povo cratense quando chegasse o dia de lhe poder dar uma prova da nossa sincera gratidão: a nova província do Crato (O ARARIPE apud PINHEIRO, 2010. p. 31).

O jornal *O Araripe* disseminava o discurso de que deveria haver uma divisão territorial mais justa, defendendo a ideia de uma nova província desmembrada do Ceará. Segundo esse jornal, uma nova província daria “a justiça a uma população de mais de 350 mil almas”, sendo mais eficiente e expandindo “a cultura do espírito e a educação do povo”. Esse discurso buscava legitimar a criação da província do Cariri através da demonstração de necessidade em se efetuar um olhar mais apurado para o desenvolvimento desta região, seja na educação, na indústria ou no comércio, na política e investimentos diversos, bem como na maior fiscalização dos fundos destinados a esta região. O *Araripe* publicava

Contando com uma população de mais de 200 mil almas, é esta a comarca melhor povoada da província do Ceará, e o Crato o povoado mais importante dos confins das províncias limítrofes. Sua população é mais de 6 mil almas, e a pequena distância ficam 3 vilas, 8 povoações e um sem número de arraiais. Consignando o ilustre senador (Alencar) a ideia de que o Crato fosse a sede da nova província, teve em mente por sem dúvida estas conveniências, a que cumpre atender, e se mostrou prático e conhecedor das localidades e suas proporções. O ponto central não foi mesmo desprezado para assento do governo (O ARARIPE apud PINHEIRO, 2010. p. 34).

Como podemos perceber, havia um desejo político em desmembrar o Cariri do Estado do Ceará e tornar a cidade do Crato capital dessa nova província, sendo defendido e disseminado esse projeto pela imprensa, a qual defendia os interesses do senador José M. Alencar, este senador defendia o desmembramento do Cariri do restante do Ceará, podendo assim ter maiores benefícios e desenvolver a passos mais largos.

No ano de 1953, os memorialistas, Irineu Pinheiro e José Alves de Figueiredo, escreveram um livro intitulado “A Cidade do Crato: Esboço Histórico. Evolução”,

esboçando, como dizem “uma síntese de sua vida e de suas conquistas, principalmente nestes cem anos entre 1853 e 1953”. Este livro, busca através de um processo cronológico e evolutivo, elucidar aspectos da cidade do Crato desde sua formação como cidade e seu progresso, colocando-a como uma das cidades mais evoluídas e singular do interior do Nordeste: “o ferro da freguesia, tão simples e original, é símbolo bem nosso. Ficará como emblema deste primeiro centenário de uma das mais evoluídas cidades do interior nordestino. É a ligação do passado com o presente” (FIGUEIREDO FILHO, 1953). Este emblema, o qual se trata, é a marca de assinalar o gado. São quatro CC virados um para o outro, como se estivessem abraçados, o significado destas iniciais é Cidade do Crato Cabeça de Comarca. Aqui salienta, em seu início, que a principal atividade que se fazia ali era a criação de gado, ou seja, a utilização da pecuária que tanto era utilizada para fins econômicos, como para a exploração das terras e transporte de mercadorias. Durante o ano em que subiu à categoria de cidade, a população cratense girava em torno de dois mil habitantes, tendo um lento processo de desenvolvimento em meados do século XIX, porém, alguns serviços de ordem coletiva se pronunciavam

Nos anos de 50 do século XIX, prestes a ser cidade ou após sê-lo, organizou o Crato vários serviços à sua vida coletiva. Recordemos alguns que lhe foram, realmente, utilíssimos: a construção do mercado e do cemitério, uma elementar tentativa de abastecimento de água à cidade, a edição de seu primeiro jornal, que indicou, naqueles anos já tão distantes, lhe interessarem à elite, muito reduzida, é certo, coisas da inteligência e do espírito [...] Paulatinamente, cresceu a população do Crato, e os vivos se foram, aos poucos, avizinando dos mortos, cercando com suas casas, incorporando-os ao centro da cidade. Avultou, também, a área do cemitério, a receber em seu seio, indiferentemente, os que tem procurado, sem indagar-lhes de riquezas, poderios ou prosápias. Benzeu a pedra, em solene cerimônia, o Vigário Manuel Joaquim Aires do Nascimento, acompanhado dos Padres José Joaquim dos Prazeres, Coadjutor, e Joaquim Ferreira Lima Sêca. Antes, inumavam os cadáveres no recinto das igrejas, de ‘grandes abaixo’ ou de ‘grandes acima’, num flagrante atentado à saúde pública e ao conforto dos fiéis (PINHEIRO, 1953. p. 11-12).

Percebemos aí, alguns elementos iniciais no processo de urbanização da cidade do Crato: o mercado, o cemitério, a localização das primeiras casas da cidade, além da preocupação higienista e de saúde pública, e o interesse de já modelar um tipo de cidadão, que seja ele cristão e possuidor de outras características da elite local da época, sendo esse modelo propagado pela imprensa como o padrão a ser seguido.

No decorrer dos anos, mais espaços foram sendo ocupados na cidade do Crato, lugares como as conhecidas boticas, que davam a cidade meios de sociabilidade,

sendo ponto de encontro de parte da elite local e perdurou até a segunda década do século XX, onde se jogava gamão e mão-no-saco⁹, além das rodas de conversa.

Em 1875 foi criado o ensino secundário administrado pelo seminário de São José, construído pelo D. Luiz Antônio dos Santos – o primeiro Seminário do ensino Secundário do Cariri - e em 1919, o presidente João Tomé de Saboia e Silva, fundou o Curso Secundário do Crato. Antigamente, quem tinha melhores condições financeiras migrava para Fortaleza e concluía seus estudos por lá, já os menos afortunados estudavam em condições bem rudimentares em escolas públicas ou mesmo privadas, com um padrão bem inferior. De acordo com Irineu Pinheiro

Antigamente, eram os sertões quase bárbaros. À orla do Atlântico, em sua grande maioria, floresciam as capitais das províncias, lugares de civilização e conforto, em contacto mais direto com a Europa de onde nos vinham pelos paquetes livros de ciência e de arte, jornais e revistas, objetos de utilidade e de luxo, costumes e modas, segundo as quais nos vestíamos e ornávamos nossas casas (PINHEIRO, 1953).

O modelo europeu de civilização e modernização se alastrou pelas elites e governos de várias províncias do Brasil, e suas capitais grandes reprodutoras, ou melhor, eram os lugares onde se buscava enrijecer essa noção moderna de sociedade e civilização, porém, a elite liberal das cidades do interior, também buscava reproduzir tais aspectos da cultura europeia ocidental. Na cidade do Crato, toda essa mentalidade e discurso era disseminado pelo jornal liberal “O Araripe” e consumida por sua elite. Em outra passagem, os autores acima citados atentam para o aspecto moral de outrora, visto e percebido pelo botânico George Gardner

Lamentável, inegavelmente, o aspecto moral da cidade do Crato, há dez décadas passadas. À acreditarmos, como devemos acreditar, em Gardner, homem veraz e sisudo, era o Crato, aí pelos anos de 1838 e 39, ‘esconderijo de assassinos e vagabundos de toda a espécie’, em cujas ruas passeavam ‘criminosos de morte, livremente, a luz do dia’. Amavam os habitantes do Crato ‘o jogo de cartas, sua ocupação principal’, na frase de Gardner. ‘Durante o dia, quando faz bom tempo, escreveu o botânico inglês, veem-se grupos de todas as classes, desde os que se chamavam gente boa até os de ínfima condição social, sentados nos passeios à sombra das casas, profundamente absorvidos no jogo. Os mais respeitáveis jogam patações de prata, os pobres jogam moedas de cobre ou usam grãos de feijão como tentos. Levantam-se frequentes brigas que, muitas vezes, se resolvem a ponta de faca’. Acrescentou que ‘homens da melhor classe social, poucos anos depois de casados, separavam-se de suas mulheres, despediam-nas de casa e as substituíam por moças complacentes que com eles conviviam sem se prenderem por vínculos de matrimônio’. Ajuntou, ainda, que isso não admiraria se se considerasse o modo de vida do clero local. Ele o pinta de tal forma que, involuntariamente, nos vem ao espírito a figura de Padre Manuel

⁹ Jogo em que era colocado em um saco pedras com números de 1 a 90, cada participante do jogo pegava uma pedra do saco sem que o outro visse, ganhava aquele que tirara o maior número. Normalmente se jogava apostando.

da Nóbrega, o Apóstolo do Brasil, e verberar em 1551 os hábitos dos clérigos pernambucanos, os quais ‘tinham mais ofício de demônios que de clérigos’, no lugar do grande jesuíta. É desolador o quadro descrito pelo viajante inglês em 1838, mas devemos registrar que daquela data em diante evoluiu o Crato, aperfeiçoando-se moralmente (idem. p. 20).

Assim, aspectos rudes de jogatinas e apostas, bem como as separações matrimoniais, eram vistos como atitudes repugnantes para o que se queria de uma sociedade cristã. Após as acusações de Gardner, buscou-se através da criação do bispado do Ceará, acabar com as irregularidades e os abusos de vigários e fiéis, já em meados do século XIX. Buscava-se agora, disciplinar e instruir a população de acordo com a ordem cristã. Os autores, entusiasmados, afirmavam

Progredimos, sem dúvida, na esfera moral, intelectual e física. Maior será nosso adiantamento de hoje em diante, porque à proporção que os dias passarem, mais celebre e enérgico será, também, o impulso que nos arrebatará sempre para frente. Somos uma bela cidade, com bonitos prédios, com lindos jardins, com estabelecimento de ensino secundário e primário que nos honram e ao Ceará, com vigorosas ações de classe, sede de florescente Bispado que tantos serviços tem prestado ao Cariri e aos sertões que nos circundam. Progredimos, repito, mas muito mais teríamos progredido se no correr dos tempos se tivesse concretizado em realidade o sonho dos vereadores cratenses quando, em 10 de julho de 1828, numa demonstração de inteligência e patriotismo, dirigiram ao governo uma representação, advogando a criação da província do Cariri Novo, cuja capital seria o Crato (Ibidem. p. 27-28).

Otimismo, patriotismo e o desejo de tornar a cidade do Crato capital provinciana para que esta acompanhasse o desenvolvimento das grandes cidades do país, faziam parte dos discursos da elite local e dos meios de comunicação que a representavam. Buscavam mostrar que o Cariri devia tornar-se independente do Ceará e que esta cidade era digna de capital, uma vez que se tornava a principal cidade da região do Cariri, com facilidades de comunicação e interação com as demais cidades do sertão. Um outro aspecto, também marcante e enaltecido pelos autores é a respeito do sentimento patriótico dos habitantes do Crato e as participações de sua gente à frente em momentos históricos, onde defendiam a República do Brasil e sua unidade

Nos séculos XVIII, XIX e princípios do XX, dirigiram negociantes e donos de engenho, que constituíam a classe alta do Crato, como se viu, a política local, administraram o município, comandaram exércitos em 1822, 23 e 24, nas lutas da Independência e da Confederação do Equador. No setênio de 1817 a 1824 nenhum município brasileiro, julgamos, excedeu ao do Crato em brilho e lances de patriotismo, parecerá a primeira vista, exagerado o que avançamos, mas não o é, ao nosso ver. Pelejaram os cratenses, de armas nas mãos, pela Independência, pela República, pela unidade do Brasil. Cratenses os que chefiaram esses movimentos no Ceará, Piauí e Maranhão. Sabemos que alguns, como Capitão-mor Filgueiras, não nasceram no Crato, nem no Ceará, mas aqui viveram, integralmente, sua vida pública, exercendo cargos, contando com a solidariedade da Câmara, de seus amigos e seus parentes, do povo, em suma, para suas arrojadas empresas patrióticas.

Assim, alguns moradores do Crato e seus representantes no parlamento, juntamente com a imprensa local, exaltavam os grandes heróis locais como, Barbara Pereira de Alencar¹⁰ e Tristão Gonçalves Pereira de Alencar¹¹. Se difundia a ideia de que o Crato era um local digno de capital, sua população guerreira, seu território rico e fértil, e seu desenvolvimento educacional e físico só tendendo a crescer cada vez mais. Desse modo, percebia-se que pela importância geográfica, política, econômica e cultural, o Cariri era digno de tornar-se independente do Ceará, e, que o Crato, em sua singularidade e pioneirismo em vários aspectos, possuía caracteres de capital da nova província.

1.2 – CRATO: CAUSOS E REPRESENTAÇÕES

A cidade, seja ela qual for, possui aspectos singulares e aspectos que são comuns a outras cidades, se adequando e existindo a partir do olhar que se faz sobre ela. A cidade pela qual temos certo apego e afeto faz-nos compará-la a outras, buscando algo em comum em seu desenvolvimento, em suas características, tipos, espaços; como também, e por certo, queremos muitas vezes, distingui-la das outras cidades, demonstrando sua singularidade, peculiaridades e especificidades. Criamos, então, uma imagem sobre a cidade a partir de como a percebemos e queremos que ela seja, como também, entendemos e julgamos as demais cidades, diferenciando ou aproximando uma das outras.

A cidade é uma representação que toma forma a partir da percepção de quem a fala. Não queremos dizer que a cidade se faz puramente no campo do imaginário, mas que a cidade é plural e possui diversos significados, cabendo-nos verificar aspectos de sua construção, ou como queiram, percepção de seu espaço e de seus aspectos plurais que fazem dela uma identificação. A cidade é antes de tudo um espaço físico, que possui significados múltiplos e diversificados por quem a experimenta, ou seja, a cidade é uma experiência, e como tal, não existe experiência conjunta. O indivíduo experimenta a partir do que ele é, e ele é único. Quando dizemos que fulano tem 80 anos e que este tem experiência e muita história para contar,

¹⁰ Bárbara Pereira de Alencar, nascida em Cabrobó, Pernambuco, em 11 de fevereiro de 1760, participou da Revolução de 1817 e da Confederação do Equador.

¹¹ Tristão Gonçalves de Alencar, filho de Barbara de Alencar, nasceu em 1789, participando, assim como sua mãe, das revoluções Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador.

queremos dizer que ele viveu, até então, 80 anos de experiência, ou seja, experimentou 80 anos de sua vida. Porém, como ele experimentou esses anos de vida é bem diferente de outro indivíduo que possui a mesma idade, mesmo este tendo vivido na mesma cidade e na mesma época.

Apropriando-se da cidade e agindo sobre ela, temos a concepção do que ela seja. Assim, a forma como a tratamos diz mais de nós do que propriamente da cidade que discursamos, no entanto, não podemos desconsiderar efeitos de verdade existentes em cada representação que busca na prova dar um caráter verossímil. Verificamos, então, as possibilidades existentes sobre determinada cidade e sobre quem nos emite informações dela, porém, a desconfiança sobre tais possibilidades se faz necessário, pois, como afirma Carlo Guinzburg

O tema não era novo; nova era a desconfiança na possibilidade de evocar, graças ao virtuosismo retórico, o passado como um todo completo. No seu lugar começava a aflorar a consciência de que o nosso conhecimento do passado é inevitavelmente incerto, descontínuo, lacunar: baseado numa massa de fragmentos e ruínas (GUINZBURG, 2007. p. 40).

Roger Chartier, em seu livro “A história ou a leitura do tempo”, traz uma discussão sobre o conhecimento histórico e a história como relato. Nele, o autor dialoga com outros três autores – Paul Veyne, Hayden White e Michel de Certeau -, onde se coloca a importância da narração e de seus aspectos. Em relação a Paul Veyne, Chartier destaca sua obra “Comment on écrit l’histoire” (como se escreve a história), aqui o autor atenta para o fato de que “a história é antes de tudo, um relato e que se denomina explicação não é mais que a maneira de a narração se organizar em uma trama compreensível”; já em Hayden White o destaque vai para seu livro “Metahistory” (meta-história), onde disserta sobre “as formas estruturais profundas da imaginação histórica”; por fim a obra “L’Écriture de l’Histoire” (a escrita da história) de Michel de Certeau, onde “afirma que o discurso histórico pretende dar um conteúdo verdadeiro (que vem da verificabilidade), mas sob forma de uma narração” (CHARTIER, 2009). Os autores aqui mostram a importância da narração histórica. Atentam para o fato de que a escrita da história e a explicação dos fatos, perpassam por aspectos referentes à imaginação, não podendo resgatar os fatos igualmente como ocorreram, mesmo tendo como objetivo legitimar aquilo que está dizendo.

Essa interpelação suscitou uma profunda preocupação, já que, durante muito tempo a história havia esquivado sua pertinência à classe dos relatos e havia apagado as figuras próprias de sua escritura, reivindicando seu cientificismo. Assim, quer se trate de uma recopilção de exemplos à moda antiga, quer se

ofereça como conhecimento de si mesma na tradição historicista e romântica alemã, quer se proclame “científica”, a história não podia senão recusar pensar-se como um relato e como uma escritura. A narração não podia ter uma condição própria, pois, conforme os casos, estava submetida às disposições e às figuras da arte retórica, ou seja, era considerada como o lugar onde se revelava o sentido dos próprios fatos ou era percebida como um obstáculo importante para o conhecimento verdadeiro (HARTOG apud CHARTIER, 2009. p. 12).

O fato de termos a consciência de que a escrita da história passa por um processo de estruturas narrativas comuns a da ficção, não nega o conhecimento histórico. Como afirma Ginzburg “reconhecer as dimensões retórica e ou narrativa da escritura da história não implica, de modo algum, negar-lhe sua condição de conhecimento verdadeiro, construído a partir de provas e de controles. Por isso o conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível” (apud CHARTIER, 2009).

Quando estudamos a cidade do Crato, vemos inúmeros discursos sobre a mesma, inclusive temos em nós uma percepção e uma experiência de vida nesta cidade, o que pode dificultar ou facilitar, dependendo de como queiramos trabalhar em relação a ela. No entanto, o que queremos aqui é buscar compreender como intelectuais e memorialistas percebiam a cidade do Crato, tendo em livros, contos, poesias e crônicas, disseminado informações que revelam algo sobre esta cidade e como ela está sendo representada.

A cidade do Crato, a partir do olhar dos memorialistas e dos cratenses que se destinaram a escrever, seja sobre os “principais” fatos ocorridos nesta cidade, seja contando alguns causos vividos pelos mesmos, o que temos em comum em todas essas narrações é um sentimento de pertencimento, orgulho e patriotismo por parte dessa gente. Percebemos aqui um olhar não crítico, mas de exaltação. A cidade do Crato, vista por estes, é um lugar diferenciado, um espaço onde habitou grandes personagens da história, pessoas ilustres no cenário político nacional. Exaltam, sobretudo, figuras como Bárbara de Alencar, sempre remetendo esta como heroína. Inflamam os grandes fatos históricos e a participação desta cidade em acontecimentos como a Revolução de 1817, a Confederação do Equador, a Sedição de Juazeiro, enfim, põem o Crato como uma importante cidade que teve participação em várias das “grandes histórias” deste país.

A obra de Paulo Elpídio de Menezes¹², intitulada “O Crato de meu tempo”, é um livro de memórias, onde o mesmo destaca aspectos diários da cidade do Crato nas últimas décadas do século XIX e início do século subsequente. Trata sobre as ruas, costumes, festas religiosas e folclóricas, bem como as tradições que eram exercidas neste período, que segundo Joaquim Pimenta, no prefácio deste livro afirma “tradições que se foram, ou que ainda perduram e resistem à ação sacrílega e demolidora do progresso”. Preocupa-se o autor, ao escrever este livro, com a escrita na sua concepção gramatical. Ao justificar o fazer de sua obra, o autor explana

Não se magoem os escritores cearenses. Inclusive os que escrevem com pena alheia; exclusive os que produzem obras de real valor nas letras pátrias. O Crato do meu tempo não lhes faz competência; não lhes diminui o mérito. São crônicas *corrente calamo*. O seu autor teve intenção, apenas, de ajustar o vocábulo à sua exata acepção, com termos mais adequados que exprimissem os fatos por ele narrados (MENEZES, 1985. p. 16).

Era comum, no período em que este escreveu, fazer a crítica da escrita apenas na sua forma e beleza textual, não percebendo aspectos da produção da narrativa – quem escreve, em que contexto está escrevendo, de onde parte a escrita, quais interesses embutidos e a quem serve – vistos principalmente a partir de meados do século XX em diante, onde se problematiza tais mecanismos da escrita.

Sobre o dia 24 de dezembro, data que marca a véspera do nascimento do menino Jesus, Menezes disserta sobre o costume e as ruas ocupadas pela feira do Crato ao final do século XIX. Nesse dia em especial, ele conta

Logo depois do meio-dia, começava a cabroeira a passar pela porta lá de casa, de camisa fina, de abertura engomada, colarinho duro, afogando a ponta da orelha, pano solto para esconder a faca que trazia metida na cintura. Na cabeça o chapéu-de-couro, enfeitado com bolotas de algodão, abas grossas e largas. Muitos acompanhados por mulher e filhos. Em geral, as serranas se distinguiam com os seus vestidos de chita encarnada, novos, porque, assim, evitariam os beliscões do galo. Tratava-se dos trabalhadores de engenhos e sítios das encostas da Serra do Araripe [...] Às quatro horas da tarde, ouvia-se o ronco da feira que, começando do Fundo da Maca, subia pela Rua Grande, morrendo no largo de São Vicente. Expandindo-se pela travessa da Califórnia, invadia parte das ruas da Boa Vista, da Vala, do Fogo, Laranjeira, Formosa e Pedra Lavrada. Entrava de noite adentro. Ao badalar do sino, chamando para a Missa do Galo, o movimento esmorecia. O barulho decrescia. O povo rumava em direção à Praça da Matriz. Deixavam de abandonar a feira apenas as pessoas que guardavam os montes de frutas de toda qualidade, as gamelas de massa de buriti, as rumas de rapadura, os tabuleiros, as mesas de jogo, as panelas de arroz de galinha, as bandejas de manúês e de doce seco, os potes de aluá, que se vendia por toda parte e era oferecido nas casas de família. Em diversos lares se erguiam lapinhas. Mas o presépio do Padre Félix primava sobre todos. Levantado no Orfanato por ele instituído, ali se encontrava, deitado no berço, o Menino Jesus, vigiado

¹² Paulo Elpídio de Menezes, nasceu na cidade do Crato, se formou em direito e exerceu durante muitos anos a profissão de Procurador Fiscal do Estado do Ceará, exerceu, também, função como jornalista.

por Maria e José. Os três Reis do Oriente, ajoelhados, e a estrela, pairando no alto, alumia a manjedoura, como que satisfeita de haver ensinado aos possuidores de tanta riqueza o caminho do lugar onde acabava de nascer o futuro reformador da religião judaica [...] A casa de minha mãe, viúva, ficava parde-e-meia com o Orfanato do Padre Félix. Eu tinha, talvez, uns oito anos de idade. Depois de ouvir a Missa do Galo, me levavam ara a rede. Pegando no sono, eu ouvia, quase abafada pela zoadada do povo, a vozinha tremida e afinada da Pastorinha destinada a pedir benefício da casa onde se amparavam as meninas que tinham a mesma sorte que a ciganhinha:

“Dá esmola, dá esmola,
Nem que seja de um vintém,
Que no céu acharás
A lapinha de Belém”

Era assim o Crato de 1887 que, com tanta honestidade e fé comemorava a noite do nascimento de um dos maiores filósofos e idealistas da humanidade (MENEZES, 1985. p. 21-22).

O mercado público, criado em 1850 pela Câmara Municipal do Crato, foi construído e arrendado por quarenta anos a José do Monte Furtado e Francisco Pereira Maia, com o fim do contrato na década de 1890, o Coronel Antônio Luiz assumiu a administração do prédio, sendo este demolido em 1948¹³. O antigo mercado de frutas da cidade localizava-se em três frentes, pegando de um lado a rua Grande, subindo pela Travessa Califórnia e do outro lado a rua do Fogo – atualmente, nesse local, temos respectivamente a rua Senador Pompeu, Bárbara de Alencar e João Pessoa, sendo estas as principais ruas do centro da cidade. A feira não só era lugar onde se comprava frutas e outros alimentos, era também, local de jogatinas e socialização dos cratenses, sejam dos que moravam no perímetro urbano ou rural.

A cidade do Crato é caracterizada pela forte ligação à religiosidade e apego às grandes personagens. Na citação a seguir vemos uma exaltação à Barbara de Alencar, onde até os dias atuais se diz sobre o Crato “a cidade de Bárbara de Alencar”, mesmo esta, tendo nascido em Cabrobó – cidade pernambucana -, indo morar em Crato ainda na adolescência, podemos notar, também na citação, aspectos da religiosidade

Na cidade de Dona Bárbara de Alencar, não se queria ateu. Nem como visitante. Rodrigues Júnior tentou chegar até ali, para fazer propaganda de sua candidatura ao Congresso Nacional e não conseguiu, devido à animosidade despertada na população pelos políticos seus adversários, dizendo que se tratava de um homem sem Deus e que não acreditava na virgindade de Nossa Senhora (Idem. p. 30).

¹³ FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. **Crato: evolução urbana e arquitetura 1740-1960**. Fortaleza: Província edições, 2007.



Era inadmissível, para os membros da “boa sociedade” na época, que alguém colocasse em dúvida a honestidade da Igreja Católica, responsável pela educação e primeiros passos do desenvolvimento urbano da cidade do Crato. Na fotografia acima, temos uma procissão na rua da Liberdade – hoje Avenida Duque de Caxias - em homenagem a Nossa Senhora da Penha, padroeira da cidade. Percebemos a rua larga com algumas casas ainda rudes cobertas por palhas e outras com telhas. Ao fundo do lado esquerdo dá para ver o Seminário de São José, o qual se mantém até os dias atuais com a mesma estrutura física. De acordo com Raimundo de Oliveira Borges

A história da cidade do Crato começa na Praça da Sé, com sua fundação, ali, pelo capuchinho italiano Frei Carlos Maria de Ferreira. É certo que ele começou o aldeamento dos índios Cariris, habitantes da região, na Missão do Miranda, onde hoje se ergue o imponente Estádio do Mirandão, mudando, no entanto, logo depois, com ânimo definitivo, a dita Missão, para o local onde agora se alteia, dominando a urbe religiosa a Sé Catedral da Diocese de Nossa Senhora da Penha (BORGES, 2008. p. 17).

Durante os primeiros meses do ano, segundo Menezes, os dias eram de espera pela chuva: “o comércio se retraía esperando o iniciar das chuvas. Os agricultores pobres sofriam certa restrição nos seus créditos. Somente com a segurança do inverno, a situação se normalizava” (MENEZES, 1985). Nesse momento, o autor está se referindo aos últimos anos do século XIX, mais precisamente finais da década de 1880, quando tinha passado a estiagem de 1877/79. A população ainda estava temerosa em relação à seca e os fatores que se desestruturavam a partir daí.

Segundo Figueiredo Filho “as secas por sua vez são ameaças perenes contra a economia de todo o polígono do secular flagelo [...] a seca grande do século passado foi a de 1877 a 1879, que ficou na memória de todos como época terrível de calamidade pública”. Discutiremos mais sobre a “grande seca” de 1877-1879 no capítulo seguinte.

Voltando o diálogo com Menezes, o autor afirma, que durante o mês de fevereiro – mês do carnaval – as brincadeiras e festas, eram diferentes em relação aos das capitais, porém, “não transcorria, sem a brincadeira irreverente do entrudo, que substituía os bailes de máscaras realizados nas grandes metrópoles. Para evitar diversões tendentes à licenciosidade, o padre trazia o olho sempre bem arregalado”. A igreja, aqui representada pelo Padre Félix, vigiava as práticas da população em tempos de carnaval, sempre fiscalizando, reprimindo, colocando o que era permitido e o que não o era, buscando padronizar, moldar e evitar atos e condutas imorais. De acordo com Menezes, “à meia noite do dia seguinte, soavam as badaladas plangentes do sino das almas, anunciando que tudo devia cessar com a entrada da quaresma”.

Durante o carnaval, parte da população parecia esquecer a ameaça da seca, mas quando chegava a quaresma o risco de uma nova estiagem voltava a preocupar, sendo sempre lembrada durante as procissões que tornavam mais frequentes, realizadas à noite e a dos penitentes mais tarde quando “a cidade já dormia”. Os penitentes caminhavam pela cidade, somente depois que o restante da população voltasse para suas casas, daí poderiam fazer suas penitencias, pedindo misericórdia. Nas procissões suplicava-se por chuva, sendo a seca vista como castigo pelos pecados causados, dessa forma, pedia-se misericórdia, como podemos perceber no cântico de súplica dos penitentes, encontrado na obra de Menezes

Meu Deus, meu senhor
De nós tenha dó,
Que a seca é grande,
está tudo em pó.

Está tudo em pó,
Por nossos pecados,
Por eles serem grandes,
Somos castigados.

Somos castigados,
Com grande rigor,
Que há de ser de nós,
Sem vosso favor

Sem vosso favor,
Morremos à fome,

Na casa do pobre,
Nela se não come.

Raimundo de Oliveira Borges¹⁴, em seu livro “A alma encantadora das ruas do Crato”, assim como na obra discutida anteriormente, fala sobre alguns fatos e curiosidades desta cidade. Diferentemente de Paulo Elpídio de Menezes, Borges não nasceu no Crato, mas veio para esta cidade ainda na sua infância, integrante do Instituto Cultural do Cariri, escreveu diversas obras, muitas delas remetem a esta cidade, a qual adotou como sua.

Assim, como os demais integrantes do ICC, Borges escreve a história a partir de uma perspectiva acrítica, exaltando e relatando os “grandes” personagens e feitos desta cidade. Vemos que o Crato, na representação feita pelos intelectuais do início do século XX até meados desse mesmo século, é sempre associada a grandes fatos históricos e seus personagens de nomes fortes, deixando de lado as histórias das pessoas comuns. Essa história, que estes intelectuais nos passam cheios de orgulho e saudosismo, passa pela ideia que eles tinham da cidade e como eles a enxergavam.

A cidade aproxima e exclui. Ela é construída a partir do desejo da população, mas, assim como afirma Pesavento, a cidade é um local de confronto e antagonismos. A cidade que é formada não atende a todos, mas, sobretudo, remete aos interesses de alguns.

No caso da cidade do Crato, os intelectuais têm importância extrema na construção de uma ideia que se quer efetivar, identificando os tipos de seus habitantes, qualificando-os – ou desqualificando-os – e classificando-os, mostrando os personagens históricos, os feitos dignos de serem exaltados, enfim. No prólogo de sua obra, Borges afirma: “seria para mim motivo gratificante satisfação se pudesse descrever em elevado estilo e fidelidade a alma encantadora das ruas desta cidade, na abrangência de suas casas, de seus monumentos, de suas pessoas, de seus acontecimentos e de outras coisas mais, que a pátina do tempo destruiu” (BORGES, 2008). O próprio autor percebe a dificuldade que se tem em contar a história total e real, mas, ainda assim se faz a tentativa. Logicamente a sua versão é uma possibilidade de verossimilhança, não neutra, nem imparcial, menos ainda

¹⁴ Raimundo de Oliveira Borges, nasceu no dia 2 de julho de 1907, em Caririçu. Em 1922, se transferiu para a cidade do Crato, onde cursou o secundário no Colégio São José de Crato. Estudou Medicina nas faculdades da Bahia e de Recife, e, concluiu a faculdade de Direito, na faculdade de Direito no Ceará, em 1933/37. Foi presidente do Instituto Cultural do Cariri – ICC.

transparente. Notamos, também, a insatisfação com que o mesmo percebe as mudanças, talvez quisesse ele que esta cidade ficasse estática no tempo, fosse ela atemporal. Gravadas nas lembranças de quem viveu certas experiências cidadinas, este espaço de vivência, certamente, poderia parar, já que seu valor se perde no momento em que ela ganha novas apropriações e práticas, que mudam no tempo de acordo com as novas mentalidades. Para a infelicidade destes, assim como o tempo, a cidade não para. Ao tratar sobre as ruas do Crato, em seu início urbano, o referido autor afirma “o Crato atrai, o Crato fascina. Não foi pois sem razão que a Edilidade gravou na coluna da Hora-Cristo Redentor – em frente a antiga Estação Via-Férrea, este convite: seja bem-vindo, aqui há lugar para todas as pessoas de boa vontade” (BORGES, 2008).

“Se eu fosse podre de rico
Não morava no mato
Iria morar com Laurinda
Lá nas ruas do Crato”.

“Crato muito te amo
Muito te quero
Não só pelos teus belos rincões
Mas pelos arrancos cívicos
Dos teus grandes filhos
Alencares e Tristões”.

Nesses versos, percebe-se a vontade de ascender financeiramente para poder andar e morar nas ruas do Crato, pois era uma cidade de elite - pelo menos era essa a ideia que se passava sobre o Crato. A cidade que se queria construir, homogênea, com bons costumes e ligada à tradição patriótica e cristã. Notamos mais uma vez o patriotismo e a devoção por Bárbara de Alencar e seus filhos: José M. de Alencar e Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, isso porque, foram eles “nossos primeiros libertadores”, uma vez que lutaram na Revolução emancipacionista de 1817, antecipando a independência do Brasil¹⁵. É importante perceber esse olhar para e sobre o Crato, para que assim possamos entender, também, o porquê de certas atitudes tomadas no cenário urbano e a criação de certas instituições mantenedoras da ordem vigente.

Aqui, citamos duas obras: “O Crato de meu tempo”, de Paulo Elpídio Menezes; e “A alma encantadora das ruas do Crato” de Raimundo de Oliveira Borges. O primeiro escreve sobre suas lembranças quando ainda criança residia nesta cidade: as ruas,

¹⁵ Ver BORGES, Raimundo de Oliveira. **A alma encantadora das ruas do Crato.**

as pessoas, alguns costumes, enfim, aspectos da cidade do Crato dos finais do século XIX e primeira década do século XX. Já Raimundo de Oliveira Borges, além de contar suas lembranças, explana também aspectos da modesta urbanização da cidade do Crato no século XX. No entanto, os dois autores escrevem deixando claro seus saudosismos e até mesmo uma certa resistência ao tempo, temendo as mudanças por qual o Crato vinha passando. Uma cidade, que a certo modo persistia aristocrática, mas que já incluía mecanismos de modernização durante as primeiras décadas do século XX. É um olhar sobre a cidade, visto por duas pessoas que faziam parte da sociedade padrão e que queriam efetivar uma dada representação sobre a cidade do Crato, para que esta noção que os mesmos têm sobre tal cidade não vire poeira no tempo, mas que se configure inerte nas gerações seguintes e estática no tempo.

1.3 – Crato no início do Século XX

Nasce a Vila Real do Crato em 21 de junho de 1764, anteriormente conhecida como Missão do Miranda. O processo urbano desta vila se deu de forma lenta, se compararmos às grandes cidades que se desenvolveram pelo Brasil nas primeiras décadas do século XX, devido a sua característica agrária, onde suas principais atividades econômicas eram tipicamente primárias, sendo a criação de gado e o cultivo de cana-de-açúcar a base econômica local¹⁶. Segundo Waldemar Farias:

O processo de urbanização da cidade do Crato aconteceu junto à herança de um passado rural. O seu crescimento e modernização foi resultado das atividades primárias: criação de gado, cultura canavieira e do algodão; fato comum a várias cidades do Nordeste. A cidade crescia ou estagnava ao ritmo do crescimento ou estagnação destas produções (FARIAS FILHO, 2007. p. 76).

Até meados do século XIX as vilas do Ceará se caracterizavam por ter poucas casas, uma igreja, uma cadeia e algumas poucas atividades comerciais. A maior parte da população vivia na zona rural e chegavam à cidade em dias feriados e aos domingos para assistirem a missa.

Nos primeiros decênios do século XX, a cidade do Crato - Pela Lei provincial nº 628, de 17 de outubro de 1853, a Vila Real do Crato torna-se cidade -, ainda que lentamente, começou a ter seus primeiros aspectos de cidade urbanizada. As noções

¹⁶ Ver FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. **Crato: evolução urbana e arquitetura 1740-1960**. Fortaleza: Província edições, 2007.

de modernidade começavam a ser propagadas, mexendo com a população local, principalmente a elite que outrora vivia nas propriedades rurais.

Esse início de transformação da cidade, com aspectos modernos, se dá pela mudança de mentalidade que paira o país, com ideias vindas principalmente da Europa e que tomava as capitais do Brasil, tornando-as grandes centros urbanos e mais tarde grandes metrópoles. Porém, não foi apenas nas capitais que ocorreram mudanças na mentalidade da população e na estrutura física da cidade. Como já foi dito, em algumas cidades do interior, como o Crato, por exemplo, que possuía contatos comerciais e recebia bastante influência de Recife e Fortaleza, capitais do Pernambuco e do Ceará, respectivamente, traziam dessas cidades pensamentos modernos, de cunho progressista, sobretudo, de uma elite intelectual que concluía seus estudos nos grandes centros do país, inclusive no Rio de Janeiro.

A cidade do Crato nas primeiras décadas do século XX fazia coexistir aspectos modernos trazidos de fora e tradicionais que resistiam ao atropelamento total do novo sobre o antigo, que ainda não era tão antigo assim, visto que esta cidade se desenvolvia a partir da agricultura, principalmente dos engenhos de rapadura e da produção do algodão.

Escolas, alargamento das ruas, construção de casas com estilo moderno, passeio público, cassino, bar, cinema, luz elétrica, automóveis, estação de trem e maior quantidade de estabelecimentos comerciais, são alguns dos aspectos da modernização local. O comércio da cidade do Crato, neste início de século, ocupava o terceiro lugar do Estado do Ceará, ficando atrás de Fortaleza e Sobral.

Esses aspectos do início da urbanização na cidade do Crato foram alvos de registros fotográficos. Uma curiosidade das fotografias que tivemos acesso é a ausência de pessoas de baixa renda nas ruas da cidade. Também tivemos acesso a livros escritos por memorialistas e nesses livros, igualmente às fotografias, pode ser também verificado esta não presença de pobres. Somente, nos períodos de estiagem é que notamos a presença destas pessoas menos afortunadas nos discursos dos memorialistas locais, sempre sendo utilizado o termo “flagelado”, como se estes não fizessem parte da história, pois até mesmo quando tratam daqueles que migravam para a cidade devido à escassez de chuvas, eles - os memorialistas - exaltam as benfeitorias dos homens da “boa sociedade”.

Como se sabe, o século XIX foi um período de grandes descobertas e criações tecnológicas impulsionadas pela Revolução Industrial, patrocinada pela burguesia, e,

em alguns casos, financiada pelo Estado, como no caso de algumas descobertas onde o Estado indenizou certas invenções, as quais seus criadores tinham dificuldades para patenteá-las, assim sendo, o Estado intervia tornando a invenção domínio público. Essas iniciativas do Estado, tal como de uma camada da sociedade em ascensão, reflete o momento e a mentalidade em que certos países se encontravam - momento de transição para uma sociedade industrial capitalista.

Foi o que ocorreu no caso da fotografia, onde o Estado francês pôs o invento em domínio público, possibilitando o desenvolvimento contínuo de tal empreendimento, como afirma Walter Benjamin

Já se pressentia, no caso da fotografia, que a hora da sua invenção chegara, e vários pesquisadores, trabalhando independentemente, visavam o mesmo objetivo: fixar as imagens da *câmara obscura*, que eram conhecidas pelo menos desde Leonardo. Quando depois de cerca de cinco anos de esforços Niepce e Daguerre alcançaram simultaneamente esse resultado, o Estado interveio, em vista das dificuldades encontradas pelos inventores para patentear sua descoberta, e, depois de indenizá-los, colocou a invenção no domínio público.

No entender de François Arago, o qual constituía a ala esquerda da oposição republicana e visava ideias de progresso, tal invenção seria uma ótima iniciativa para pesquisas e novas descobertas, possibilitando resultados mais eficientes e maiores experiências no ramo científico de maneira geral, nas artes e demais domínios.

O espírito liberal, dotado pela fé no progresso, estava em ascensão nas primeiras décadas do século XIX, porém, ainda convivía, mesmo que em decadência, com uma camada da sociedade conservadora, baseada numa nobreza tradicionalista. Foi questão de tempo para que a burguesia surgisse como pilar da sociedade, junto a isso, uma mentalidade repleta de saber científico voltado para o mercado. Essa era a mentalidade que estava em voga na sociedade francesa no período da daguerreotípia¹⁷, como podemos observar nas palavras de Gay-Lussac:

Tudo o que ocorre para o progresso da civilização, para o bem-estar físico e moral do homem, deve ser objeto constante da solicitude de um governo esclarecido, à altura dos destinos que lhe são confiados; e aqueles que, por felizes esforços, dão o seu contributo para essa nobre tarefa, devem receber honoráveis recompensas pelo seu sucesso (LUSSAC *apud* FREUND, 1995).

¹⁷ Louis Jacques Mandé Daguerre deu continuidade e aperfeiçoou o invento de Nicéphore Niépce. Após a morte deste último, Daguerre trava um acordo com o filho de Niépce, podendo explorar conjuntamente tal descoberta. Daguerre exigia que seu nome ocupasse lugar de destaque na publicidade relevante à descoberta. Ver mais em FREUND, Gisèle. **Fotografia e sociedade**. Vega, 2ª edição: 1995.

Raras, caras e difíceis de serem manuseadas, as fotografias, inicialmente, eram produtos pertencentes à elite, mas que em pouco tempo foi massificada, e, com objetivos diversos, as pessoas fotografavam e queriam ser fotografadas. Durante as primeiras décadas do invento, as poses estáticas, demoradas e desconfortáveis, ainda eram um problema. Freund nos permite compreender um pouco sobre tais dificuldades:

A dificuldade particular ficava a dever-se ao fato de que apenas devia preparar-se a placa pouco antes de a empregar, e que era necessário revelá-la imediatamente após a sua exposição à luz solar. O próprio tempo de pose era frequentemente superior a meia hora (FREUND, 1995. p. 40).

Ainda segundo Freund, o interesse do público e a importância econômica possibilitaram que a descoberta fosse cada vez mais aperfeiçoada, fazendo com que em pouco tempo fosse diminuídos o valor do produto, o tempo de pose, o peso e tamanho da máquina, favorecendo a locomoção de laboratórios fotográficos ambulantes e melhorando a qualidade das fotografias.

A população se interessou pela fotografia. Importante para a ciência, como dizia Arago, mas também fazia parte da vaidade da população em ter sua imagem fotografada, suas supostas conquistas materiais, suas lembranças afetivas, a ideia de ter um ente querido próximo, mesmo que esse já estivesse falecido ou morando distante. A fotografia ganha o mundo e a sociedade ganha a fotografia e a expõe em diversos meios. Os usos sociais da fotografia foram se tornando cada vez mais diversificados ao tempo que esta foi se popularizando, como afirmam Lima e Carvalho:

Invenção burguesa por excelência, a fotografia popularizou o retrato e levou aos recantos mais distantes do mundo essa caixa de “pandora”, contendo paisagem de lugares exóticos, de monumentos, de tipos humanos, retratos com apelos eróticos, paisagens urbanas das metrópoles, imagens chocantes de guerras e de conquistas científicas (LIMA e CARVALHO, 2009. p. 30).

A fotografia tornou-se símbolo da modernidade. Fotógrafos eram pagos pelas prefeituras para que estes retratassem o desenvolvimento urbano de tais cidades, festas comemorativas sejam de aniversário da cidade, momento cívico, ou mesmo da padroeira da cidade. Outro aspecto também relevante sobre a forma como o Estado se apropriava desse momento auge da fotografia, foi o “aprimoramento do controle da população por instituições, especialmente a polícia¹⁸”, ou ainda, como indícios para desvendar certos mistérios, como demonstra a ficção inspirada nos romances de

¹⁸Ver PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (Orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: contexto, 2009.

Agatha Christie, em que Poirot, detetive detalhista, busca encontrar vestígios de um crime em tudo que possa lhe permitir informações sobre os suspeitos, como no episódio “Cards on the Table” publicado em 1936, onde a revelação de algumas fotografias lhe permitiu, juntamente com outras fontes, desvendar a identidade do criminoso.

Nessa perspectiva, nós historiadores buscamos analisar as fontes e documentos em busca de vestígios e rastros que nos levem a compreender como alguns fatos aconteceram e acontecem, sobre a mentalidade de uma época, sobre as pessoas, espaços e comportamentos, ou seja, nos dar subsídios para entendermos melhor o que estudamos, podendo chegar não a uma verdade absoluta, mas a algo verossímil. Assim como as demais fontes, a fotografia também precisa ser problematizada, segundo Paul Ricoeur “não há documento sem pergunta, nem pergunta sem projeto de explicação”¹⁹.

Longe dos usos tradicionais em relação as fontes historiográficas, onde buscavam retratar os acontecimentos, como se estes pudessem ser igualmente repetidos, como se os documentos não precisassem ser problematizados, questionados em sua origem, em seu interesse, como se os documentos fossem neutros e transparentes, cabendo-nos apenas transcrevê-los como verdades absolutas, temos a percepção de que precisamos dialogar com as fontes para que estas possam nos subsidiar na pesquisa, assim sendo necessário averiguar e questionar as representações já existentes sobre o objeto que estudamos. Nesse sentido é que verificamos as fotografias, não apenas como auxiliar dos documentos escritos, mas também como vestígios que nos leve a algum lugar, que nos indique algo.

Colocado como um dos primeiros profissionais de história a utilizar as fontes visuais em suas pesquisas, Afonso de Escagnolle Taunay (1876-1958), fazia uso das fotografias “como recurso didático na construção de narrativas visuais que pudessem alcançar o público popular e heterogêneo que visitava as galerias do edifício do Ipiranga²⁰”, possibilitando-nos, no entender de Taunay, perceber, a partir de “flagrantes” recolhidos pela fotografia, como eram os tipos humanos, seus costumes

¹⁹ Ver Ricoeur, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução: Alan François [et tal.]. Campinas, sp: Unicamp, 2007.

²⁰ Ver PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (Orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: contexto, 2009.

e os espaços frequentados pelos mesmos, como se as fotografias de forma transparente pudesse, de fato, reproduzir tais aspectos. Ou seja, a fotografia nos serviria como prova incontestável daquilo que estava escrito, desempenhando assim, seu papel pedagógico, tornando certas representações incontestes.

De acordo com Arlindo Machado, não podem existir sistemas significantes neutros nem inocentes²¹. Por isso, a fotografia, por mais que emita uma mensagem denotativa, que exprime uma ideia de real, de verdade, que aparenta o verídico, dando a entender que possa substituir o retratado, a fotografia é uma representação, não é o real, ela possui, como afirma Barthes, “uma mensagem suplementar... o significante é um certo ‘tratamento’ da imagem sob a ação do criador”, ou seja, àquele que emite a fotografia, emite não apenas a mensagem pura, que reflete o real de forma plena, mas emite também, uma outra mensagem que é interessada e codificada, possuindo significados distintos de acordo com a cultura daquele que o significa, ou seja, o receptor da mensagem ler esta e pensa nela de forma singular. Uma mesma fotografia pode possuir significados diferentes para pessoas diferentes, e, por mais que o emissor queira passar uma determinada mensagem, o receptor significa-a ao seu modo.

Tendo a fotografia como fonte de pesquisa é necessário que haja, assim como qualquer outra fonte, um diálogo estabelecido entre o pesquisador e a mesma, problematizando-a, pois a fotografia não é capaz de refletir os interesses estabelecidos por quem as emite.

Sendo assim, podemos visualizar um pouco dos aspectos da modesta modernização da cidade do Crato durante os primeiros decênios do século XX. As fotografias que aqui são mostradas representavam interesses da sociedade que se queria em progresso, um desejo pelo moderno e noções de modernidade cada vez mais em ascensão, porém, como as demais cidades do Nordeste, a diferença entre as capitais dos Estados e as demais cidades eram e ainda são absurdamente grandes, devido os investimentos que foram sendo atribuídos nas capitais e pelo tradicionalismo de certos segmentos das cidades interioranas que ainda resistiam à fase de progresso capitalista, temerosos em perder seus prestígios.

Algumas dessas imagens foram utilizadas pelo engenheiro e arquiteto Waldemar Arraes de Farias Filho em seu livro “Crato: evolução urbana e arquitetura 1740-1960”.

²¹ Ver MACHADO, Arlindo. **A ilusão especular: introdução à fotografia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Nesse livro o autor trata um pouco da história e dos modelos urbanos e arquiteturas em períodos diferentes da cidade do Crato. Segundo Farias, a partir do final do século XIX até meados do século XX, a arquitetura do Brasil possuía feições ecléticas, o que significa dizer que é usado elementos de variados sistemas estilísticos em um mesmo edifício, o que era considerado um aspecto de modernidade²², e que, como as demais cidades do Brasil, a cidade do Crato tentava acompanhar esse processo e características da modernização, o que demonstra que a população cratense estava em consonância com o pensamento moderno da época o qual ia cada vez mais ganhando espaço nas cidades brasileiras, sobretudo nas capitais. Podemos observar na figura 6 essas características. De acordo com Farias “a fachada do edifício do Bar Ideal, datada de 1925, apresenta uma bela composição de traços ecléticos; predomina a simetria, com uma porta ao centro e duas janelas laterais, um grande adorno em forma de concha sobre a porta, porta e janelas emolduradas” (FARIAS, 2007. p.154).



O Bar Ideal Clube, fundado em maio de 1916, era um espaço de lazer da elite local, ou como afirma Martins Filho “ponto por excelência para o encontro das pessoas da boa sociedade”, assim como o Crato Clube e o Cassino Sul Americano. O Bar Ideal

²² FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. **Crato: evolução urbana e arquitetura 1740-1960**. Fortaleza: Província edições, 2007.

Clube, promovia bailes, banquetes e festas comemorativas. Em seu interior, havia mesas de bilhar e um amplo local com mesas a disposição da freguesia. Ao contrário do que havia no século anterior, onde as pessoas permaneciam em suas propriedades, com poucos espaços para a socialização, na cidade do século XX, onde se configura o espaço urbano, vemos cada vez mais a interação entre as pessoas e espaços de sociabilidade sendo construídos.

Fotografias de pontos de encontro e lazer da elite, estabelecimentos com fachadas modernas, desenvolvimento do comércio, escolas, alargamento das ruas, presença de automóveis, enfim, era constante a preocupação em registrar imagens que levassem a crer no progresso da cidade. A intenção era mostrar que o Crato acompanhava o ritmo das grandes cidades do país.

É importante atentarmos também para as vestes das pessoas que são fotografadas nas ruas. Crianças se vestindo como adultos e os adultos sempre muito elegantes, pelos olhos da câmara, uma sociedade homogênea e civilizada, como podemos notar na fotografia 7. Nessa imagem, vemos a estação férrea, um símbolo desse período inicial da modernização do Crato. A chegada do trem facilitava e aumentava a ligação da cidade do Crato com a capital do Estado²³.



Inaugurada em 29 de maio de 1926, a estação ferroviária do Crato, por qual a linha férrea é uma extensão da estrada de ferro de Baturité, construída em 1872 partindo de Fortaleza e passando por diversas cidades do Ceará, foi um marco na

²³ Em relação a estrada de ferro de Baturité, sugerimos a leitura do trabalho de Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez, intitulado “A construção da estrada de ferro de Baturité: a alteração da paisagem e a produção de outras fronteiras no Ceará (1870-1926)”. Nesse trabalho, uma das questões abordadas pela autora é que a estrada de ferro de Baturité, se formou com confrontos entre o saber científico e as oligarquias locais, favorecendo estas últimas, uma vez que a via férrea de Baturité estava subordinada ao governo provincial.

história do Crato, motivo de ampla comemoração por parte da elite local, como podemos notar na citação abaixo

Aos vinte e nove dias do ano mil novecentos e vinte seis, digo, do mês de maio do ano de 1926, às dezesseis horas, na rua Nova da mesma cidade, lugar designado para a construção do prédio que servirá de Estação da ferrovia Baturité, efetuou-se o lançamento da pedra fundamental da referida estação, a que estiveram presentes as autoridades civis, eclesiásticas, e grande massa popular. A solenidade foi realizada sob os auspícios da Associação Agrícola Comercial do Cariri, Associação dos Empregados do Comércio e União Artística Beneficente. À hora protocolar, foi dada pelo Mons. Juviano Barreto a benção da lápide primária do edifício, orando nesta ocasião o diretor da Gazeta do Cariri Sr. Loyola Alencar. Estiveram presentes à solenidade os seguintes engenheiros e funcionários da estrada de ferro de Baturité: Srs. Drs. Antero Soares, empreiteiro e construtor; José Augusto de Almeida e Antônio Urbano de Almeida, fiscais do Governo Federal. Compareceram ainda diversas comunidades, como a do Seminário Episcopal, Colégio Diocesano, Grupo Escolar e do Colégio Santa Teresa.²⁴

Durante a Sedição do Juazeiro²⁵, ainda não havia chegado o trem na cidade do Crato, porém quando a linha férrea de Baturité se expande até esta cidade, em 1926, é chegada inúmeras pessoas vindas dos mais variados municípios, inclusive para a cidade de Juazeiro, que cada vez mais se desenvolvia, tanto no que se refere ao comércio, quanto à religiosidade, cada vez mais, estas cidades recebem habitantes de outras localidades, sobretudo da zona rural, os quais buscavam salvação diante das irregularidades da chuva. Por outro lado, aproxima estas duas cidades à capital e outros municípios, facilitando a chegada e partida de mercadorias e de pessoas.

A Igreja Católica tem um importante papel no desenvolvimento urbano da cidade do Crato, instituindo escolas, edifícios de cunho assistencial, novos templos, enfim, todas essas construções visando uma sociedade moderna sob o domínio católico. Atualmente, a região do Cariri ainda é muito associada ao grande índice de religiosidade, principalmente no que se refere ao Padre Cícero, porém, vemos que a ligação com a Igreja veio anteriormente ao fenômeno do “Padim Ciço”, aumentando

²⁴ In Revista A Província nº2, 1954. Apud. FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. **Crato: evolução urbana e arquitetura 1740-1960**. Fortaleza: Província edições, 2007.

²⁵ Conflito que se estendeu por várias cidades do Ceará, partindo do Juazeiro do Norte até Fortaleza entre aliados de Franco Rabelo, atual presidente do Estado e partidários de Nogueira Accioly, com o intuito de derrubar o governo de Rabelo, o qual tentava inserir seu poder em todo o Estado, inclusive no Cariri, onde se tinha mais coligados de Nogueira Accioly, incluindo o Padre Cícero. Alguns dos combatentes acreditavam que era uma guerra em nome de Deus, por estarem apoiando e defendendo o Padre, protegendo a cidade de Juazeiro da invasão rabelista, sob o comando de Floro Bartolomeu, ao vencer as tropas rabelistas, os combatentes rumaram até a capital. Ver mais em RAMOS, Francisco Regis Lopes. Juazeiro e Caldeirão: espaços de sagrado e profano. In: SOUZA, Simone de (Org.). Uma nova história do Ceará. 3 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

ainda mais depois do mesmo e de seus supostos milagres. Podemos visualizar nas figura 9 o Colégio Diocesano do Crato, fundado pela Igreja Católica.



A Igreja Católica era a grande responsável pelo ensino e educação da população da cidade do Crato. De acordo com Arraes “durante a década de 1920, sob a influência da Igreja Católica, as feições da cidade começam a se modificar” (2007). O Colégio Diocesano do Crato – figura 9 – foi fundado em 1916, pelo bispo cratense Don Quintino, seu funcionamento primeiro foi no Seminário de São José e em 1926, sob direção do padre Francisco Pita, foi fundado um novo prédio no interior da cidade, tornando mais fácil o seu acesso. Podemos observar, com a fotografia acima, passos do primeiro período de urbanização que se configurava em Crato: um prédio moderno para a época em contraste com a rua ainda não pavimentada, o que demonstra que o processo urbano nesta cidade se deu lentamente por etapas e sem projeto urbanístico eficaz que pudesse ser implantado na cidade como um todo, mas sim por partes, de acordo com os interesses de parte da população, uma elite que aos poucos ocupavam a cidade. Em uma revista comemorativa das bodas de prata do Colégio Diocesano do Crato, temos a seguinte apresentação

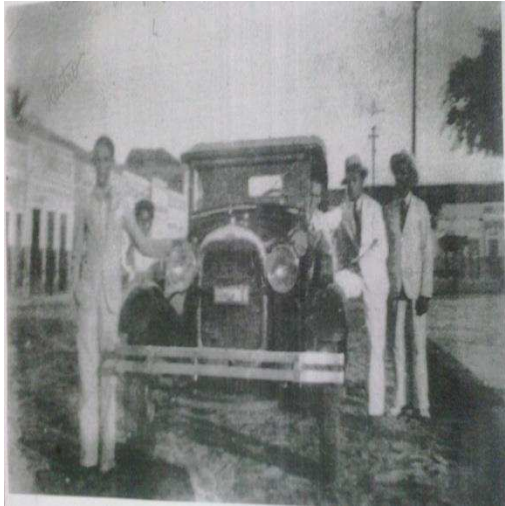
O esforço hercúleo de um sacerdote, amigo do progresso e devotado à causa da educação, plantava a semente benfazeja. O terreno, sáfaro que era, tornou-se fecundo paulatinamente. Adubado por extremos de labores e a

golpes de santa ousadia, o campo se fertilizou, fazendo medrar o pólen da boa arvore – o ginásio do Crato, hoje, Colégio Diocesano do Crato.

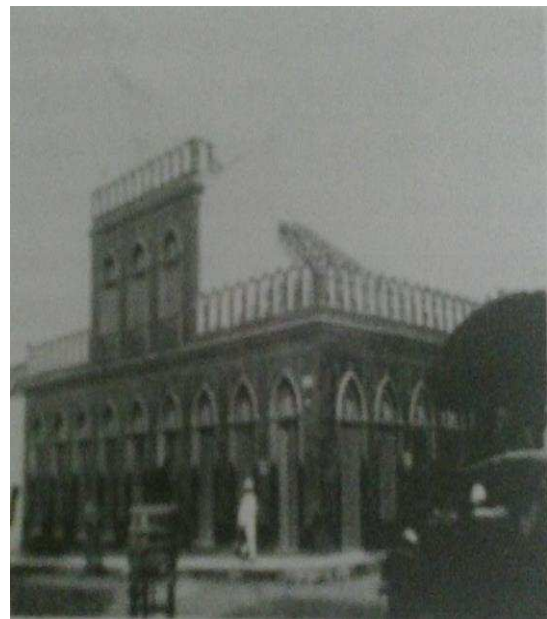
Em 1919 chegou ao Crato o primeiro automóvel da cidade, de propriedade de Siqueira Campos, dono de uma indústria de bebidas, homem empreendedor, que poucos anos antes de trazer seu automóvel, vindo de Recife para a cidade, havia, com seu próprio dinheiro, começado a pavimentação das ruas do Crato e propositalmente teria deixado algumas ruas sem pavimentação, apenas com montes de tijolos, esperando que o governo municipal a complementasse²⁶, demonstrando assim, que a mentalidade de parte da população estava se modificando de acordo com a nova conjuntura nacional de obras urbanas, é importante ser dito que a cidade de Fortaleza, nesse período – primeiras décadas do século XX -, estava crescendo a passos largos, enquanto que o desenvolvimento urbano da cidade do Crato esbarrava na resistência tradicionalista por um lado, e, pelo controle da Igreja do outro.

A figura 10, mostra Siqueira Campos e alguns amigos posando ao lado de seu veículo, estacionado ao lado de uma praça que hoje leva o nome de praça Siqueira Campos. Esta praça era uma inovação com um jardim bem cuidado e que durante muito tempo serviu de encontros e flertes para os jovens cidadãos filhos de membros da “boa sociedade”. Anos após, já na década de 1920, veículos como os de Siqueira Campos rodaram pelas ruas do Crato, ruas estas mais largas e calçadas, como pode ser observado na imagem 11. Essa imagem, da antiga rua do Fogo também mostra casas construídas com dois pavimentos e bem diferentes das casas da rua da Liberdade, que temos na imagem 5 do tópico anterior, o que indica a coexistência do antigo e as novidades arquitetônicas deste início de modernização, negando assim, a homogeneização e a unidade do período, demonstrando o contrário, que o processo de mudança pelo qual a cidade está passando, se faz pelas contradições e contrastes. A mudança que se faz não é repentina, nem passiva e sim um processo conturbado que perpassa por um desejo, um sonho, uma vontade que não é compartilhada por todos os habitantes da urbe e esses antagonismos muitas vezes geram conflitos, disputas e ações arbitrárias, para manter um projeto dominante.

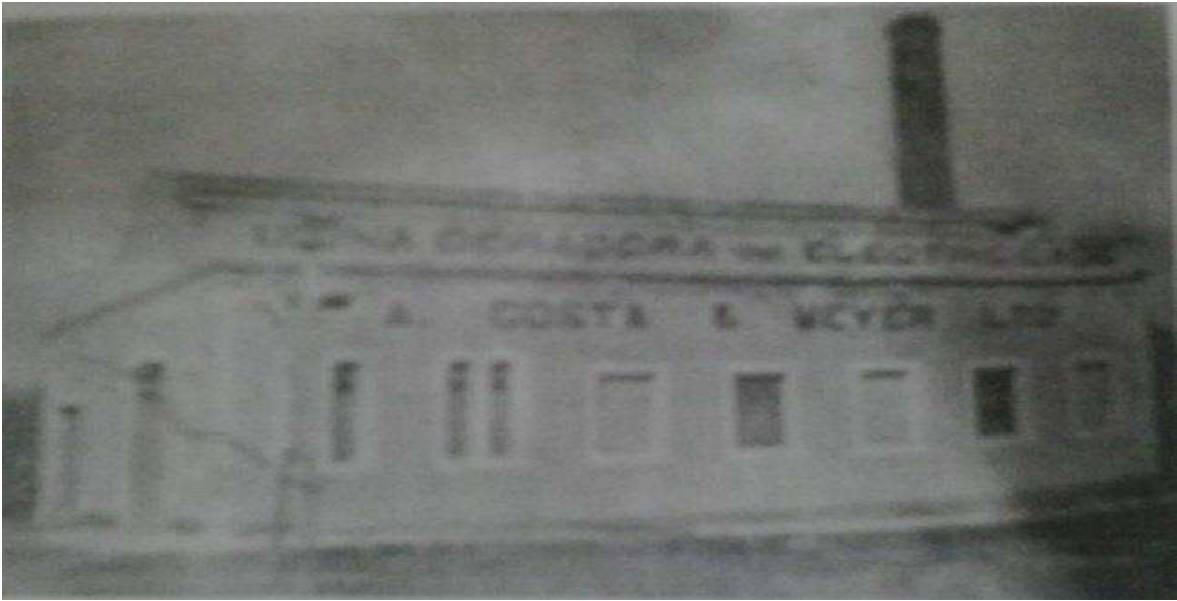
²⁶ Ver FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. **Crato: evolução urbana e arquitetura 1740-1960**. Fortaleza: Província edições, 2007.



A fotografia 12 mostra algumas pessoas que frequentavam o Cassino Sul Americano, mais um local para o lazer dos “bons cidadãos”. Na fotografia 13, podemos notar a presença do prédio do primeiro banco da cidade, o Banco do Cariri, fundado em 1921. Nessas fotografias podemos perceber, como o desenvolvimento urbano da cidade do Crato foi sendo modificado. A ascensão da sociedade que vai se enquadrando ao modelo capitalista, com o controle e a vigilância clerical para manter a ordem e os bons costumes.



Para finalizar as fotografias que aqui foram selecionadas para serem analisadas, temos a imagem da Usina Geradora de Eletricidade A. Costa & Meyer LTDA. Sendo esta usina fundada em 1920, possibilitando a produção de energia a vapor, sendo a primeira iluminação elétrica da cidade, como afirmou a professora Irene Cabral.



Embora em algumas fotografias possamos ver o antigo e o novo coexistirem, não se percebe a heterogeneidade da cidade, os conflitos sociais, como se o início da transição para uma sociedade cada vez mais capitalista tivesse ocorrendo de forma harmoniosa e passiva. Mas sabemos que a cidade é um ambiente que, também exclui, segrega, molda, se inventa e reinventa práticas de acordo com a ordem que estabelecem alguns, no entanto, por outro lado, há resistências diversas e confrontos. Mecanismos diversos são criados para que um modelo de vida e de sociedade seja cumprido, assim, busca-se no próprio discurso, mascarar certas práticas e ações definidoras de uma ordem que se quer prevalecer. Quando há irregularidade de chuvas, esse processo que é configurado na cidade se desestrutura a partir da migração e chegada de famílias à cidade, que de alguma forma se reinventa, criando outros mecanismos para a manutenção da ordem estabelecida por um grupo que a determina e manipula, projetando um padrão para a sociedade.

Desse modo, a migração de um grande número de pessoas, nos períodos de estiagem, em busca por melhores condições de vida nas cidades, principalmente nas cidades mais desenvolvidas como é o caso de Fortaleza no final do século XIX e de outras cidades menos desenvolvidas, como é o caso do Crato nas primeiras décadas do século XX, faz com que novas relações sejam estabelecidas e para manter a ordem e o desenvolvimento que se quer efetivar, as autoridades locais utilizam discursos e

práticas repressoras e pedagógicas, com o intuito de controlar e disciplinar a população. Assim, a seca deixa de ser um fator meramente climático e passa a ser um elemento histórico e social importante no desenvolvimento das cidades.

CAPÍTULO II – SECA: UMA CONSTRUÇÃO E UMA PERSPECTIVA

2.1. A SECA DE 1877: UM OUTRO OLHAR SOBRE A SECA

Chove ou não chove é sempre uma expectativa. Chove fora do tempo. Chove atrasado, ou não chove. Esta é a questão. As plantações se perdem, falta trabalho. O gado sofre quando não chega a morrer. As famílias dos agricultores passam fome, tentam se arranjar comendo raízes, se esforçam para encontrar alguma caça. Falta água para o próprio consumo e a tragédia maior é a morte provocada pela fome. A população esgota as possibilidades de sobrevivência em seus locais de moradia. Apela para os santos. A tragédia se espraia em várias direções. Os alimentos desaparecem e seus preços sobem bruscamente. A polícia intervém contra os saques ou ameaças de saque. Prisões coletivas (verdadeiros currais) são preparadas nas grandes cidades para isolar os flagelados. Começa o deslocamento em massa da população: o povo sai em busca de alimentos e empregos nas cidades. Organizam-se os planos para oficializar o êxodo para outras regiões do país. Autoridades locais pedem providências ao governo central. Ministros fazem declarações à imprensa. D. Pedro II se compromete a vender o último brilhante da Coroa com a finalidade de não deixar um único nordestino morrer de fome. Prefeitos municipais e governos estaduais decretam calamidade pública. Comovidos, demonstram preocupações, anunciam verbas e planos salvadores. Aparecem as “frentes de serviços”. Surgem as “frentes de emergência”. As vagas são sempre insuficientes a multidão de desempregados e famintos. Os apadrinhados dos “coronéis” pertencentes à oligarquia são escolhidos como “fornecedores” de gêneros alimentícios aos flagelados das “frentes de serviços”. Flagelados fantasmas são denunciados. Latifúndios são beneficiados com benfeitorias nas suas terras. Comitivas são formadas agrupando representantes das casas legislativas para conhecer de perto a extensão do flagelo provocado pela seca. Comissões são instituídas com a finalidade de oferecerem planos de combate às secas. Órgãos são criados com o objetivo de solucionar o problema. Emergem as contradições entre o discurso e as práticas na região. É assim que encontramos a “seca” como notícia desde alguns séculos passados. A análise dos jornais de hoje sobre o assunto revela pouca diferença dos jornais de 1877, quando aconteceu a chamada “grande seca” (PAULINO, 1992 apud MENEZES; MORAIS, 2002. p. 35).

Quando falamos em seca já se tem todo um imaginário preestabelecido, produzido e disseminado em torno desse tema que é a concepção de seca como problema seja ele climático, social, econômico, político e até mesmo cultural. A seca, em diversos meios de disseminação de informação e conhecimento, é percebida como a grande causadora do atraso e subdesenvolvimento do Nordeste brasileiro, um problema natural, que traz consigo vários outros e desse modo vai se construindo essa ideia e cada vez mais se propagando como verdade.

É necessário historicizar esta concepção, não coincidentemente datada a partir da grande estiagem de 1877/79²⁷, período este que percebemos a desnaturalização da seca e que verificamos as multífaces que se pode chegar a partir da percepção de seca como problema, inclusive tornando-se aspecto fundamental para a formação e desenvolvimento de algumas cidades.

Temos registros sobre estiagens que datam os primórdios da colonização nesta região que hoje chamamos Nordeste brasileiro. Dificuldades de se estabelecer nessas terras devido à irregularidade das chuvas ocorre desde as primeiras tribos aqui existentes, as quais migravam para terras mais úmidas em tempos de escassez. Mesmo com essa vulnerabilidade climática esse território foi ocupado e fixado por colonizadores “com base na pecuária, o que permitia uma certa mobilidade da produção durante as secas” (NEVES, 2004).

Como sabemos, a ocupação do Brasil durante o período colonial se deu a partir do Norte – hoje Nordeste²⁸ – tendo por base o modelo agrário-exportador, especialmente o açúcar, favorecido pelo clima tropical. Essa produção se dava sobretudo na Zona da Mata, enquanto que no interior se estabelecia a cultura de subsistência e da pecuária²⁹. Nos primórdios da colonização, apesar das dificuldades, a irregularidade de chuvas não era usada para justificar as mazelas dessa região. Os colonizadores, mesmo assim, buscaram se adaptar a esse território.

Com o decorrer dos anos, com a exploração da terra, desmatada para obter maior produção sobretudo da cana-de-açúcar, começavam as acusações destinadas ao clima semiárido pelas perdas da produção. Ainda sem muito impacto, essas reclamações não eram levadas ao governo provinciano, muito menos ao império, eram reclamações de âmbito local, não havendo ainda tanto alarde. Era comum nesse período a migração temporária dos pequenos agricultores para terras mais férteis de seus patrões, mantendo relações paternalistas com os mesmos. Estas relações

²⁷ Ver ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Palavras que calcinam, palavras que dominam: A invenção da seca no Nordeste. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero, vol. 14, nº28, 1994.

²⁸ De acordo com o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, a região nordestina surge no final da primeira década do século XX, substituindo a antiga divisão Norte e Sul. O autor afirma que esta região, hoje conhecida como Nordeste brasileiro, “nasce da construção de uma totalidade político-cultural como reação à sensação de perda de espaços econômicos e políticos por parte dos produtores tradicionais de açúcar e algodão, dos comerciantes e intelectuais a eles ligados”. Ainda segundo o autor, a paisagem imaginária desta região é baseada na saudade e na tradição. Uma unidade “imagético-discursiva” que produz o Nordeste com suas características naturais e identitárias, de certa forma, como afirma o autor: “O Nordeste é, em grande medida, filho das secas”.

²⁹ Ver MENEZES, Edith Oliveira de; MORAIS, Micaelson Lacerda. **Seca no Nordeste: desafios e soluções**. São Paulo: Atual, 2002.

acabavam por sustentar cada vez mais aspectos de subserviência dos trabalhadores em relação aos proprietários das terras. De acordo com Frederico de Castro Neves

Até meados do século XIX, contudo, a irregularidade de chuvas que caracteriza o sertão não havia significado um problema tão grande para os setores dominantes. Pelo menos, as cidades e as instituições modernas do poder, estruturadas neste mesmo período, estavam a salvo das agruras da seca. As terras úmidas da periferia do semiárido, abundantes e pouco povoadas, podiam ser ocupadas pelos grupos de sertanejos que perdiam as suas colheitas de subsistência e também pelo gado dos grandes proprietários. O Piauí e o Cariri eram as áreas mais procuradas por estas migrações periódicas. Muitos grandes proprietários possuíam terras nestas áreas como “reserva” para os tempos de escassez, quando o gado – bem mais valioso – poderia estar protegido (NEVES, 2004. p. 77).

Percebemos com a citação acima, que as terras localizadas no interior cearense eram ocupadas, pela criação de gado e pela produção tradicional baseada na agricultura de subsistência. A permanência dos trabalhadores nessas propriedades, lidando com a terra e com o gado de grandes proprietários rurais, favorecia o enrijecimento da relação de apadrinhamento, ou seja, a utilização da mão-de-obra escrava não era inexistente, porém, não era a mais utilizada nessa região do semiárido. Os trabalhadores mantinham uma relação baseada na lealdade, na submissão e proteção com seus patrões, que em troca lhes davam moradia e uma pequena parte da terra para a produção de subsistência do trabalhador e de sua família.

De fato assim ocorria, porém, é importante sabermos que estas relações de apadrinhamento não aconteceram da noite para o dia e muito menos aconteceram de forma amistosa. Foi estabelecida a partir dos interesses dos colonizadores que receberam as terras como forma de pagamento por seus atos militares de confrontos, extermínio e escravização dos povos indígenas. De acordo com Francisco Carlos Teixeira da Silva esse processo se deu com certa subjetividade em termos territoriais, já que não havia referência concreta das áreas ocupadas, pois como ele afirma

Naqueles primeiros tempos, a maior parte das terras era apropriada sem qualquer referência concreta à área ou localização, muito especialmente quando se tratava de terras dos sertões, não tão cobiçadas quanto as ricas e bem localizadas terras do litoral. Informações vagas, dadas pelos desbravadores e capitães de índios, serviam de base, em Salvador da Bahia – sede do poder metropolitano na nova colônia e principal núcleo do aparelho legal português -, para registros cartorários, que resultavam em virtual monopólio das terras recém-conquistadas (SILVA, 2002. p. 124).

O autor citado, a partir de suas fontes, coloca que no final do século XVII alguns daqueles que se apossaram das terras desconheciam a situação das novas conquistas. Ele cita o exemplo da doação à Domingos Affonso, que em 1674 teria

recebido as terras do Sertão, além das que já possuía, foram dadas as terras pelas cabeceiras do rio São Francisco³⁰, sem que seja essa área especificada. Assim, havia a apropriação dos recursos naturais, exploração da terra em alta escala e a dependência por parte daqueles que chegassem após os sesmeiros³¹. Ou seja, os colonizadores que recebiam as terras como pagamento das suas conquistas, garantiam, assim, o monopólio da terra e de seus recursos naturais.

Tensões sociais em torno da terra eram comuns. Na tentativa de reduzir essas tensões, a Coroa, sendo representada pela Carta Régia de 27 de dezembro de 1695 “limitaria as doações às dimensões de quatro léguas por uma e, em outra de 7 de dezembro 1697, estabelecer-se-ia o padrão de três por uma légua, que perduraria largamente durante o período colonial” (SILVA, 2002). Os conflitos ainda perduravam. As demarcações territoriais incertas, facilitavam a conservação dos privilégios dos sesmeiros, efetivando o poder e o controle local por parte destes.

Percebemos, então, que esta prática que leva às relações paternalistas remete ao período colonial, ainda durante a conquista das terras colonizadas. Os arrendatários pagavam pelas terras que trabalhavam para sua subsistência e de sua família, o que não possibilitava um excedente que favorecesse a comercialização da produção, fazendo com que os trabalhadores dessas terras ficassem submissos e sobre o controle do proprietário da terra.

Essa estrutura arraigada e enrijecida ainda no período colonial, favorecendo sesmeiros, aprofundando laços de submissão por parte dos moradores e trabalhadores das propriedades aos donos da mesma, se efetivava cada vez mais quando a escassez de chuvas prevalecia no sertão, não possibilitando nem mesmo a segurança alimentar da família dos trabalhadores, que eram obrigados a se submeter mais ainda ao proprietário da terra.

Nesse momento, o fenômeno da seca é visto como uma questão meramente climática e suas consequências se estabeleciam apenas na zona rural, em um espaço denominado “polígono das secas”, demarcado em parte da região Norte que mais tarde viria se tornar Nordeste, ainda não levando à cidade e aos seus moradores os efeitos que dizem ela provocar.

³⁰ Ver SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-colônia. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. Org. **história Econômica do Período Colonial**. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.

³¹ Idem.

O poder político e econômico ainda estava localizado na estrutura fundiária de monopólio sobre a terra, isentando o Estado de qualquer responsabilidade para com aqueles que sofriam com o período de estiagem, o que favorecia as relações paternalistas. Segundo Frederico de Castro Neves

Essa situação mudou na metade do século XIX. Neste momento, uma série de fatores concorreu para o “fechamento” das terras disponíveis para a “retirada” dos homens e do gado. (...) A ocupação das terras próximas ao semiárido por uma agricultura comercial tem dois momentos de intensificação: 1) a valorização das terras como bem econômico, provocada pela Lei das Terras de 1850, que, ao mesmo tempo, retirou das tribos indígenas remanescentes o controle de algumas áreas por aldeamentos; 2) o impressionante avanço da cultura algodoeira por toda a província do Ceará, motivado pelo súbito aumento de preços no mercado internacional em função da Guerra de Secessão nos EUA (NEVES, 2004. p. 79).

Em meados do século XIX, não tendo mais a possibilidade de migração para terras mais férteis, outrora morada temporária dos trabalhadores rurais que mantinham relações de apadrinhamento com os proprietários das terras, em períodos de estiagem, devido a produção em alta escala do algodão, impossibilitando a cultura de subsistência e manutenção dessas famílias em tais propriedades, os camponeses, agora retirantes, buscavam alternativas nas cidades.

A produção do algodão foi de fundamental importância para o crescimento econômico do Estado do Ceará, possibilitando investimentos tanto na capital como no interior. Em contrapartida, pequenos agricultores que dependiam das relações paternalistas, viram-se à mercê da própria sorte, percorrendo caminhos pedregosos, secos, sem água, sem comida, com imensa fragilidade em adquirir doenças, buscando chegar à cidade que se desenvolvia tendo como exemplo as cidades europeias.

Essa efervescência do desenvolvimento urbano nas cidades brasileiras, aqui especificamente, na capital do Estado do Ceará, Fortaleza, se deu principalmente na virada do século XIX para o XX. O desenvolvimento moderno em Fortaleza tem íntima ligação com o período de regulares chuvas entre os anos de 1845 e 1877, até então, a seca de 1877/1879, vem sendo colocada como marco na construção desse imaginário da seca como problema e principal fator de atraso e subdesenvolvimento desta região. No entender do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, a vasta literatura que trata sobre a temática da seca, percebe esta como um fenômeno natural, ainda que possua repercussões sociais, políticas e econômicas. O autor atenta para o fato de que a seca é um produto histórico de práticas e discursos, “um objeto

‘imagético-discursivo’, cujas imagens e significações variam ao longo do tempo e conforme o embate de forças que a toma como objeto de saber” (ALBUQUERQUE Júnior, 1994).

Tendo essa percepção da seca como problema de repercussão nacional a partir de 1877, faz-se necessário desnaturalizar este fenômeno, colocando-o como estratégia política na tentativa de sensibilizar o Estado e a nação em relação aos males causados pela estiagem - discurso. Esse objeto de discurso viabiliza e legitima um determinado saber que leva a aceitação atravessando todo corpo social. Produz verdade. De acordo com Michel Foucault

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que tem o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2007. p. 12).

É importante identificarmos esse produto discursivo que rege proporções aceitáveis cientificamente em um determinado tempo e espaço. O que legitima a seca de 1877 como marco para a compreensão de seca que temos hoje? Segundo Albuquerque Júnior

A transformação da seca em problema nos apareceu, então, como um processo conflituoso, em que diferentes práticas e discursos se defrontaram, fazendo emergir este novo objeto de saber e poder: “a seca do Norte”, cuja invenção deve ser apagada, remetendo-o para o reino da natureza, ocorrendo, portanto, no final do século XIX, uma mudança na imagem e no uso do fenômeno da seca. Para compreender tal mudança, procuramos analisar os principais discursos em torno desse fenômeno e as práticas que enformaram. Discursos e práticas que transformaram a seca em problema regional e nacional e na principal causa de todas as demais dificuldades vividas por esta parte do território nacional. Perguntando-nos, portanto, quais as séries de acontecimentos e de discursos que transformaram a seca de 1877/79 em algo excepcional, dentro da secular história das secas, já que, enquanto acontecimento da natureza, nenhum aspecto a credencia a ser tomada como marco? Sua duração foi inferior a muitas outras, atingiu uma área menor, não foi tão intensa, porque ocorreram chuvas esparsas durante o período e mesmo a população por ela dizimada é proporcionalmente inferior a da seca de 1825, por exemplo. Enquanto a seca de 1877 matou cerca de 13,9% da população do Ceará, a seca de 1825 dizimou 14,4% da população desta província (ALBUQUERQUE JR, 1994. p. 112).

A ideia que se convencionou a partir do discurso que remete à estiagem de 1877 como sendo a maior seca de todos os tempos na história do Ceará, fez com que o jornalista Feneleon Almeida, escrevesse no primeiro centenário desta seca, um trabalho constituído em dez capítulos, onde cada capítulo ocupava uma página do

Jornal O Povo. Esse estudo focaliza as músicas escritas, tendo como inspiração o fenômeno da seca, sobretudo após o imaginário que se construiu a partir de 1877, onde este fenômeno começa a ser visto de forma diferente, modificando, inclusive, as relações sociais e o modo de agir por parte do governo e da população. A música intitulada “Canção da Sertaneja” gravada em 1930 por Augusto Calheiros e composta por Aduino Bello, ficou conhecida como “canção nortista”, segundo Almeida, “mais de uma geração de sertanejos nordestinos embalou seus filhos entoando essa canção, que foi sucesso nas reuniões familiares de então e dos primeiros tempos do rádio nordestino” (ALMEIDA, 1977. p.15).

Quando há seca no sertão
Muda toda a natureza.
Não se escuta uma canção
Tudo ali é só tristeza

O sol queima como brasa
E o celeiro vai secando, aí!
E a lavoura então se arrasa
E vai tudo se acabando, aí!

As boiadas todas morrem
Por não ter o que comer
O regato já não corre
Não há mais o que beber

Nada mais ali viceja
Tudo é só desolação!
Mas a gente sertaneja
Não maldiz o seu sertão.

(Canção da sertaneja).

O sucesso que estas “músicas sertanejas” fizeram nas rádios, nas reuniões familiares e demais festas no interior, fazem com que cada vez mais o nordestino aceite essa condição de sofrimento causado pelas agruras da seca, e, mesmo com tanto sofrimento, é sempre posto o amor que estes têm por tais terras tão castigadas, assim, a seca faz parte da identidade deste povo sertanejo.

Logo no prefácio do livro *Vozes da seca*, já citado, o escritor J. C. Alencar Araripe, se refere à estiagem de 1877 como sendo “a mais calamitosa de quantas se tem notícia no Nordeste”. Já o jornalista Fenelon Almeida diz que “a grande tragédia ecológica de 1877 deixou um saldo triste de milhares de mortes, tendo semeado o luto por todos os Estados nordestinos”. Ou seja, cem anos após a estiagem citada, a percepção desta se mantém, mesmo sendo de repercussões menores que tantas outras, se fixou no imaginário das pessoas, e por aí foi sendo disseminada como a

maior seca de todas, seca que por sinal é definida como uma “tragédia ecológica” causadora da miséria, da fome e de mortes. Mas como vimos anteriormente as causas dessas desigualdades está no seio da própria colonização, no monopólio sobre a terra e sobre seus recursos naturais. Ainda nas páginas do jornal *O Povo*, Fenelon Almeida coloca

Naqueles tempos, mais que hoje, principalmente entre os habitantes das capitais do Sul, corria a versão de que o Ceará era o centro geográfico das secas. E os cearenses ostentavam, para eles, a triste fama de serem “os habitantes do coração do Nordeste seco”. Havia até quem pensava – e afirmava, o que é mais grave – que era “a predestinação” de uma raça”. A “raça” era a dos cearenses, a dos chamados “cabeças-chatas”. Ceará era quase sinônimo de Saara, de seca, de miséria, de fome, e de morte. Conseguiram ver até a forma de um coração no mapa do Ceará – “o coração das secas”³².

A “grande” seca de 1877, como ficou conhecida, é posta como marco na história do Ceará. A migração de inúmeros camponeses para a capital do Estado, caminhando longas léguas, com a esperança de encontrar a caridade que antes era “função” das relações paternalistas, mas que agora, nem mesmo os antigos ou ainda proprietários de terras possuem recursos suficientes para manter aquele tipo de relação, ao contrário, alguns fazendeiros estavam endividados, devendo aos comerciantes, principalmente da capital. Neves afirma que

Segundo contemporâneos bem-informados, em um ano mais de 100 mil desses “invasores” esfarrapados ocuparam as praças, as ruas, as calçadas e o Passeio Público de uma cidade que procurava adaptar-se aos padrões civilizados dos grandes centros e que não contava com mais do que 27 mil habitantes. Notícias diárias de cenas impactantes aterrorizaram os provincianos cidadãos da capital: roubos, prostituição, suicídios, assassinados, antropofagia, mendicância... (NEVES, 2004. p. 82).

Todos os dias, como coloca Neves, eram noticiados nos jornais locais a chegada de milhares de retirantes à capital do Estado cearense. O jornal *O Cearense*, na edição de 29 de abril de 1877 noticia

Não há dia no qual as portas das Igrejas e edifícios públicos não estejam etopetados por mendigos de todas as idades. Esse espetáculo é deponente contra os nossos costumes, além de ser, a maior parte das vezes, imoral e repugnante. (*O Cearense* apud OLIVENOR, 66. p. 2002).

Além das páginas de jornais, a seca de 1877 também foi temática de romances como por exemplo *A Fome* de Rodolfo Teófilo, no qual o autor inicia sua obra dizendo

O mês de dezembro é sempre quente nas províncias do Brasil mais próximas do equador. Mesmo no litoral, que é bafejado pelas brisas do mar, os dias são calmosos, a temperatura, à sombra, chega às vezes, a 33º centígrados. Foi na tarde de um desses dias, no ano de 1877, o ano da fome, que na

³² Ver ALMEIDA, Fenelon. *As vozes da seca*. Fortaleza, ACI, 1978.

Jacarecanga, um dos arrabaldes de Fortaleza, arranchava-se à sombra de um cajueiro uma família de retirantes, que, depois, das torturas de uma viagem de cem léguas, vinham aumentar a onda de famintos (TEÓFILO, 1979. p. 4).

Na obra citada, o autor expõe cenas que eram costumeiramente visíveis e noticiadas, levando alguns comentaristas de seu romance escreverem que a sua obra “reflete” a vida cearense, *A fome*, nas palavras de Dolor Barreira é “um quadro forte e fiel do nosso flagelo familiar”. Assim sendo, a imagem que se tem sobre o Nordeste é de um espaço que sofre as agruras da seca e que dessa forma se torna uma região pobre, de pessoas frágeis e que necessitam de assistência, criando assim, características da identidade local. Para Albuquerque Júnior “a região Nordeste, que surge na ‘paisagem imaginária’ do país no final da primeira década deste século, substituindo a antiga divisão do país entre Norte e Sul, foi fundada na saudade e na tradição” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). Na composição de Belchior intitulada “Conheço meu Lugar” ele atenta para essa imagem discursiva produtora de uma determinada noção de “nordestinidade”

O que é que pode fazer o homem comum
neste presente instante senão sangrar?
Tentar inaugurar
a vida comovida,
inteiramente livre e triunfante?

O que é que eu posso fazer
com a minha juventude
quando a máxima saúde hoje
é pretender usar a voz?
O que é que eu posso fazer
um simples cantador das coisas do porão?
Deus fez os cães da rua pra morder vocês
que sob a luz da lua,
os tratam como gente - é claro! - a pontapés.

Era uma vez um homem e seu tempo...
(Botas de sangue nas roupas de Lorca).
Olho de frente a cara do presente e sei
que vou ouvir a mesma história porca.
Não há motivo para festa: ora esta!
Eu não sei rir à toa!

Fique você com a mente positiva que eu
quero a voz ativa (ela é que é uma boa!)
pois sou uma pessoa.
Esta é minha canoa: eu nela embarco.
Eu sou pessoa!
(A palavra "pessoa" hoje não soa bem -
pouco me importa!)

Não! Você não me impediu de ser feliz!
Nunca jamais bateu a porta em meu nariz!
Ninguém é gente!
Nordeste é uma ficção! Nordeste nunca houve!

Não! Eu não sou do lugar dos esquecidos!
 Não sou da nação dos condenados!
 Não sou do sertão dos ofendidos!
 Você sabe bem:
 Conheço o meu lugar!

Há vários Nordeste, mas àquele que é normalmente posto e encontrado na mídia, nas músicas, nos filmes, em romances, no diálogo das pessoas, inclusive do próprio Nordeste, o torna único, homogêneo, sofredor, miserável, subdesenvolvido, atrasado e estático. O lugar do passado. Segundo Kathryn Woodward

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar (WOODWARD, 2007. p. 17).

Na composição acima, Belchior, músico cearense, afirma conhecer o seu lugar e que não é esse espaço tão disseminado que contam por ai – e por aqui também. Não é, como ele mesmo aponta, o lugar dos esquecidos, dos condenados e dos ofendidos. Por outro lado, ele percebe as modificações do tempo presente, as ideias liberais e seu triunfo. Coloca o homem comum não como mero espectador da vida e que tem que se adequar a sociedade que querem frutificar e fortalecer, ao contrário, ele sugere que o homem comum tenha “voz ativa”, ou seja, se torne protagonista de sua própria história.

A saudade explicitada nas literaturas, nas músicas ou em outras artes, estereótipos que caracterizam ou a forma como são caracterizados os povos e as cidades nordestinas, cria uma espécie diferenciada, imodificável, como se nada mudasse nesse espaço, como se viajássemos e voltássemos trinta anos depois, encontraríamos tudo exatamente igual, assim nos tornamos sujeitos atrasados, vinculados a um tempo estático, imutável, com características bem enrijecidas. Como Albuquerque Júnior afirma

Este Nordeste é uma máquina imagético-discursiva que combate a autonomia, a inventividade e apoia a rotina e a submissão, mesmo que esta rotina não seja o objetivo explícito, consciente de seus autores, ela é uma maquinaria discursiva que tenta evitar que os homens se apropriem de sua história, que a façam, mas sim que vivam uma história pronta, já feita pelos outros, pelos antigos; que se ache “natural” viver sempre da mesma forma as mesmas injustiças, misérias e discriminações (ALBUQUERQUE Júnior. 2011. p. 100).

Ao tratar sobre as canções sertanejas do Nordeste, leva-nos a pensar, assim como Albuquerque Jr., que essas produções remetem ao Nordeste como se este fosse estático, atemporal: “a ênfase na memória por parte dos tradicionalistas nasce dessa vontade de prolongar o passado para o presente e, quem sabe, fazer dele também o futuro. Eles abominam a história, por ela estabelecer uma cisão entre as temporalidades” (ALBUQUERQUE JR. 2011). É o que podemos notar, por exemplo, na música Asa Branca de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira

Quando olhei a terra ardendo
Qual a fogueira de São João
Eu perguntei a Deus do céu, ai
Por que tamanha judiação
Eu perguntei a Deus do céu, ai
Por que tamanha judiação

Que braseiro, que fornalha
Nem um pé de prantação
Por falta d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão

Por falta d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão

Inté mesmo a asa branca
Bateu asas do sertão
Então eu disse, adeus Rosinha
Guarda contigo meu coração

Então eu disse, adeus Rosinha
Guarda contigo meu coração

Hoje longe, muitas léguas
Numa triste solidão
Espero a chuva cair de novo
Pra mim voltar pro meu sertão

Espero a chuva cair de novo
Pra mim voltar pro meu sertão

Quando o verde dos teus olhos
Se espalhar na prantação
Eu te asseguro não chore não, viu
Que eu voltarei, viu
Meu coração

Eu te asseguro não chore não, viu
Que eu voltarei, viu
Meu coração

Este saudoso Nordeste, que está inserido em vários meios de disseminação discursiva, é um Nordeste estático, que identifica um tipo exclusivo de indivíduo, de lugar que não muda, é o que se quer paralisar, como refúgio para aqueles que partem em direção ao sul – lugar da modernização, da fluidez, do movimento veloz -

percebendo seu lugar de origem como intocado e imutável, e, que ao saber das mudanças, fica apenas a saudade.

De forma que a mudança chega, mesmo que a contragosto. Mais explicitamente na segunda metade do século XIX, temos no Brasil uma onda de novas ideias, pensamentos modernos, associados ao liberalismo político e econômico, fazendo romper com as ideias tradicionais de outrora, possibilitando novas formas de relações sociais, ambientais, políticas e culturais, trazendo à tona discursos e interesses, que manipulam e regem novas práticas.

Como tínhamos falado anteriormente, o período entre 1845 e 1877 é de “esplendor” no Estado do Ceará: um reconhecido desenvolvimento econômico derivado da produção do algodão. Durante esses anos, a cidade de Fortaleza se desenvolve tendo como modelo as sociedades capitalistas da Europa. Uma elite burguesa começou, nesse momento, juntamente com alguns intelectuais e políticos, a elaborar projetos e mecanismos urbanos que dessem à capital do Estado uma nova roupagem, de caráter moderno, com equipamentos urbanos que estabelecessem a ideia do novo, se contrapondo ao antigo, que agora era visto como atrasado e sinal de subdesenvolvimento. De acordo com Celeste Cordeiro

Nosso Estado, ao seu jeito, viveu intensamente todo esse processo: políticos e partidos, tribuna, imprensa, crescente circulação de ideias, agrupamentos intelectuais, preocupação com a educação... Todo o burburinho transformador não só ecoou aqui, como teve daqui uma contribuição importante, a qual pode ser avaliada por uma série de variáveis: a quantidade de jornais circulando em Fortaleza e no Ceará como um todo, bastante representativos das diversas tendências ideológicas (liberais, católicos, maçons, republicanos etc), políticos de estatura nacional como o senador Martiniano de Alencar, José de Alencar e o senador Pompeu, intelectuais engajados do porte de Silva Bezerra, Rocha Lima e Capistrano de Abreu, movimentos intelectuais atualizados com o pensamento europeu como a academia Francesa... (CORDEIRO, 2004. p. 135).

Percebe-se, com a citação acima, que durante a segunda metade do século XIX, as novas ideias advindas da Europa, tem um amplo apoio de intelectuais, escritores, políticos, enfim, que fazem disseminar todo esse discurso da modernidade em meios diversos para obter aceitação coletiva da sociedade. Todo esse discurso em torno do novo e do moderno, traz consigo um aparato de saber científico que cria verdades e exerce poder sobre os demais, “uma espécie de pressão e poder de coerção sobre outros discursos” (FOUCAULT, 2012. p. 17). Essa produção imagética que buscou fabricar uma nova sociedade e uma nova mentalidade, encontrou no final do século XIX o período mais propício para as transformações que se queria efetivar.

Desse modo, as mudanças acontecem. O novo substitui o velho. As ruas tornam-se mais largas, há passeios públicos, edifícios, praças arborizadas, enfim, equipamentos modernos moldam uma nova cidade e pensamentos modernos criam uma nova civilização. O discurso modelador, disciplinar, fabricante de boas condutas e de uma civilização desejada, está sendo disseminado em diversas instituições. Os efeitos do poder se estabelecem em torno da escola, do exército, da Igreja, da família, etc., meios de fácil acesso no cotidiano da população.

Durante o período da estiagem de 1877, com todas as repercussões implicadas, o que não se podia era desconstruir essa modernização que estava em processo na cidade de Fortaleza.

Os milhares de migrantes que chegavam todos os dias, ocupando os espaços citadinos, doentes, frágeis e sujos, eram motivo de preocupação por parte da elite e do governo local. Os vícios dessa população pobre e preguiçosa – no olhar da elite – deviam ser rapidamente reprimidos. Alguns comentários do Presidente Pedro Leão Veloso vão nessa direção, nos cuidados que a população deve ter: “É rápida a transição do pauperismo à mendicância, tanto mais fatal, quanto à sombra da miséria se oculta o vício proveniente da indolência e preguiça, contra que se deve armar a sociedade” (VELOSO, 1881 apud VIEIRA, 2002. p. 22).

Todo esse discurso sobre a seca de 1877, sobre todas suas repercussões, as páginas de jornais noticiando todos os males e sofrimentos trazidos pelos retirantes, os temores da população citadina influenciados e aumentados pelas manchetes desses jornais, o pedido de socorro e de apoio à esta população de miseráveis, cartas do parlamento ao governo central, fortalecendo o discurso de calamidade, fazem o Estado olhar para a seca, tendo uma nova percepção sobre este fenômeno.

2.2. Entre civilizados e transgressores: a Belle Époque fortalezense

Podemos perceber a cidade em diversos aspectos e por diferentes ângulos, mas, como afirma Maria Stella M. Brescianni “as cidades são antes de tudo uma experiência visual” (BRESCIANNI, 2010. p. 237). As ruas, as avenidas, os prédios, as praças, os becos, enfim, notamos a cidade em sua materialidade, observamos os espaços e depois percebemos como eles são ocupados, apropriados e representados. Essa

materialidade cidadina, segundo Brescianni, funciona como suporte da memória, pois, esses pontos de referências nos levam ao reconhecimento e lembranças sobre o passado.

Os diversos olhares sobre a cidade fazem-se perceber as mudanças que esta sofre ao decorrer do tempo. As reformulações arquitetônicas, as mudanças nos estilos e nas formas, essas transformações que ocorrem na cidade no intuito de deixá-la com aspectos novos, de traçar estilos que remetem ao progresso e ao contemporâneo, leva ao convívio com aspectos do passado, obtendo certos antagonismos na cidade materializada. Às vezes essas mudanças ocorrem de forma mais acelerada, levando ao aniquilamento quase que total do que se entende como “atraso” urbano em prol de um desenvolvimento muitas vezes supérfluo, mas que de certa forma causa a ideia de mudança trazendo satisfação e bons fluidos para alguns habitantes da urbe. Essas alterações mais apressadas dos aspectos citadinos provocam um distanciamento dos indivíduos que a habitaram em tempos mais remotos, ocasionando lacunas nas memórias das pessoas que percebiam naquele local suas experiências, suas vidas. A cidade se faz como uma referência que vai sempre ser sentida e apreciada positivamente ou negativamente.

A cidade, em sua materialidade, passa por um projeto político, por uma ideia, um desejo, um sonho que se quer concretizar, e é a partir do trabalho de profissionais habilitados, como o arquiteto e o engenheiro - os “produtores do espaço” como define Marcel Roncayolo - que esse sonho pode ser realizado. No entanto, os usos e apropriações desses espaços muitas vezes divergem daquele objetivado por quem o planejou. Como afirma Pesavento

A modificação do espaço de uma cidade, dando a ela forma e feição, contém em si um projeto político de gerenciamento do urbano em sua totalidade. É por um lado, uma tarefa de profissionais especificamente habilitados para tal – urbanistas, arquitetos, engenheiros -, mas também comporta o que se poderia chamar de intervenção do cotidiano. Ou seja, esse espaço sonhado, desejado, batalhado e/ou imposto é, por sua vez, também reformulado, vivido e descaracterizado pelos habitantes da urbe, que, a seu turno, o requalificam e lhe conferem novos sentidos. (PESAVENTO, 2002. p. 16).

Se por um lado o espaço em sua concretude remete a um período, um tipo de produção, uma forma arquitetônica específica, por outro lado, se apresenta como ambiente de práticas sociais diversas, reformulando sentidos e provocando sentimentos específicos. Para Michel de Certeau

Produtores desconhecidos, poetas de seus negócios, inventores de trilhas nas selvas da racionalidade funcionalista, os consumidores produzem uma coisa que se assemelha às “linhas de erre” de que fala Deligny. Traçam

“trajetórias indeterminadas”, aparentemente desprovida de sentido porque não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam (CERTEAU, 2009. p. 91).

A cidade se encontra como refúgio, como local de segurança, seja para aqueles que saem de suas terras e vão para a cidade grande em busca de emprego, seja por andarilhos, que, quando se aproximam de uma cidade se sentem seguros, podendo descansar, reabastecer seus cantis, estabelecer contato com outras pessoas, seja por homens, mulheres e crianças em busca de conforto. A cidade funciona como um lar. Mas se por um lado existe uma diversidade na cidade moderna, por outro lado, ela não é tão democrática, já que ela não conforta todas as pessoas da mesma maneira, aliás, algumas pessoas não são confortadas pela cidade de maneira alguma. A cidade é um espaço de conflitos, área de interesses e de relações de poder. A cidade moderna é construída a partir de um projeto urbano que aproxima e exclui. Aproxima os ditos civilizados e exclui àqueles que não se adequam aos esquemas urbanísticos modernos.

As pessoas comuns estão sempre se reapropriando dos espaços e a partir das suas dificuldades de se estabelecerem em determinados lugares, criam alternativas em ambientes não planejados e clandestinos. Como afirma Pesavento “nesse espaço de concentração populacional, os homens que vivem na cidade não se entenderão, estando, pois, contida na narrativa original, uma condenação: a cidade está destinada a ser centro de conflito”. (PESAVENTO, 2002. p. 7-8).

Desse modo, a cidade desejada, construída, rígida e concretizada, mantém relações complexas com as práticas sociais. As formas como os habitantes da cidade percebem, se apropriam e se portam na cidade transformada e nos espaços materializados dessa cidade diz muito sobre seus valores e sobre a consciência de uma época, sendo esses valores e essa consciência aspectos não homogêneos, pois essa relação se faz a partir da complexidade dos grupos sociais e dos sujeitos que compõem a cidade.

Essas apropriações se dão no tempo e de diversas formas, levando-nos a pensar a relação entre os espaços e seus consumidores. Segundo Pesavento

A forma de um edifício, a função a que se destina, o uso que efetivamente dele se fará, a sua inserção na vida de uma cidade e o significado que lhe serão atribuídos são elementos que se apresentam à decifração do simbólico desse espaço construído. (PESAVENTO, 2007. p. 23).

Ao explicar sobre a perspectiva de análise da história cultural em relação à cidade, Pesavento afirma que esta corrente estuda não apenas seus processos econômicos e sociais. Segundo a autora “a história cultural passa a trabalhar com o imaginário urbano, o que implica resgatar discursos e imagens de representação da cidade que incidem sobre espaços, atores e práticas sociais” (Pesavento, 2003. p. 78). A cidade aproxima, exclui, se modifica. Há múltiplos olhares sobre a cidade, várias representações, diversos usos e apropriações de seus espaços.

Estudos sobre cidades remetem a longo tempo, porém, as abordagens sobre esse campo temático têm-se modificado. Com as técnicas e saberes sempre se renovando, novos interesses relacionados ao conhecimento sobre a cidade vem ganhando maior notoriedade. No caso da história, muitos são, ainda, os estudos sobre a origem da cidade, seus acontecimentos fundadores e os personagens envolvidos. Pesavento afirma que

Nessa linha ascensional desde o passado até o presente da cidade, constrói-se o desfile ou a evolução cronológica dos governos municipais com seus momentos marcantes e suas realizações fundamentais. Nada muito diferente, enfim, de uma história tradicional ou de um *kit* identitário aplicado à evolução de um núcleo urbano (PESAVENTO, 2007. p. 12).

Em meados do século XX, a cidade era estudada numa perspectiva voltada mais para o plano econômico e social, onde era levado em conta o modo de produção capitalista e os enfrentamentos das classes sociais. Percebendo a fragilidade desses modelos conceituais, e, a partir de releituras e de novos diálogos com outras modalidades do conhecimento, os historiadores da década de 1970 em diante – período em que se consolidou a crise dos paradigmas -, tentaram e tentam compreender a sociedade em sua complexidade. Foi nesse momento que alguns historiadores, ligados a história social e a história cultural, colocaram como um dos pontos fundamentais para o entendimento da sociedade, a cultura. Pesavento trata desse assunto ao explicar:

A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto já um significado e uma apreciação valorativa (PESAVENTO, 2003. p. 15).

Na perspectiva da história cultural reformulada a partir da crise dos paradigmas, uma nova forma de tratar a cultura é colocada. Para Sandra Jatahy Pesavento “trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2003).

A história cultural traz novas questões epistemológicas inovando no modo como o historiador deve operar, percebendo a dinamicidade da urbe, suas várias representações e práticas sociais. Aqui, não cabe mais aqueles modelos explicativos repletos de certezas normativas.

Verificamos em Fortaleza, então, esses embates de representações em torno da modernização da cidade e as práticas sociais estabelecidas num período que se queria civilizar a população e domesticar os corpos dos indivíduos tornando-os dóceis.

Ainda que lentamente, – em relação ao Sul e Sudeste – o centro comercial do Ceará ampliou-se, com isso a capital do estado, Fortaleza, ganhou uma nova roupagem de cidade urbanizada e desenvolvida nos moldes europeus. Ronald Raminelli disserta sobre esse período de efervescência dos projetos urbanísticos na Europa:

O crescimento e proliferação de cidades marcaram profundamente a história europeia do século XIX, quando se presenciou uma grande alteração da vida urbana em cidades como Londres e Paris. O caos urbano, favorecido pela Revolução Industrial, incentivou as primeiras tentativas de planejamento urbano e de construção de uma cidade ideal. Os governantes europeus tiveram a tarefa de ordenar, higienizar e pensar em soluções possíveis para a vida urbana (RAMINELLI, 1997, p. 185).

Na segunda metade do século XIX e início do século XX os ideais de modernização sobre as capitais brasileiras, ganharam mais impulso e se materializaram a partir de investimentos urbanísticos diversos. No Ceará, essas ideias modernizadoras se tornaram concretas a partir da segunda metade do século XIX, através do surgimento de uma maior diversidade das atividades comerciais tendo como principal produto, o algodão, além das mudanças ocorridas no sistema de transporte.³³ Assim, Maria Salete de Souza afirma que

O desenvolvimento da cultura do algodão e a implantação do sistema ferroviário foram fundamentais para as modificações da estrutura do sistema urbano no Ceará. As antigas cidades, dependentes do sistema portuário, cederam lugar de comando para aquelas mais próximas dos centros de produção do algodão e beneficiados pela presença da rede ferroviária. A ferrovia foi construída por empresas estrangeiras, sendo implantada uma linha ligando Fortaleza ao Cariri passando pela serra de Baturité e áreas do sertão central; e uma outra que fazia a ligação Fortaleza – Sobral até o porto de Camocim. Havia ainda um outro ramal que ia até Crateús seguindo de lá na direção do Paiuí. A ferrovia Fortaleza – Baturité vai chegar à região do Cariri em 1927, dotando de dinamismo as cidades onde foram implantadas as estações da estrada de ferro. O comércio de exportação do algodão explica o desenvolvimento da capital e a extensão de sua área de influência. Com efeito, organizando-se em Fortaleza o comércio exportador de algodão,

³³ Ver SOUZA, Maria Salete de. Ceará: bases de fixação do povoamento e crescimento das cidades. In: Ceará: um novo olhar geográfico. SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia... [et al] – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

o raio de projeção da cidade ampliou-se para além das zonas produtoras de Uruburetama e Baturité, estendendo-se para o sertão, acompanhando a própria extensão da cultura algodoeira. As relações com a capital se davam através das casas exportadoras de algodão, as mesmas que exportavam couros e peles e importavam da Europa os mais variados artigos. Essas casas exportadoras interferiam na produção do algodão, uma vez que na falta de bancos agiam como financiadores da produção. O fator mais importante na transformação da hierarquia foi a projeção cada vez maior de Fortaleza em relação às demais cidades. Esse impulso que teve Fortaleza está diretamente relacionado ao desenvolvimento da cultura do algodão e suas exportações diretas para o exterior que provocam dinamismo no comércio local, acumulação de capitais e melhorias nos serviços urbanos. Pode-se verificar, desta forma, a ascendência econômica e social da capital – Fortaleza, o crescimento de cidades como Iguatu, Quixadá, Quixeramobim, entre outros, além de expansão dos núcleos urbanos da região do Cariri, no sul do estado (SOUZA, 2005. p. 22-23).

Com a cidade de Fortaleza agora exercendo o controle da exportação de produtos comerciais, sobretudo o algodão, e mantendo, através do sistema ferroviário, uma dinamicidade maior com outras localidades do interior do Estado, Fortaleza substituiu a Aracati, cidade esta, que ocupava principal destaque nas relações comerciais em se tratando do estado do Ceará.

Os recursos advindos do comércio, juntamente com a mentalidade burguesa da época, sobre a qual o discurso de civilização tendo em vista acompanhar e se espelhar nas cidades europeias, principalmente Paris, fizeram com que a administração pública, a elite local e alguns grupos de intelectuais, investissem na modernização da cidade e propagassem esse discurso civilizador.

Mas se por um lado, a ideia era se espelhar nas cidades europeias e vários mecanismos foram criados e incentivados tendo esse intuito, por outro lado, parte da sociedade resistia a esse processo de modernização que se queria efetivar. Sebastião Rogério Ponte afirma

Portanto, aquela compulsiva ordenação civilizatória que procurava identificar-se com a vida parisiense, beneficiando apenas parte da cidade e de sua população, não passava ante a censura, o controle e a exclusão que sofriam à medida que aquele processo avançava, reagiam através da irreverência, da galhofa, do deboche ou mesmo da vaia, forma de repúdio mais acachapante utilizada pelo chamado “Ceará Moleque” (PONTE, 2004. p. 174).

A não aceitação por parte da sociedade que se via marginalizada, que diante daquela “frescuragem”, tinham suas atitudes reprimidas e censuradas, fez com que estes, que não faziam parte da sociedade civilizada, de modos distintos e criativos, respondessem a essa moda francesa de modernização que ganhava seus defensores

e disseminadores em Fortaleza. Assim, fundaram a *Padaria Espiritual*³⁴, com o objetivo de dar respostas polêmicas e criativas a esse modelo de modernização que estava sendo imposto pela sociedade burguesa local, alguns intelectuais e a administração pública. Em algumas passagens de um desses artigos feito pela agremiação, intitulado O Pão, demonstra sua oposição à burguesia (citado em PONTE, 2004)

O burguês é como uma boia, não vive, nem vegeta, flutua ... Porque, convençam-se, a humanidade ainda sofre e geme por culpa da burguesia – esse flagelo ... cujas aspirações resumem-se neste preceito: encher bem a pança ganhar dinheiro. Um ano de vida (é incrível) / contempla hoje a Padaria / a inimiga mais terrível / que possui a burguesia /... / Devemos mais uma vez / fazer um protesto forte:/ Votar a todo burguês / O nosso ódio de morte.

Para tornar a cidade moderna era necessário agir diretamente na vida urbana, higienizar a cidade, modificar sua estrutura física e civilizar a população. Assim, as instituições mantenedoras da ordem e as autoridades que representavam o Estado passaram a controlar a sociedade utilizando o discurso dos bons costumes tentando moldar e produzir uma espécie de cidadão digno e patriota. Segundo Erick Assis de Araújo, eram constantes “as tensões sociais verificadas entre o projeto de cidadão do Estado Novo e o comportamento transgressor das classes populares”. (ARAÚJO, 2007. p. 175).

A política de disciplinarização busca moldar a população, tornando-a dócil, civilizando os ditos incivilizados. Nessa empreitada civilizatória, Tanísio Vieira afirma

Ao longo do século XIX, as Câmaras Municipais e Assembléias Provinciais se tornaram os principais instrumentos institucionais para que a ciência tomasse foro ideológico, consolidando o consórcio entre política e saber tão caro aos poderes oitocentistas na efetivação de seus projetos de transformação e disciplinamento espaço-social. (VIEIRA, 2002. p. 18-19).

Segundo Foucault o poder não só reprime como cria. No entender de O'Brien “o aspecto mais polêmico de todos é a constatação que o poder cria a verdade, e, portanto, a sua própria legitimação. Cabe aos historiadores identificar essa produção de verdade como uma função do poder” (O'Brien, 2006. p. 46). Nesse momento entra em questão a importância do discurso nas relações de poder. Sobre o discurso Odemar Leotti afirma:

Foucault mostra como o conhecimento além de produzir a possibilidade de cognição opera, com isto, a redistribuição da natureza das coisas. Isto dito, qualquer que seja o sujeito que apreenda o que se entende como real,

³⁴ Ver PONTE, Sebastião Rogério. A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle. In: Uma nova história do Ceará. (Orgs) SOUZA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide... [et al] – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

devemos perceber esse conhecimento como um saber produzido que designa ao contrário a forma de atualização do sujeito autor. Essa experiência materializa uma natureza pela qual se dá 'o processo pelo qual o sujeito de conhecimento, ao invés de ser fixo, sofre uma modificação durante o trabalho que ele efetua na atividade do conhecer' (LEOTTI, 2010. p. 67-68).

Essas produções discursivas associadas aos espaços institucionais de sua disseminação, segundo Leotti, atuam como dispositivos políticos de disciplinarização e controle social das multiplicidades. Sendo assim, a associação entre o saber e técnicas de poder legitima ações e produzem sujeição.

Com a modernização da cidade é necessário padronizar um modelo de civilização. Assim sendo, um conjunto de práticas e instituições trabalha no intuito de levar a cabo a ideia de fazer com que a população acompanhe o progresso da cidade, como explana Araújo

Um longo processo de padronização da civilidade é desencadeado nas 'cartilhas' de como se comportar. A contribuição da escola, do trabalho, da imprensa, da igreja na formação do comportamento adequado foi muito importante. Em Fortaleza, tais instituições contribuem para reforçar todo processo de controle social (ARAÚJO, 2007. p. 179-180).

Assim, ao final do século XIX a capital cearense se remodelava. Expectativas eram criadas na elite cidadina, intelectuais escreviam crônicas demonstrando o otimismo sobre àquela onda de inovações urbanas: Passeio Público, praças arborizadas, alargamento de ruas, bondes, iluminação a gás, novos lugares de sociabilidade, enfim, um arsenal de novidades, trazendo mudanças no cotidiano das pessoas. Está em voga, nesse momento, uma nova sensibilidade, novos comportamentos e condutas.

Tudo isso era o início de uma nova era, seguindo os preceitos da Europa Ocidental de civilização e progresso. Esse discurso que visava copiar o modelo europeu de Haussmann, que deu à Paris a Belle Époque, era obsessão da elite, dos governantes e dos intelectuais locais. No entanto, o controle e a disciplina eram fundamentais para efetivar tal proposta. Era inadmissível condutas incivilizadas, transgressoras, que envergonhavam a "boa sociedade", as "pessoas de bem", que estavam interessados na "evolução" local, como afirma Sebastião Rogério Ponte

Ante essa inédita expansão econômica e urbana de Fortaleza, convinha aos poderes públicos, elites enriquecidas e setores intelectuais procederem um significativo conjunto de reformas urbanas capaz de alinhar a cidade aos códigos de civilização, tendo como referência os padrões materiais e estéticos dos grandes centros urbanos europeus. Isso significava, também, disciplinar os pobres, doentes, mendigos, loucos "vadios" e prostitutas, vistos como agentes nocivos ao processo civilizatório, produtivista e normatizador pretendido para a capital (PONTE, 2004. p. 163-164).

Criou-se mecanismos e instituições de controle da população que era dita como fora dos padrões de civilização: os pobres, loucos, prostitutas, velhos, enfim. A partir do saber científico, se redefiniu as ruas da cidade, estabelecendo quais os espaços poderiam ser ocupados por quais tipos de pessoas. Assim, aqueles que não se encaixavam no padrão civilizado, eram postos fora da região central, essa segregação era justificada a partir de ideias científicas e evolucionistas. De acordo com Vieira

Como boa parte dessas resoluções tratam de questões que, além de técnicas, eram notoriamente políticas – medições, pesos, medidas e comportamentos -, é possível afirmar que o consórcio entre poderes públicos e saberes científicos previa a disciplinarização de mentes e corpos dando novas feições às formas de olhar e administrar a cidade. Os comportamentos e equipamentos urbanos que identificavam a “modernidade fortalezense” com a “civildade europeia” passam a ser confrontados com as reminiscências da arcaica vida colonial, tornando Fortaleza um modelo ascético para todas as cidades cearenses (VIEIRA, 2002. p. 22).

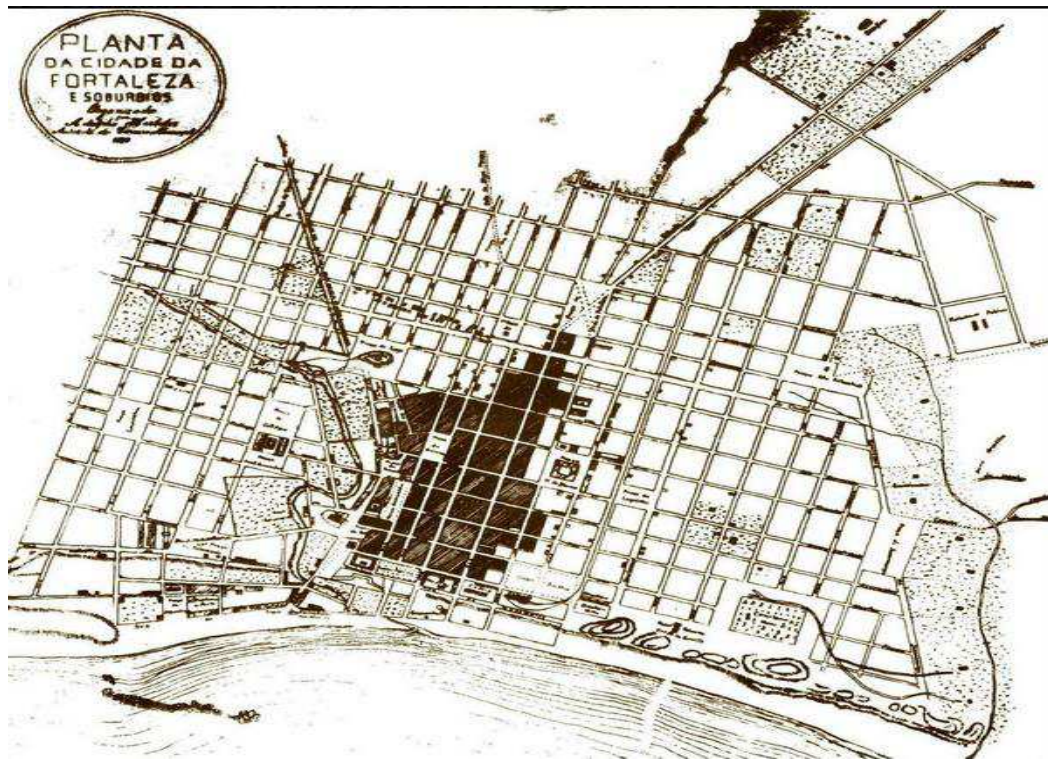
Instituições modernas se estabelecem e o controle sobre a população é imposto, buscando adequar, moldar e produzir, um tipo padrão e produtivo, útil à sociedade que se queria naquele momento. Em 1860 surgem o Lazareto da Lagoa Funda e a Santa Casa de Misericórdia, essas instituições foram recomendações médicas à administração, objetivava a limpeza do espaço urbano, a higienização, vacinação e a organização da população em abarracamentos³⁵. A medicina era fundamental no plano de estruturação de uma sociedade moderna. Como já foi dito anteriormente, todos aqueles que eram uma “ameaça” à saúde e à segurança pública eram isolados do centro da cidade. Os retirantes eram recebidos por representantes da administração e levados para abarracamentos nas imediações da cidade onde recebiam assistência médica, pois “como ressaltava o saber médico social então em constituição, sem homens sadios para o trabalho não haveria produção de riqueza e progresso” (PONTE, 2004. p. 164).

O plano urbanístico de Adolfo Herbster³⁶ para a cidade de Fortaleza, focalizava a remodelação desta e a disciplina do crescimento da cidade. A planta topográfica elaborada por Herbster, leva o enxadrezamento das ruas a um plano maior, alinhando as ruas até os subúrbios, agilizando o fluxo dos pedestres, a mobilidade dos

³⁵ Ver Histórias da Fortaleza Antiga: o dia dos mil mortos. Publicado no site <http://www.fortalezaemfotos.com.br/2009/07/historias-da-fortaleza-antiga-o-dia-dos.html> em 09 de julho de 2009

³⁶ O engenheiro e arquiteto Adolfo Herbster, nasceu em Pernambuco em 14 de maio de 1820, filho de pai alemão e mãe francesa, chegou em Fortaleza aos 29 anos de idade, contratado para ser o novo engenheiro da província. Foi responsável pela construção de estradas, prédios, dentre outras obras de embelezamento da cidade de Fortaleza.

transportes e mercadorias, sendo, também, as vigílias favorecidas por essa lógica topográfica.



Criou-se, também, na tentativa de reprimir condutas consideradas “imorais”, um código de posturas, como base pedagógica para comportamentos mais toleráveis ou adequados. Segundo Vieira

A disciplina, em oposição ao vício e ao crime, é tida como a única forma de manter a ordem. Assim, as casas de correção mesmo “longe de preencherem perfeitamente os seus ofícios”, vão se consolidando como espaços próprios de isolamento e recuperação dos transgressores. Já os cidadãos fortalezenses educados dentro de padrões religiosos e morais conservadores e cumpridores de seus deveres sociais, terão a tarefa de serem, no âmbito de suas próprias residências, os principais guardiões dos poderes públicos na implantação dos pressupostos civilizatórios (VIEIRA, 2002. p. 23).

A vigilância entrava na própria casa. Cabia aos ditos civilizados representar o poder público dentro de suas residências, vigiando os seus. Atentamos para àqueles que eram tidos como civilizados: “cidadãos educados dentro de padrões religiosos”. Vemos aí duas questões não necessariamente opostas, mas pedagógicas. Se por um lado a caridade cristã recebe de braços abertos os “matutos” retirantes, oferecendo-lhes assistências, por outro lado, vigia seus passos e controla suas atitudes, ou seja, disciplina os incivilizados. As casas de caridade tinham esse objetivo pedagógico, buscando modelar e civilizar a partir do que eles entendem por civilização, o outro, àquele que vem de fora, um indivíduo inferior e diferente. Nesse sentido, desqualifica

o outro, tentando remodelá-lo, de forma que se adeque à nova sociedade. Voltando a dialogar com Ponte, ele afirma que

Desta forma, tudo e todos que pudessem macular a imagem asséptica, produtivista e aformoseada de Fortaleza, foram sendo estrategicamente confinados em locais afastados: os mortos, para o novo cemitério; os doentes contagiosos, para o Lazareto da Lagoa Funda; os couros, peles e carne para curtumes e matadouro distantes; os loucos, para o Asilo de Parangaba; os idosos pobres, para o Asilo de Mendicidade; os “vadios” (desempregados), para a cadeia; os retirantes, para abarracamentos na periferia (até antes da seca de 1915, quando então surgiram, os campos de concentração, cercados à guisa de “currais”, em subúrbios distantes); os pobres, para Dispensário dos Pobres (1885); os menores pobres, para o Patrocínio dos Menores Pobres (1903) e Dispensário Infantil (1908); as órfãs e desvalidas, para o Patronato de Maria Auxiliadora para moças pobres (1922) e Asilo Bom Pastor (1928); as meretrizes para o Arraial Moura Brasil (anos 20 em diante) (PONTE, 2004. p. 179).

Assim, eram compostas várias entidades, para controlar, disciplinar e modelar a população que não se encaixava no padrão de civilidade burguesa da época. A Fortaleza que se construía na virada do século XIX e nos primeiros decênios do século XX, era uma cidade extremamente excludente, que buscava nas alcunhas da civilização e da sociedade europeia, refletir a imagem do progresso e da modernização. Essa era a Fortaleza dos bons tempos.

2.3 – A Seca na Cidade: um aspecto fundamental para o desenvolvimento da urbe

O Retirante

*O retirante é tal e quá
Ave de arribação
Só quando se vê perdido
É que bandona o sertão*

*Porém quando a chuva vorta
Alegrando os coração...
Retirante, cumo as ave
Vorte, vem bejar seu chão*

Vorte vem bejar seu chão!

*Se arretira só praquê
A chuva num cai no chão
Pruque se huvesse água
Num se arritirava não*

*A escola do caboclo
É enxada, é prantação*

*E seu diploma, seu mano
É sei calo in cada mão*

*Como premio ele arrecebe
A seca, desolação...
Seus fiín de bucho inchado
Nem farinha, nem feijão!*

(Luiz Vieira)

Várias canções, livros literários, filmes e fotografias, reproduzem o sentimento daqueles que deixavam suas terras em época de escassez de chuva e rumavam em direção à cidade, na esperança de encontrar a assistência do governo. A princípio, ou melhor, na seca de 1877, os retirantes chegavam à cidade, mas ainda com o desejo de voltar para suas terras, a encontrar seus entes queridos. Pelo menos é isso que tenta nos mostrar essas produções, que trazem, também, todo o sofrimento e tragédias, aqui, nessas representações, ocasionadas pelo fenômeno da seca.

As experiências dos retirantes levaram a perceber que a dor e o sofrimento destes eram utilizados para fins de conseguir, por parte do Estado, assistência do governo central. Diariamente os jornais locais e cartas do parlamento enviados para a capital do país, denunciavam a calamidade ocasionada por tal fenômeno natural e pediam que o governo assistisse essa população sofrida. Neves afirma

A transferência parcial da assistência paternalista exercida pelos coronéis para uma assistência contraditoriamente paternalista exercida pelo Estado exigiu a incorporação das áreas urbanas ao fenômeno da seca, colocando a população de Fortaleza no “olho do furacão”. De fato, mesmo se uma ruptura do pacto paternalista tenha acontecido já em 1877, pois que “os homens pobres e os escravos foram abandonados pelos coronéis-pais-patrões, rompendo o pacto tradicional da lealdade e apadrinhamento”, o Estado assume esta dívida com todas as suas obrigações costumeiras [...] A ruptura do pacto, assim, não representa uma ruptura do tecido social e a ordem baseada nos termos de reciprocidade ainda permanece forte, exercendo pressões e estimulando atitudes [...] O sertanejo percebe, ao mesmo tempo, que não é necessário chegar a um estado profundo de miséria e inanição para procurar auxílio, inclusive porque este estado o torna excessivamente fraco para organizar-se coletivamente ou tomar qualquer atitude mais ousada; e o espaço privilegiado para este auxílio é a cidade (NEVES, 2002. p. 101).

Sim, havia fome, doenças e muitas mortes, porém, esse saber era utilizado como estratégia por parte dos representantes governamentais, da elite burguesa e intelectuais, para adquirir verba e assistência, justificada a partir das agruras ocasionada pela seca. No entanto, esses recursos eram empregados no aformoseamento da capital cearense e favorecimento de alguns fazendeiros – só com

o passar de anos e ganhos de experiência, é que os retirantes vão tirar isso ao seu favor. De acordo com José Olivenor

Ademais, é com base na miséria que se conserva o domínio desses políticos, obedecendo sempre a um processo de recriação de novas formas de poder de acordo com o fazer histórico. A política de “combate” à seca, termina reforçando a própria estrutura política e econômica, cumprindo, dessa forma, o papel de manter a dependência do povo à estrutura de poder local. Segundo Durval Muniz, “a seca não existe enquanto puro fenômeno natural, mas como um fato histórico e social e por isso possui imagens e significações que vão variar ao longo do tempo e conforme o contexto social em que se insere” (OLIVENOR, 2002. p. 62-63).

As cobranças feitas pela elite local, governantes e alguns intelectuais, tinham como propósito manter a estrutura econômica e política. Os usos sobre os recursos que eram destinados para resolver, ou mesmo diminuir, o sofrimento daqueles que de fato foram prejudicados com danos e perdas de suas terras e foram obrigados a migrar, tiveram outra função.

O Estado tinha a responsabilidade de socorrer a população emergente. O Império destinava recursos para as províncias e estas, por sua vez, repassavam para os municípios. No entanto, os fins para que foram estabelecidos tais recursos foram outros. A elite local, justificando que era um erro dar esmolas, pois esta prática levava a ociosidade e improdutividade daqueles, defendiam outras práticas e destino diferente aos recursos imperiais, algo que desse retorno à sociedade.

Ora, a elite local não queria perder as relações de dependência arraigadas ainda na estrutura clientelista, por outro lado, se queria disciplinar e controlar estes que atormentavam a ordem pública, além do que, não poderia perder a oportunidade de desenvolver a cidade, já que em períodos normais seria difícil arrecadar verbas para o progresso desta região. O jornal *O Retirante* de 28 de outubro de 1877, citado em José Olivenor, nos traz referências a como os periódicos da época apoiavam estas práticas de benevolência dos estadistas, que utilizavam os recursos destinados aos “flagelados da seca”, de forma produtiva para a sociedade, dando empregos sistemáticos e temporários aos retirantes que se encontravam em frentes de trabalho

Com efeito, S. Excelência deixa a presidência depois de ter esbanjado mais de setecentos contos de réis da verba de socorros públicos, sem ter conseguido socorrer senão as comissões, os comissionados, as subcomissionadas e protegidas. Em toda a Província não existe um só celeiro onde a indigência mitigue a fome um dia se quer. Em compensação fica muita casa-farta, muita grimpá erguida, com os despojos da miséria! (...) As obras públicas iniciadas para dar trabalho a indigência foi, sem dúvida, uma ideia de S. Excelência capaz de resultados fecundos: mas S. Excelência viu de braços cruzados, os especuladores retalharem essa ideia generosa em seu

proveito, se assim podemos nos exprimir, sem ter a energia de embargar-lhes os passos. (O RETIRANTE apud OLIVENOR, 2002. p. 62).

Diante do exposto, podemos dizer também que a seca ajudou, a partir do discurso que imprimiram sobre ela e das práticas que puseram a cabo com a verba destinada para diminuir seu impacto, o desenvolvimento da cidade de Fortaleza, tornando-a uma cidade modernizada.

Outro aspecto que aqui deve ser explorado, é o lado pedagógico das frentes de trabalho. Controle social, disciplina, romper com a ociosidade e vícios da população emergente e desenvolver o progresso, enfim, o “trabalho dignifica o homem”, dá-lhe utilidade. Assim, ao invés de esmolar, a elite local manipula os recursos repassados pelo Império, dando-lhes outro destino, ao mesmo tempo que mantém as antigas relações patronais. Desse modo, Olivenor afirma

Portanto, fosse como medida de mero combate à seca, como necessidade de disciplina social, ou mesmo como ideal de progresso material para a província, pode-se dizer que a política assistencialista do Estado imperial, que assegurava a todo brasileiro o direito de receber socorro em caso de calamidade pública, foi rapidamente transformada pelas elites locais num instrumento de coerção ao trabalho (Ibid. p. 64).

Tendo o apoio de boa parte dos cidadãos e dos meios de comunicação da época – todos temendo a mendicidade e com o pensamento no progresso –, esse propósito de retirar das ruas de Fortaleza, corpos inúteis e improdutivos para o trabalho em prol do desenvolvimento da cidade, deu um caráter de utilidade aos recursos adquiridos pelo governo imperial, que ao invés de simplesmente esmolar os retirantes, incentivando a ociosidade, preguiça e vadiagem, unia o útil ao agradável, trabalho e progresso, o que poderia ser, também, ordem e progresso.

Os trabalhos eram diversos, desde que colaborassem em dois sentidos: 1) diminuir o fluxo de pessoas ociosas em Fortaleza; 2) modernizar e civilizar a capital. Nesse sentido, alguns dos trabalhos, como por exemplo, o aumento da estrada de ferro de Baturité, englobava esses dois aspectos mais gerais. Ao mesmo tempo que levava à estrada de ferro para novos caminhos, facilitando o transporte de pessoas e mercadorias, desse modo, dando maior dinamicidade ao comércio, ao mesmo tempo que poderia levar o progresso para outras cidades do interior do Estado, além, de fazer com que alguns desses trabalhadores ficassem fora da capital, uma vez que esse tipo de trabalho lhes enviava para outras localidades, às vezes, inclusive, para seus lugares de origem.

Outros trabalhos objetivavam manter a população nos seus próprios municípios, fazendo com que o governo provincial criasse, nesses municípios, comissões de socorros, assim, boa parte da população que migraria, trabalhavam em obras públicas de embelezamento, reformas, estradas, açudes, enfim, evitando que mais retirantes chegassem à Fortaleza. De acordo com Foucault

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (FOUCAULT, 2013. p. 133).

Tendo em vista essa perspectiva foucaultiana, o trabalho, as escolas, a Igreja, bem como a família e outras instituições, estão alojados os discursos sobre como se deve agir na e para a sociedade, sobretudo, buscando tornar o corpo dos outros úteis conforme o que se planeja. Disciplinar e remodelar as ações e práticas cotidianas a partir de um modelo de como se viver em sociedade, ganha ênfase nos meios de disseminação desses discursos e na vigilância sobre os corpos. Como Foucault, entendemos que o poder está descentralizado, inserido, permeado e fragmentado na sociedade e em instituições que dela fazem parte. No entanto, nem sempre se tem o resultado que se quer, e as ações transgressoras comumente aparecem e resistem a tais tentativas de se moldar o outro. De Certeau fala das astúcias do homem ordinário, as maneiras de fazer

Embora sejam relativas às possibilidades oferecidas pelas circunstâncias, essas táticas desviacionistas não obedecem à lei do lugar. Não se definem por este. Sob esse ponto de vista, são tão localizáveis como as estratégias tecnocráticas (e escriturísticas) que visam criar lugares segundo modelos abstratos. O que distingue estas daquelas são os tipos de operações nesses espaços que as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar (DE CERTEAU, 2009. p. 87).

Assim, os homens e mulheres, enfim, pessoas comuns, criativamente, se apropriam e fazem uso dos espaços e das medidas que se querem fazer obedecer para seu benefício, ou burlam e boicotam, esses mecanismos de controle e disciplina, fazendo ressignificar as estratégias produzidas de remodelação de condutas.

Podemos observar, que durante as experiências envolvendo interesses sobre o discurso da seca, que tanto privilegiou a elite local na província do Ceará, que os próprios retirantes começaram a usar esse discurso em seu favor.

Como percebemos, a assistência aos retirantes era uma polêmica. Esmolar, coloca-los em instituições de caridade, emprega-los em trabalhos temporários, enfim, o fato é que a elite cidadina não queria “sustentar o vício destes infames”, uma vez que eles estavam, por sua condição, mais vulneráveis a esta “conduta degradante”.

Para identificar os tipos de pobres que chegavam à cidade, sentiu-se a necessidade de (des)qualifica-los e classifica-los em envergonhados, flagelados e aproveitadores³⁷, numa tentativa de não apoiar a ociosidade, a preguiça e os vícios desses “desvalidos”. Em certos casos, dependendo da política e de quem tiver na administração da província, os retirantes fazem manobras e utilizam táticas para adquirirem assistência, como mostra Neves

Por outro lado, os retirantes logo aprendem que, por vezes, antes de reivindicar comida, devem exigir “serviço”; aprendem, sobretudo, a interpretar os movimentos da política naquilo em que ela se refere à assistência aos pobres e isso significa saber quando reivindicar trabalho e quando pedir auxílios diretos, de acordo com a tendência dos governantes, no momento da seca (NEVES, 2002. p. 97).

São as “artes de fazer” a partir do que se tem em mãos para lidar com certos tipos de situações. Os retirantes, utilizavam de seu conhecimento e criatividade, um saber adquirido a partir das experiências e observações passadas sobre a política de assistencialismo durante o período de estiagem, objetivando ganhos com a perda, ou seja, já que perderam sua colheita e investida na terra, tendo que migrar para a cidade grande, pois que pelo menos, nessa relação de poder, onde os fortes determinam quem pode receber assistência ou não, que os fracos possam barganhar tal assistência, pois como já foi dito, a administração pública, junto à elite cidadina, buscavam medidas para disciplinar, controlar e remodelar as pessoas ditas como incivilizadas, que precisavam ser refabricadas para merecerem perambular pela cidade moderna. No entanto, existe a disseminação da informação e a recepção da mesma, e esta recepção muitas vezes é apropriada de forma diferente do que se quer, às vezes, inclusive, não é aceita e atitudes transgressoras, barganhas, boicotes,

³⁷ Ver NEVES, Frederico de Castro. A seca e a cidade: a formação da pobreza urbana em Fortaleza (1880-1900). In: **Seca**. SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (Orgs); Tanísio Vieira... [et al.] – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

enfim, são práticas comuns, assim, as relações de poder vão ganhando essa complexidade e dinamicidade entre os envolvidos.

Cada vez mais se fazia necessário controlar a multidão que chegava em Fortaleza. Diminuir o fluxo de retirantes na cidade, entra, também, como objetivo das obras elaboradas pelo governo. Assim, alguns programas de combate à seca, visavam manter o retirante no seu local de origem, impedindo-os que chegassem à Fortaleza.

Foi criado em 1909, um programa de obras contra as secas, denominado IOCS (Inspetoria de Obras Contra as Secas) que depois veio a se tornar IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas), e por último DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), já durante a era Vargas. Esse programa visava acabar com o problema da seca através do que se chamou de “solução hidráulica”. Sobre esse assunto, Neves disserta

Do ponto de vista programático, a atuação do IOCS era orientada pela concepção de que seca – como fenômeno climático de irregularidade de chuvas, o que dificultava a agricultura e o abastecimento das cidades – deveria ser combatida pela criação de um sistema de barragens, açudes e poços que pudesse acumular a água em tempos de chuva para ser usada em tempos de escassez. Esta concepção ficou conhecida como “solução hidráulica”, pois concentrava todas as atenções nos métodos técnicos de estudos do solo e da construção de reservatórios d’água (NEVES, 2004. p. 86).

A solução hidráulica e outros mecanismos, como reformas urbanas no interior do estado, foram investidas governamentais para evitar a migração em grande escala para a capital. A utilização desses mecanismos pouco favorecia a massa campesina, ao contrário disso, privilegiava os grandes proprietários de terras, visto que esses reservatórios de água, bem como a utilização de novas técnicas de irrigação e abastecimento, eram estabelecidos nas proximidades destas grandes propriedades, permanecendo, desse modo, as mesmas políticas assistencialistas já comuns em se tratando dos pequenos agricultores. Fora isso, também continuava a má utilização dos recursos para o combate à seca: desvio das verbas, favorecimento político e uso político, mostrando toda benevolência dos proprietários de terras, políticos e seus familiares ao levarem uma ração alimentícia, empregos sistemáticos e temporários, para aqueles que continuavam na miséria, apenas se mantendo de pé por conta desses auxílios, que eram mais estratégias políticas do que uma tentativa de

transformar àquela realidade. Para Rodolfo Teófilo³⁸ “o Ceará está condenado, não por lhe faltarem elementos de defesa contra as secas, mas pela indiferença dos poderes públicos” (TEÓFILO, 1980).

Em 1915, mais uma seca se instaura. Uma nova prática de controle e disciplina sobre a população que migrava para Fortaleza foi criada: o Campo de Concentração do Alagadiço, localizada nas proximidades de Fortaleza. O termo Campo de Concentração tão conhecido durante e após a segunda Guerra Mundial (1939 - 45) tem como característica a segregação, o afastamento da sociedade de um determinado povo por outro, utilizando-se de um discurso científico para justificar tal projeto de exclusão. O campo de concentração do Alagadiço, funcionou como um ambiente para aglomerar a população que chegava à Fortaleza por conta da estiagem e que ocupavam os espaços públicos, tornando-se cada vez mais indesejáveis para a população local. De acordo com Kênia Rios

Em 1932, a prática de manter a cidade dos ricos de Fortaleza afastada (ou parcialmente afastada) da miséria concretizou-se em frentes de trabalho, em políticas de emigração para outros Estados e na construção de locais para o aprisionamento dos flagelados. Nessa seca, o poder público isolou parte dos sertanejos em sete campos de concentração, distribuídos em lugares estratégicos para garantir o encurralamento de um maior número de retirantes (RIOS, 2006, p. 8).

A referida autora argumenta que as classes dominantes queriam impedir a invasão dos retirantes na capital, e começava-se a pensar em repetir o feito de 1915, sendo que agora fixando os retirantes no próprio sertão, dificultando cada vez mais a aproximação destes à cidade de Fortaleza. Com isso houve a necessidade de fazê-los concentrados nos espaços de mais tensão, ou seja, nas proximidades das estações de trem. O aprisionamento dos retirantes é utilizado como estratégia para mantê-los afastados da cidade que se queria bela e moderna, além de assegurar a mão-de-obra próxima ao latifúndio, para uma possível retomada da produção de algodão, principal produto da pauta de exportação do Ceará.

Na seca de 1932, mais seis campos de concentração foram criados estrategicamente nas proximidades das estações de trem onde haviam mais tensões devido a grande aglomeração de pessoas que queriam migrar para a cidade rica. Esses campos foram instituídos nas cidades de Crato, Quixeramobim, Cariús, Senador Pompeu, Ipú, além de mais um em Fortaleza. Segundo Rios, os dois campos

³⁸ Rodolfo Marcos Teófilo nasceu no Ceará em 6 de maio de 1853. Era farmacêutico e visitava diariamente os lazaretos de variolosos nas secas de 1877, 1888 e 1900. Escreveu vários livros onde tinha por tema a seca.

encontrados na capital eram “expressivamente menores” que os demais, assim, a vigilância e outros tipos de exercícios de poder disciplinar se tornaram mais eficientes na capital. Sobre os campos de concentração a historiadora explana

Os Campos de Concentração funcionavam como uma prisão. Os que lá chegavam não podiam mais sair, ou melhor, só tinham permissão para se deslocar quando eram convocados para o trabalho, como a construção de estradas de ferro e açudes ou obras de “melhoramento urbano” de Fortaleza ou quando eram transferidos para outro campo. (RIOS, 2006, p. 55).

Desse modo, vemos que diversas estratégias foram criadas para garantir a modernização da cidade, assegurar o projeto civilizador sobre a população, controlando, disciplinando e remodelando a mesma. Era necessário manter a cidade limpa, diminuir o fluxo de pessoas indesejáveis, tentando remodelá-las, reprimindo aspectos transgressores, utilizando sempre o saber científico, evolucionista, dando credibilidade ao discurso eugenista e criando vários meios de disseminação desse discurso.

A cidade do Crato, nas primeiras décadas do século XX, se desenvolvia bem mais lentamente que a capital, porém, há um aumento da população citadina e um início dos mecanismos de modernização, como já foi visto no capítulo anterior.

De acordo com os dados colhidos pela Delegacia Regional do Recenseamento Nacional de 1940, encontrados na Monografia do Município de Crato, Ceará, feita pelo então prefeito do Crato, Alexandre Arrais de Alencar, podemos perceber alguns aspectos que favoreceram a cidade no que diz respeito ao povoamento e transformação urbana, sendo uma das cidades nordestinas que mais recebia migrantes por conta da seca

Graças a feracidade do sólo e ao crescente desenvolvimento da cultura da mandioca e cereais, além da abundância d'água, o arraial teve rápido desenvolvimento. As sedes do município não apresentam aspectos urbanos regulares, sendo a causa determinante do seu povoamento edificações destinadas a práticas religiosas, as de Santa Fé e D. Quintino. A sede do Buriti teve como causa determinante a estrada de Ferro da R.V.C., e a do distrito de Lameiro a fundação do poder público (ALENCAR, 1943. p.4).

Os distritos do município de Crato nas primeiras décadas do século XX, possuíam práticas bem específicas como podemos ver na citação. É a partir da iniciativa particular da população com características mais liberais, da iniciativa pública e com o controle da Igreja Católica, que o desenvolvimento urbano do Crato se faz. Com o prolongamento da linha férrea de Baturité para a cidade do Crato – Rede Viação Cearense -, aumentou ainda mais as relações desta cidade com outros

municípios do Ceará, o que já era fortalecido pela rodagem, que privilegiava as relações comerciais entre Crato e cidades sertanejas de Pernambuco e Piauí.

Segundo Alencar

A sede municipal está ligada aos Municípios vizinhos e à capital do Estado pelos fios de Telégrafo Nacional, fazendo-se o seu intercâmbio comercial e social através dos trilhos da Rêde Viação Cearense, até a capital, em três trens ordinários para o transporte de passageiros e um mixto, por semana, havendo trens de carga quase todos os dias (ibid. p. 21).

O Crato era, então, uma importante cidade do interior do Estado, a qual fazia ligações comerciais com cidades de outros estados. Para José Alves de Figueiredo Filho, a cidade do Crato era uma das mais progressistas do interior nordestino, além de ser centro dos principais acontecimentos históricos do Ceará no século XIX. “O ritmo de desenvolvimento cratense foi sempre mais acelerado do que o de outras localidades circunvizinhas” (FIGUEIREDO FILHO, 1952).

Mesmo que diferentemente de Fortaleza - local onde se percebia com mais nitidez as modificações ocasionadas nas relações sociais em períodos de estiagem, devido ao seu tamanho, empreendimentos urbanísticos e a dinamicidade vivida pelas pessoas da urbe - durante os períodos de seca, a cidade do Crato, também sofreu com a falta de planejamento que agregasse de maneira benéfica os retirantes. As relações existentes que há em períodos de chuvas regulares se destruturalizam e se transformam, em épocas de seca. De acordo com dados da revista comemorativa do colégio Diocesano do Crato “sempre ascendente a matrícula de alunos até o os fatídicos anos secos de 31 e 32. Em 1930 a matrícula elevou-se a 326 e em 32 desceu a 101, num decréscimo de mais de dois terços” (Diocesano do Crato, 1952). Rosemberg Cariry afirma que “o Vale do Cariri, região fértil e privilegiada pela localização geográfica, é invadido pelas massas famintas agrupadas, pelas autoridades constituídas, em acampamentos precários, chamados pelo povo de ‘curral do governo’” (Cariry, 1982).

Com a “revolução de 30”, poucas mudanças houveram e quando existentes ficaram localizadas em pequenas conquistas dos trabalhadores urbanos, não sendo ampliadas para os trabalhadores rurais, mantendo a mesma estrutura aristocrática da República Velha. Assim, os mesmos problemas permaneciam, a falta de terra, a migração por conta da estiagem, trabalho servil e uma sociedade que ainda, mesmo com alterações urbanas, mantinham no campo algo parecido com as relações feudais. A cidade do Crato, ainda em processo de modernização controlado pela Igreja e poder

público, apesar de já possuir, parte da população, uma mentalidade mais liberal, ainda mantinham forte ligação com as ideias aristocráticas. O que diferencia, além do que já foi dito antes, da relação que a capital do Estado tem com a seca, é, que é comum, por exemplo, os agricultores seguirem líderes religiosos, como foi no caso do beato José Lourenço na comunidade do Caldeirão³⁹, em Crato. Holanda afirma que

Durante a seca de 1932, milhares de flagelados chegaram, enviados pelo governo, para a cidade de Crato. De lá, eram levados a um campo de concentração, em Buriti. Diariamente, abriam grandes valas no cemitério, onde enterravam as vítimas da fome, que o poder público era incapaz de salvar. No chamado “curral do governo”, diz Rosemberg Cariry, “as poucas condições de higiene, a falta de alimentação e de assistência médica preparavam terreno para as doenças e os surtos de peste dizimaram grande número de flagelados”. Justamente nessa época, o beato José Lourenço sustentou, durante 23 meses, mais de 500 pessoas que chegaram ao seu sítio, fora as já residentes no lugar. É o que conta J. de Figueiredo, que foi seu vizinho. Ele diz: para isto, o Beato “gastou grandes depósitos de cereais que tinha em Caldeirão e toda a farinha produzida em 600 tarefas de mandioca de sua cultura na Serra do Araripe”, deixando, assim, de vender o que lhe daria “uma bela fortuna”. Poucos anos depois, governo e clero do Ceará resolveram terminar tal experiência comunitária. Os que não morreram durante a investida policial ficaram dispersos pelos sertões, proibidos, pelas autoridades, pelas classes dominantes, de viverem em paz, através do trabalho e da oração. Após, o primeiro assalto ao lugar (setembro de 1936), o governo ainda pensou em aproveitar estes camponeses nas obras de emergência. Porém, concluiu “seria uma solução perigosíssima pela influência maléfica que esses elementos perniciosos exerciam em contato com a massa trabalhadora inculta e facilmente sugestível”. Talvez o destino mais apropriado para aquela gente fosse, aos olhos do poder público, o campo do Buriti (HOLANDA, 1983. p. 16).

Os campos de concentração, bem como outras práticas de poder, isolamento e remodelação de parte da população que está de certa maneira fora do padrão de civilização estabelecida, são criados na tentativa de moldar, civilizar e ordenar a vida em sociedade, mesmo que de forma arbitrária ou utilizando discursos outros que demonstrem a necessidade de certos mecanismos de poder, ao contrário, do que seria, se essa massa campesina se aproximasse do Caldeirão, o que, para as autoridades e para a Igreja funcionava como uma ameaça à ordem que se queria permanecer, além disso, também evitaria insurreições na cidade e a migração para a capital.

³⁹ A propriedade conhecida como Caldeirão dos Jesuítas, doada pelo Padre Cícero ao Beato José Lourenço, em 1926, para que este recomeçasse suas atividades agrícolas. O Caldeirão se tornou uma comunidade baseada na caridade cristã, solidária, não-capitalista, onde seus moradores usufruíam de tudo que produziam, sem ter qualquer obrigação com latifundiários.

CAPÍTULO III – OS LIMITES DE ARAME FARPADO NÃO MATAM A FOME DA GENTE

3.1. – A exclusão como elemento disciplinar

Houve em torno da peste uma ficção literária da festa: as leis suspensas, os interditos levantados, o frenesi do tempo que passa, os corpos se misturando sem respeito, os indivíduos que se mascaram, que abandonam sua identidade estatutária e a figura sob a qual eram reconhecidos, deixando aparecer uma verdade totalmente diversa. Mas houve também um sonho político da peste, que era exatamente o contrário: não a festa coletiva, mas as divisões estritas; não as leis transgredidas, mas a penetração do regulamento até os mais finos detalhes da existência e por meio de uma hierarquia completa que realiza o funcionamento capilar do poder; não as máscaras que se colocam e se retiram, mas a determinação de cada um do seu “verdadeiro” nome, de seu “verdadeiro” lugar, de seu “verdadeiro” corpo e da “verdadeira” doença. A peste como forma real e, ao mesmo tempo, imaginária da desordem tem a disciplina como correlato médico e político. Atrás dos dispositivos disciplinares se lê o terror dos “contágios”, da peste, das revoltas, dos crimes, da vagabundagem, das deserções, das pessoas que aparecem e desaparecem, vivem e morrem na desordem (FOUCAULT, 2013. p. 188).

Michel Foucault, a partir da sua obra “vigiar e punir: história da violência nas prisões”, nos dá subsídios para analisar os campos de concentração no Ceará, nas secas de 1915 e 1932, como um dispositivo de poder, cujos mecanismos disciplinares foram sutilmente instituídos no cotidiano daqueles indivíduos que, de certa forma, possuíam características desviantes na sociedade que se instituía durante as primeiras décadas do século XX em Fortaleza, Crato e demais cidades onde foram instalados tais campos.

A sociedade moderna se caracteriza pela implantação de técnicas disciplinares que seja, simultaneamente, econômica e política, ou seja, que esses dispositivos disciplinares sejam estabelecidos na sociedade de forma enrijecida, com baixo custo e elementar, fazendo engendrar na sociedade, de forma sutil, mas não inocente, normas de convívio e de controle, onde cada indivíduo seja reconhecido e classificado. Sem máscaras, possam ser facilmente identificados, para que assim, o enquadramento social seja estabelecido, cada um ocupando seu devido lugar. Mas como uma prática de exclusão como a instituição de um campo de concentração pode ser considerada sutil? Pelo simples fato de como se opera em discurso esta prática. Para o então presidente do Estado do Ceará, em 1915, Cel. Benjamim Barroso

O campo de concentração facilitaria a distribuição dos socorros e permitiria um tratamento melhor e mais humano aos “atingidos pelo flagelo indomável”,

que encontrariam trabalhos e serviços organizados pelo governo, tendo “por compensação alimento abundante para todo o pessoal (NEVES, 1995. p. 96).

Na sociedade do controle sob dispositivos disciplinares, a qual Foucault faz referência na citação que abre esse capítulo, a relação com a exclusão não se faz de forma pura, mas de forma que esta exclusão seja parte de uma técnica de saber que facilite a análise do excluído, assim, cada indivíduo é vigiado, analisado, caracterizado e classificado. O saber sobre os sujeitos implica nas relações de poder, no sujeitar e ser sujeito. É importante isolar os indivíduos para que estes sejam disciplinados, produzindo um tipo útil e dócil, apto e submisso, identificando, de forma imperativa e a partir dos saberes que lhes foram atribuídos - saber médico, por exemplo - pessoas com características desviantes e transgressoras.

A sociedade heterogênea como é, se mistura de forma descontrolada e esse é o temor do Estado. Temor dos contágios, das revoltas, dos crimes, das vagabundagens, enfim, temor da desordem, do desequilíbrio. Para obter o controle da população, é preciso ter o controle sobre os corpos. De acordo com Foucault

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 2013. p. 133-134).

O poder coercitivo exercido sobre os corpos se faz levemente no cotidiano das pessoas de maneira eficaz. A técnica disciplinar na sociedade moderna, permite que cada indivíduo vigie os outros e a si mesmo, estabelecendo normas, aprovando condutas que favoreçam o ordenamento da sociedade e punindo atitudes desviantes do que se configura como normal, assim, o indivíduo torna-se servo de si mesmo.

Tendo em vista essa compreensão da sociedade moderna como uma sociedade do controle e da vigilância, podemos verificar que na virada do século XIX para o XX, as cidades brasileiras, sobretudo as capitais, estão sempre inserindo ou querendo instituir, um tipo padrão de indivíduo que possa circular nos espaços citadinos. A análise e a classificação de cada sujeito, ou, a identificação de cada sujeito, leva a um saber sobre o outro capaz de julgar e determinar os espaços que este pode ou não ocupar.

Durante os períodos de estiagem, como já foi visto, era comum a migração de parte da população rural para a cidade. Esta migração faz romper, de certa forma, um processo de modernização, desestrutura aspectos da “normalidade” citadina, levando desconforto aos habitantes da urbe, que agora se veem misturados com indivíduos que são indesejados nos espaços urbanos. Segundo Neves

A seca – leia-se: fome, miséria, migrações, etc. – é vista também, por estes saberes, como “um grande desajustador social, uma fonte de imoralidade, uma causa de desespero que mina a fé cristã, um eficiente fator de criminalidade” que provoca uma “desorganização profunda da economia regional” e, “talvez principalmente”, uma “desintegração na ordem religiosa, moral e cívica”. Este ponto de vista tem suas razões. Em 1877 este problema “explode” no cenário urbano de Fortaleza de maneira dramática e alarmante. A cidade é invadida e ocupada por sertanejos em número quase quatro vezes maior que sua população. Epidemias, crimes, descatos à recatada moral das famílias provincianas, tragédias indescritíveis se desenvolvem à vista de todos: assassinatos, suicídios, saques, loucura, antropofagia! A ordem do mundo parecia ter perdido seus referenciais. (NEVES, 1995. p. 94).

No reconhecimento desse indivíduo que vem de fora, o qual não faz parte do tipo padronizado da cidade, na identificação desse sujeito, uma caracterização e uma classificação chamando-o de “retirante” e mais tarde sendo denominado como sendo “o flagelado”, impõe a ele um olhar, uma vigilância, uma ciência, um saber, que ao decorrer do tempo gera técnicas capazes de sujeita-lo.

A princípio uma esmola, vendo que isto poderia resultar na ociosidade e na inutilidade destes corpos, exigiu-se por parte da própria população, fazer desse retirante, ou arrancar dele, algo útil para a sociedade, pois dar assistência pura e simplesmente, seria patrocinar seus vícios e apoiar a vagabundagem. Desse modo, sob a vigilância da população, fez-se com que estes trabalhassem, primeiramente, no aformoseamento da cidade, visto que neste período da virada do século XIX para o XX em Fortaleza, objetivava-se, justamente, seguir o exemplo da Belle Époque parisiense, como vimos no capítulo anterior.

Se queria uma cidade bela, mas nas primeiras décadas dos novecentos, isso foi um sonho difícil de ser realizado, pois em 1912 esta cidade sofreu com uma insurreição popular contra o governo do atual presidente do Estado, Nogueira Accioly, que permanecia no poder desde 1896; depois, em 1914 houve a sedição de Juazeiro, cujo os resultados vimos anteriormente, e, em 1915, uma seca, que a princípio, foi menos devastadora que as anteriores, mas que gerou uma prática diferente, que proporcionou efeitos diversos, a partir do saber médico e de uma técnica que excluía

os retirantes do centro da cidade, onde estavam espalhados e misturados com os demais habitantes da urbe.

A cada seca surgida, as relações da sociedade - seja rural ou urbana -, bem como o trato que especialistas e governo dão a mesma se modificam a partir dos saberes conquistados, interagindo com os interesses de cada época. As práticas adotadas durante os períodos de estiagem que vigoraram entre a seca de 1877 até a seca de 1915 foram tratadas de forma a amenizar os efeitos trágicos ocorridos em secas anteriores, assim, foram efetivadas práticas como a criação de instituições que analisassem o fenômeno e construíssem açudes para a acumulação de água em tempos chuvosos para serem aproveitados em tempos de escassez, instituições de apoio ao retirante, assistência médica aos abarracamentos distribuídos pela cidade de forma aleatória, enfim, estes feitos para diminuir os problemas ocasionados com a falta de água e a migração dos camponeses para a cidade foram sendo ajustados de acordo com o saber e técnicas que iam sendo adquiridos, de forma que a má utilização dos recursos vindos do governo central, privilegiando latifúndios, permitiu que os problemas com a seca continuassem e a migração permanecesse.

A população na cidade só aumentava, as instituições de caridade já não conseguiam dar conta de tantos miseráveis, mas ainda havia a assistência médica, pois o medo de contágios, principalmente da varíola, era enorme, teria que ser controlado, além, da insatisfação e descontentamento da sociedade urbana com aquela massa pobre, feia, doente, desnutrida e ociosa. Aos olhos do governo e da população citadina aquele mal não poderia mais circular, era preciso evitar a presença desses que “enfeivam” a cidade.

Com mais uma seca instalada em 1915, apesar de não ter sido das mais angustiantes em termos de prejuízo à propriedade e de quantidade de migração, o governo, diferentemente das outras épocas, resolveu instalar um local fora do centro da cidade denominado de campo de concentração, com o objetivo de recolher os retirantes dos espaços urbanos, sobretudo do passeio público onde estavam instalados a maior parte dos barracos dos que chegavam à cidade, e impô-los nesta concentração, para Neves esta instituição foi “criada para substituir os ‘abarracamentos’ dos retirantes que enfeivam e contaminavam os ares da cidade

que vaidosamente se moderniza” (NEVES, 1995). Rodolfo Teófilo, que teria feito uma visita ao Cel. Benjamim Barroso, conta

A seca de 1915 não tinha a intensidade das que assisti na última metade do século XIX. Isso está cabalmente provado com a menor deslocação da população sertaneja e com a menor importação de gêneros alimentícios. Nas serras e no litoral, o inverno, embora, de pouco mais de 700mm, deu para criar milho, feijão e mandioca [...] No dia seguinte ao da minha visita no Passeio Público, fui visitar o presidente do Estado. Encontrei-o apreensivo com a seca. Procurei levantar-lhe o ânimo, dizendo-lhe que não tínhamos uma seca e sim repiquete de seca. Nessa ocasião ele esboçava a planta de um abarracamento que ia mandar construir para os retirantes. Pedi licença para discordar da sua opinião. Aglomerar os retirantes era mata-los. Relatei-lhe os exemplos de 1877, 1888 e 1900, sendo este o mais frisante. Em 1900, disse-lhe, não tivemos, pode-se dizer, assistência pública. Comemos das esmolas que nos deram nossos irmãos de norte e sul. O governo do Estado deixou os retirantes abrigar-se onde bem entenderam, e estes se agasalharam não só sob as árvores dos subúrbios como também nas das praças e ruas de Fortaleza. Findou-se o flagelo e não apareceu uma só epidemia, à exceção da varíola, a companheira inseparável da seca. O Dr. Benjamim Barroso não quis tomar o exemplo de 1900, alegando que assim não poderia fiscalizar a distribuição dos socorros e velar pela honra das famílias que a seca expatriava [...] Esse abarracamento, mesmo ao ar livre, se empestaria e empestaria a cidade no fim de alguns meses (TEÓFILO, 1980. p. 52-53).

Mesmo com a advertência feita pelo farmacêutico Rodolfo Teófilo, o governo afastou estes migrantes da cidade fixando-os em um local altamente nocivo e de fácil contágio de epidemias. No tocante a prática exercida, diferentemente das tomadas anteriormente, temos, em certo sentido, a solução para evitar a circulação dos retirantes na cidade, enunciando um discurso técnico que em certo modo favoreceria o retirante, pois estes teriam uma assistência mais sistemática e facilitada pela exclusão. Como já foi posto acima, seria mais fácil, segundo o presidente do Estado, a fiscalização sobre o assistencialismo dado e mais eficiente no seu trato.

Assim, a primeira concentração instituída durante a estiagem de 1915 se insere numa prática puramente de exclusão. O objetivo aqui era afastar o retirante do convívio com a sociedade urbana, proteger esta sociedade do contágio de doenças, saques, furtos e vícios, além, de em alguns casos, oferecer aos migrantes, trabalhos temporários nos arredores do campo de concentração, permitindo-lhes a saída do campo apenas com esse fim.

Por outro lado, já cabia a vigília, o olhar observador sobre os retirantes agora concentrados; segundo Neves “‘higiene e moralidade’ eram os elementos principais sobre os quais se detinham os observadores. A falta de asseio manifestava-se

imediatamente através do olfato” (NEVES, 1995). As doenças que facilmente eram transmitidas e o estado sanitário precário, faziam desse campo, um “campo santo”, como afirmava Teófilo. De acordo com Neves

Esta primeira experiência, portanto, limitou-se às ações de concentrar e vigiar, com o trabalho irregular e incipiente a complementar uma alternativa de remuneração para alguns poucos. O trabalho ainda é visto apenas como assistência complementar e não como um fim em si mesmo. Embora já houvesse em 1878 um esboço de regulamentação para os abarracamentos, a introdução do trabalho regular e de uma rotina rigorosa nos campos se fará somente em 1932 (NEVES, 1995. p.105).

Em 1932, mais uma vez, as relações existentes diante da seca são modificadas. Agora, não mais um campo de concentração é estabelecido, e sim sete, sendo colocados de forma estratégica não só na capital do Estado, mas também espalhados pelo interior, impedindo ainda mais a chegada de retirantes à Fortaleza. Com técnicas e saberes diferentes, estes campos vão ter, além da exclusão pura, mecanismos disciplinares, onde, dentro do próprio campo de concentração, vai tentar-se fabricar um tipo útil, dócil, com aptidão para os trabalhos impostos e punições aos transgressores - no caso do campo do Buriti em Crato, inclusive uma cadeia é instalada dentro do próprio campo, para excluir, punir e disciplinar, os indivíduos (flagelados) desordeiros -, além da exclusão dos retirantes para os campos de concentração, vai-se ter a exclusão na exclusão para servir de exemplo para os demais, na tentativa de que cada um se polície evitando posturas inadequadas, caso contrário eram punidos. Foucault afirma

Individualizar os excluídos, mas utilizar processos de individualização para marcar exclusões – isso é o que foi regularmente realizado pelo poder disciplinar desde o século XIX: o asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento de educação vigiada, e por um lado os hospitais, de um modo geral todas as instâncias de controle individual funcional num duplo modo: o da divisão binária e da marcação (louco – não louco; perigoso – inofensivo; normal - anormal); e o da determinação coercitiva, da repartição diferencial (quem é ele; onde deve estar; como caracterizá-lo; como reconhece-lo; como exercer sobre ele, de maneira individual, uma vigilância constante, etc) (FOUCAULT, 2013. p. 189).

Desse modo, os campos de concentração na seca de 1932, ao contrário de 1915, serviram não apenas para excluir e rejeitar os retirantes que chegavam à Fortaleza, agora, multiplicados e estrategicamente distribuídos pelo Estado, os campos de concentração, começaram a se estruturar para ter uma função disciplinar, de exercer um poder sobre os corpos dos concentrados, vigiando-os, analisando-os, enquadrando-os, não só para marca-los e identifica-los, mas para modifica-los, torna-los úteis e domesticados.

3.2. Os “currais do governo” na Seca de 1932.

Parece que a história se repete... Em 1931 mais um ano de inverno irregular, poucas chuvas e o início de migração em massa, suficiente para que as autoridades já começassem a temer os passos com destino certo daqueles que se retiram do sertão e do interior do Estado.

O ano novo chega, mas nada de novo, é o ano de 1932 e a irregularidade de chuvas permanece. A esperança em um ano novo e vida nova vai sendo contagiada pelo desespero. Ainda há uma leva de sertanejos que confiam em São José, padroeiro do Ceará e “anunciador do bom inverno”⁴⁰. É o saber popular, que se dá a partir do convívio diário e pelas experiências cotidianas. Assim, caso não chova no dia 19 de março - dia do santo - a migração começa a aumentar, a esperança dá lugar a penitência e a seca que já era temida pela ausência de chuvas no ano anterior, se concretiza. Aqueles que aguardavam ansiosos pela resposta divina, agora partem com o mesmo destino dos outros.

Os caminhos que antes eram percorridos pelos retirantes a pé, a partir de 1915 com a extensão da estrada de ferro de Baturité de Fortaleza – que se inicia em 1870 - à região do Cariri onde chega em 1926, faz com que os passos dos que migram sejam encurtados, pois, agora, o destino primeiro é a estação de trem mais próxima.

Se de um lado o trem diminui a distância entre o ponto de saída e de chegada do retirante, por outro lado, ele evita as passagens pelo centro das cidades, sobretudo de Fortaleza, já estabelecendo certo distanciamento com a sociedade urbana. A sociedade urbana está mais ou menos protegida do flagelo, porém, a aglomeração e os tumultos continuam costumeiros, agora nas estações por onde passa a linha férrea. No jornal o Nordeste de 08/04/1932, citado em Rios temos

Os flagelados estão assaltando os trens. Em praiano, atacaram um comboio, armados de cacetes e ferramentas. Os famintos tomaram um trem de passageiros em Senador Pompeu. Os famintos já desesperados estão lançando mão de todo tipo de ato como meio de solução para a fome que os devora. (...) Scenas impressionantes como estas, resultantes da grande crise

⁴⁰ Ver RIOS, Kênia Sousa. Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932. 2ª edição – Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

de chuvas em 1932, nos são contadas diariamente... (O Nordeste, apud. RIOS, 2006. p. 11).

Com esta citação, podemos tirar de imediato duas questões: primeiro, o tumulto que era ocasionado nas estações de trem espalhadas nas cidades do interior do Estado. A expansão da estrada de ferro de Baturité bem como a estrada de ferro que ligava a cidade de Sobral à Fortaleza, faziam com que as trocas comerciais entre as cidades do interior e da capital ficassem mais dinâmica, e foi, sem dúvida, um elemento importante para que aspectos modernizadores nestas cidades fossem se concretizando. No entanto, como podemos perceber, os trens não transportavam apenas mercadorias, mas também passageiros e em épocas de estiagens, principalmente em 1915 e 1932, havia uma aglomeração enorme de pessoas em torno das estações, dentre estas, àquelas que eram classificadas como retirantes. Os tumultos eram inevitáveis e já começava daí uma tentativa de controlar e disciplinar a multidão com o aparecimento da polícia nas estações.

Uma questão a salientar, é a constante presença dos tumultos ocorridos ganhando as páginas da imprensa. Os jornais buscavam ilustrar com fotografias, “flagrantes” da miséria em suas páginas, clamando ao Governo Federal mais apoio a essa “gente sofrida”, como Rios afirma

Ao utilizar várias fotografias com o objetivo de mostrar o grande sofrimento do “povo cearense”, Albano procurava sensibilizar os deputados da Câmara Federal. Subjacente a isso, estava uma intenção muito bem delimitada, mas não muito explícita: o discurso, depois transformado em livro, era uma estratégia para conquistas de maiores recursos do Governo Federal destinados ao Estado do Ceará (RIOS, 2006. p. 15).

Notamos que o discurso não é inocente. Ele responde a um interesse de quem o anuncia, assim, também vemos que a fotografia por mais que emita uma informação e que esta informação possa até vir a refletir algo que remeta ao verdadeiro, ela – a informação – pode ser forjada para interesses particulares, sendo, de certa forma, manipulada pelo emitente, pois como segue em Rios “esses recursos enviados pelo Governo Federal serviriam, entre outras coisas, para o alongamento das ferrovias que iriam facilitar o deslocamento de produtos para a exportação” (RIOS, 2006).

Percebemos que há interesses não tão evidentes no discurso do deputado Ildelfonso Albano. Esse não estava apenas preocupado com o sofrimento dos que migravam para a capital. A gente que em seu discurso é classificada como “povo

cearense”, outrora é utilizado um termo que o diferencia dos demais cearenses, sendo identificados como flagelados.

A cidade de Fortaleza, como já foi posto no capítulo anterior, vinha se desenvolvendo desde meados do século XIX. Embelezamento da cidade, expansão da linha férrea, passeios públicos, cafés, lojas, hotéis e outras casas comerciais são estabelecidas, fora a beleza natural que atrai inúmeros turistas. Era preciso investir cada vez mais na capital para que esta, a qual era conhecida como “loura desposada do sol”, viesse, cada vez mais, ser ponto de chegada de turistas e de uma maior aproximação comercial com outros países. Era necessário mostrar aos turistas que Fortaleza era uma cidade desenvolvida. Assim, aos que eram bem vindos buscava-se mostrar as belezas da cidade e o seu progresso, já aos que enfeivavam, contaminavam os ares e possuíam posturas desviantes, cabia-lhes o afastamento da cidade, mostrando quem era bem vindo à cidade e quem não a era. Ao mesmo tempo que o sol evidenciava a luz do progresso e era colocado como algo natural positivo para ampliar o turismo, por outro lado, esse é o sol que esquenta a terra e que a deixa infértil, que não aproxima, mas expulsa do interior seco, seus moradores.

Os retirantes não passavam mais pelo centro urbano da cidade, pois logo eram alojados às margens, iniciando um processo de favelização da cidade de Fortaleza. Em um trecho escrito em versos, o poeta Harlon Homem de Lacerda explana

(...) com sua licença ainda
 Desculpa a senhora me ver
 Exigindo a paga que me devem
 Pelo pai que trancaram no curral
 A charque, a farinha e osso
 Pela mãe que raspam a cabeça
 Pela vida do meu povo que mataram
 Por conta da ruindade
 Do rico de Fortaleza.

O temor da população urbana em relação à chegada dos retirantes, fez com que as autoridades governamentais junto aos cidadãos tivessem uma certeza, a necessidade de fixar os flagelados no interior, impedindo ao máximo a chegada destes à capital. A esse pensamento faz-se reconsiderar a implantação dos campos de concentração, mesmo tendo o conhecimento, através da experiência de 1915, que a

concentração facilitava a transmissão de doenças e a morte em massa, como foi destacado por Teófilo naquele momento.

O discurso feito pela elite cidadina bem como o governo era que teriam, os campos de concentração, um olhar mais detalhado, um cuidado maior sobre a higiene dos que seriam concentrados, ou seja, mesmo sabendo dos riscos corridos, a prática dos campos de concentração era posta em pauta como sendo algo necessário. Ao fim do mês de abril do ano de 1932, o governador do Estado do Ceará, Roberto Carneiro de Mendonça, apresenta o projeto dos campos de concentração. Em relatório oficial temos a seguinte justificativa para a criação de tais campos

Para atender com eficiência os serviços de socorro aos flagelados, e evitar o deslocamento deveras temível para a saúde e tranquilidade públicas das populações sertanejas que emigravam para diversos pontos, principalmente para a capital, a interventoria tomou urgentes providências... Tratou o governo de concentrar os flagelados em pontos diversos, afim de socorre-los com eficiência e no tempo oportuno. Foram criadas, sob a fiscalização do Departamento das Secas, sete concentrações: Burity, no município do Crato; Quixeramobim, no município do mesmo nome; Patu, no município de Senador Pompeu; Cariús, no município de São Matheus; Ipú, no município de mesmo nome; Urubu e Otávio Bonfim, no município de Fortaleza (apud Rios, 2006. p. 42-43).

Assim, como em 1915, o discurso oficial que legitimava a instituição de tais campos de concentração era respaldado no saber médico, destacando uma suposta eficiência para o assistencialismo e cuidados com os flagelados. De modo, que era mais conveniente esse tipo de discurso, podendo camuflar reais interesses na imposição dessas concentrações, mesmo essa experiência já tendo causado efeitos destruidores aos que estavam concentrados no Alagadiço – campo de concentração efetivado durante a seca de 1915. Como é de costume, a massa de gente indesejada na cidade, vai sendo posto em lugares periféricos, sob vigilância e cuidados disciplinares para que sejam mais facilmente domesticados.

Sem contato com a população sadia e civilizada, os pobres sertanejos eram postos em campos de concentração, os quais lembravam os currais dos proprietários das terras onde os mesmos sertanejos trabalhavam, eles próprios denominavam aqueles campos de concentração de currais do governo, por terem, certamente, o entendimento de que estavam sendo tratados como o gado de seus antigos patrões. Segundo Ana Célia Mesquita em uma matéria para a revista Fortaleza, organizada pelo jornal O Povo, em 14 de maio de 2006, “logo o sítio no alagadiço foi apelidado pelo povo de curral”. Rios também destaca tal denominação “campos de concentração

era o nome oficial desses lugares, entretanto, os retirantes chamavam-nos de curral do Governo... Era assim que se sentiam os flagelados, como gado com rédeas curtas” (RIOS, 2006).

Diferentemente do Campo de Concentração do Alagadiço, os campos de concentração de 1932 possuíam características diferentes, primeiramente cabe destacar a estratégia de pôr as concentrações espalhadas pelo interior do Estado, em locais de maior aglomeração e tensão dos refugiados da seca, que eram justamente as estações dos trens que partiam rumo à capital. Assim, foram criados, fora os dois campos de Fortaleza, os quais serviam para concentrar os retirantes que conseguiam burlar as estratégias feitas pelas autoridades para fixa-los no interior e impedi-los de chegar à Fortaleza, mais cinco concentrações, dentre as quais quatro foram construídos em estações da estrada de ferro de Baturité e uma na estrada que liga Sobral à Fortaleza. De acordo com Rios

No final de junho, o grande número de concentrados nos campos começava a preocupar as autoridades. Com pouco mais de um mês de funcionamento, as concentrações apresentavam uma inesperada quantidade de sertanejos. Conforme as estatísticas oficiais, os dados eram os seguintes: 6.507 em Ipu, 1.800 em Fortaleza, 4.542 em Quixeramobim, 16.221 em Senador Pompeu, 28.648 em Cariri (S. Matheus) e 16.200 no Crato (Buriti), perfazendo um total de 73.918 flagelados (O Povo, 30/06/1932. Apud. RIOS, 2006. p.53).

Uma segunda característica que diferencia os campos de concentração de 1932 é a vigilância mais rigorosa e os dispositivos disciplinares criados com o intuito de tornar esta população que era concentrada a menos ociosa possível, tornando-a apta ao trabalho e mais submissa. Segundo Rios

Os flagelados eram vigiados durante o dia e a noite. Na concentração do Patu, por exemplo, “o serviço da polícia era feito por duas turmas de 36 homens, divididos em cinco postos durante o dia e seis no correr da noite” (Cf. O Povo, 25/05/1932) [...] Nos dois campos de concentração de Fortaleza, a vigilância era efetivada por soldados do 23º Batalhão de Comando. Mas, nos campos espalhados pelo sertão, alguns guardas eram os próprios flagelados. Aqueles que aderiam rapidamente ao projeto de controle dos campos eram colocados em postos de vigilância. Desse modo, os escolhidos eram expostos como homens premiados por suas condutas (Ibid. p. 55).

Diante da vigilância imposta e as punições efetivadas àqueles que de alguma forma não tinham posturas adequadas, acabavam por estabelecer uma “pedagogia do medo”. No caso do Campo de Concentração do Buriti, havia uma prisão dentro do próprio campo, para aprisionar e excluir mais ainda aqueles cujo as condutas eram reprovadas, como em caso de embriaguez, furto da ração alimentícia distribuída, ou até mesmo em casos de brigas ou princípio de revoltas. Segundo Irineu Pinheiro, em

13 de maio de 1932, houve uma revolta no campo de concentração do Buriti; “limitou-se a uma das seções do campo o movimento subversivo, que foi logo abafado” (PINHEIRO, 2010).

Em todos os campos de concentração havia a presença de uma capela para moralizar os flagelados ali concentrados, dar penitência e agregar o maior número possível de simpatizantes às condutas dirigidas pela Igreja.

O trabalho, menos assistencialista do que durante a concentração de 1915, é utilizado mais para evitar a ociosidade e como medida disciplinar das condutas, pois, tanto para as autoridades como para a população, a ociosidade era vista como uma possibilidade a mais para os vícios e outras posturas consideradas nocivas e inadequadas. Para aqueles que se destacassem nos trabalhos, em forma de reconhecimento, era oferecido uma ração melhor como gratificação, fazendo da fome uma estratégia para manter os concentrados sob controle.

Na virada do século XIX para o XX, as cidades brasileiras, sobretudo suas capitais, mas também as cidades interioranas, vivem uma transformação apoiada em mecanismos modernizadores e processos de urbanização, veiculados à uma ordem capitalista onde se configura maior dinamicidade no comércio facilitada por meios de transportes e comunicação, ligando cada vez mais as capitais às demais cidades, interligando Estados e facilitando a exportação e importação de mercadorias com o exterior.

A cidade do Crato, nesse contexto de urbanização inicial, vive as contradições de uma sociedade em transição, entre características rurais e um crescimento urbano, ligado ao moralismo católico, ao paternalismo aristocrático e ao anseio de um liberalismo recente. Nesse tripé organizacional em que se dirigia a cidade do Crato cabe salutar, que por mais que se tenha a ideia de afastar os retirantes da capital do Estado, tem-se, também, a necessidade de manter a ordem na própria cidade do Crato, ordem essa estabelecida a partir dos interesses dessas três categorias em questão.

Assim, com o campo de concentração do Buriti contendo a massa de flagelados, migrantes de diversas localidades do Ceará e de outros Estados, permite, de certa forma, o ordenamento da cidade, além de se configurar como uma instituição

rígida que sob vigilância e outros dispositivos com função disciplinar, buscava tornar estes indivíduos dóceis e sob controle, como veremos no tópico seguinte.

3.3. O Campo de Concentração do Buriti

Assim, um amplo programa de criação de campos de concentração, em que os retirantes fossem induzidos a entrar e proibidos de sair, foi implementado com total apoio da Interventoria Federal, no Ceará. A fim de prevenir a “afluência tumultuária” de retirantes famintos à Fortaleza, cinco campos localizavam-se nas proximidades das principais vias de acesso à capital, atraindo agricultores que perdiam suas colheitas e viam a mercê da caridade pública ou privada. Dois campos menores situavam-se em locais estratégicos de Fortaleza, conectados às estações de trem que traziam os famintos, impedindo que eles circulassem livremente pelos espaços da capital. Uma vez dentro do campo, o retirante era obrigado não só a permanecer nele durante todo o período considerado da seca, mas deveria submeter-se a condições de moradia, relacionamento, trabalho e comportamento regulados pelas normas irredutíveis ditadas pelos dirigentes indicados pelo interventor – prefeitos nomeados e engenheiros do IFOCS. Os campos, portanto, pretendiam impedir a mobilidade física e política dos retirantes através da concessão de rações diárias e de assistência médica. O controle dessa imensa população – o maior campo, na cidade do Crato, chegou a abrigar quase 60 mil pessoas – representou um gigantesco esforço de organização, que tinha seu contraponto nas ações violentas das multidões de retirantes que ameaçavam tomar em suas mãos a resolução de suas aflições (NEVES, 2001. p. 109-110).

Como visto na citação acima, os campos de concentração localizados no Ceará durante a seca de 1932, perpassam por uma ideia de controle e contenção de uma gente que era indesejada na cidade. Impor e determinar aos retirantes que chegavam às cidades onde eram localizados tais campos, o modo como deveriam se comportar, onde deveriam trabalhar, os espaços que deveriam ocupar, como deveriam se divertir, sua comida, suas vestes, higiene, o horário determinado para cada ação, enfim, a vida destes estava sob controle e organizada por indivíduos que tinham como função adestrar, disciplinar e conduzir cada detalhe de suas vidas.

Na cidade do Crato foi instalado o Campo de Concentração do Buriti, com o objetivo de encaminhar e confinar os retirantes que vinham de várias localidades do Nordeste, sobretudo Paraíba, Pernambuco e Ceará. Esse campo, como vimos, foi o que mais concentrou retirantes, chegando a conter cerca de setenta mil pessoas, como aponta a revista comemorativa do bicentenário do Crato, dirigida por Oswaldo Alves de Sousa: “a população da concentração chegou a orçar por setenta mil flagelados: caririenses, pernambucanos e paraibanos” (p. 180).

No quadro oficial administrativo do Campo de Concentração do Buriti encontramos uma estrutura bem organizada e hierarquizada contando com 1 diretor

geral, 3 médicos e 4 auxiliares, 10 chefes de barracões, 1 fiscal geral, 1 capelão, 1 armazentista, 1 almoxerife, 1 recenziador, 2 comandantes da guarda, 3 guardas de higiene e 1 encarregado do serviço de visceratomia⁴¹. Tendo no cargo de Diretor Geral do Campo de Concentração o Tenente João de Pinho Pereira⁴².

A estrutura aqui vista do campo de concentração do Buriti, mostra que o isolamento dos retirantes se deu de forma planejada. De acordo com Irineu Pinheiro em sua obra “Efemérides do Cariri” em 5 de março de 1932, o Crato recebeu o secretário da agricultura de Pernambuco, Dr. João Cleofas, o secretário perpetuo do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, Mario Melo e o inspetor agrícola federal, Otávio Gomes, eles teriam vindo ao Crato para discutir, segundo Irineu Pinheiro, os efeitos causados pela seca em Pernambuco. Em 8 de abril do mesmo ano, se reuniram no Cassino Sul Americano em Crato, “representantes de vários municípios da zona sulina do Ceará, a convite das associações de classe cratense, a fim de tratarem de medidas que minorassem os efeitos da seca” (PINHEIRO, 2010). Nesses primeiros meses, ainda não era existente o Campo de Concentração do Buriti, mas como podemos notar, ao início de 1932, algumas reuniões eram feitas tendo como pauta a temática da seca, onde se discutia, inclusive com autoridades de outros Estados, resoluções que diminuíssem alguns dos efeitos da seca. Logo após essas reuniões, coube às autoridades a implantação dos campos de concentração. No dia 3 de maio de 1932, é celebrada a primeira missa na concentração do Buriti, pelo padre Antônio Gomes de Araújo.

Essa organização pautada nos interesses de uma camada social dominante, além dos interesses políticos envolvidos, reforça a ideia que os campos de concentração funcionavam de fato para o isolamento e exercício do poder sobre aquelas pessoas que eram indesejadas nas cidades, sobretudo impedindo-as que chegassem à capital do Estado.

Vimos, nos tópicos anteriores, como esses dispositivos disciplinares agem organizadamente nos indivíduos que são confinados nas concentrações. Aqui abordamos especificamente o Campo de Concentração do Buriti, tendo em vista como este foi instaurado, levando em consideração o contexto no qual se situava a cidade

⁴¹ Informação coletada na Revista Bicentenário do Crato, dirigida por Oswaldo Alves de Sousa.

⁴² João de Pinho na Escola de Sargentos, foi membro das Forças Armadas e se tornou Tem. Cel. Do Exército. Foi Diretor do Lions Clube e Crato Tênis Clube, além de Delegado de Polícia do Crato e Delegado Regional do Cariri. Após comandar o Campo de Concentração do Buriti, tornou-se prefeito da cidade do Crato, nomeado pelo interventor Roberto Carneiro de Mendonça.

do Crato, pois não foi à toa que esta cidade recebeu tal campo, sendo ele o que mais concentrou pessoas.

No discurso oficial utilizado para justificar a implantação dos campos de concentração, tem-se a argumentação que os campos facilitariam a atenção e a assistência aos retirantes, tornando-as mais eficazes, além, da questão de higiene e de saúde pública, justificando que os campos impediriam o contágio de tais doenças – faltou dizer quais as pessoas escapavam a esses contágios. Por outro lado, esse discurso oficial, o qual busca a aceitação da sociedade pautado sob um saber sistemático e científico, camufla um caráter opressor, como nos aponta Michael Pollak ao tratar da memória numa perspectiva construtivista, a qual, segundo o autor, “acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor” da memória oficial⁴³. Ao lado disso, verificamos nas vozes até então silenciadas, não consideradas nos discursos, nem nos documentos oficiais, outros tipos de manifestações no que diz respeito aos campos, sobretudo, ao do Buriti. Enquanto vemos nos discursos oficiais elaborações científicas, um saber que demonstra uma verdade que se quer estabelecer, pois como detentores do conhecimento, aspectos de verdade podem ser forjados já que perpassam por uma produção e como toda produção, o discurso oficial, também, remete a interesses.

Assim, nos interessa, também, o discurso outro, daquele que até então se encontra às margens, “memórias subterrâneas”, que esperam o momento certo e uma escuta no sentido que lhes possibilite dar suas versões sobre o que aconteceu. Entra em cena uma memória concorrente a oficial, como afirma Michael Pollak

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos. O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do “não-dito” à contestação e reivindicação; o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização (POLLAK, 1989. p. 8-9).

⁴³ M. Pollak. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

Após anos de clandestinidade as memórias até então não expostas numa amplitude maior, mas apenas transmitidas aos familiares e outras poucas pessoas que lhes oferecem a escuta, começam a ganhar espaços nos estudos mais atuais, os quais põem em pauta a discordância entre as memórias oficiais e não oficiais. A contradição que há nessa disputa, faz-nos enxergar outras versões dos fatos, outras possibilidades de análise.

A reivindicação latente daqueles que por muito tempo estavam silenciados resistindo ao esquecimento, é a busca por protagonismo na história, é ter a ciência de que não são seres passivos, mas que estiveram em cena todo o momento. O discurso oficial esconde esse outro lado, a cidade em progresso camufla aspectos de miséria, os grandes hotéis escondem os barracos, a praia torna invisível a favela, a civilização gentil e educada não percebe o retirante como seu semelhante e os aristocratas e membros da classe dominante das pequenas cidades que à sombra da capital se desenvolvem ver nesses retirantes apenas ferramentas de trabalho, não sendo dignos de circularem na cidade. O quanto mais tornar invisível esses aspectos de contradição com o desenvolvimento urbano e com a moral cidadina, mais fácil ter seu discurso aceito coletivamente, não abrindo espaço ou não permitindo que outras falas ganhem terreno. Assim, o que se vivencia nos campos de concentração, não é enxergado fora dele, ou se é, deixa-se negligenciar, ou ainda é tratado como algo necessário, visto a benevolência das assistências a essas pessoas classificadas como flageladas

No conjunto de nossas fontes, fizemos entrevistas com remanescentes do Campo de Concentração do Buriti, com filhos de pessoas que trabalharam no campo ou em propriedades próximas e outros sujeitos que viveram na cidade do Crato nesse período e como testemunha da época nos possibilitou enxergar suas versões, que por muito tempo ficaram escondidas. Um desses entrevistados foi Raimundo de Oliveira Borges, ele nos relata que

“A seca de 1932 foi das mais angustiosas ocorridas no Ceará. Aqui no Crato foi instalado um campo que se denominou campo de concentração. Nele eram agasalhados todos os flagelados da extensa região. Uma promiscuidade miserável. Morria muita gente, sobretudo crianças. Às vezes, as crianças eram enterradas pelos pais tão quase a superfície da terra, que muitas vezes os cachorros cavava, arrancava e comia os anjinhos.”

Na citação acima, vemos que o discurso de Raimundo Borges ao tratar da seca de 1932, destaca que esta seca foi das piores já existentes, logo em seguida trata da instalação do campo de concentração, pondo em evidência o grande número de

mortes nesse campo – tratando do campo de concentração do Buriti. Sendo mais uma vez demonstrado, assim como Teófilo atentou sobre o Campo do Alagadiço em 1915, que a concentração desses sujeitos seria decretar o óbito dos mesmos.

A organização hierárquica e funcional do campo de concentração do Buriti, possibilitava aos funcionários divididos por funções específicas, apesar do grande número de pessoas aglomeradas, de guiar condutas, disciplinar os corpos daqueles ditos flagelados, retirar deles qualquer postura inadequada e transgressora, tomando cuidados com a vigilância, fazendo inclusive com que membros que vivessem dentro do próprio campo tivessem a função de vigiar os outros concentrados.

Para os concentrados haviam empregos sistemáticos que fizessem deles pessoas ocupadas e menos ociosas; a presença de padres para a moralização física e espiritual; médicos para dar paliativos de doenças; guardas para vigiar e reprimir ações desviantes e comida distribuída para as famílias alistadas, àquele que fosse chamado e não estivesse presente perdia a ração do dia, como conta, em entrevista, Júlia da Costa Silva

“Eu ia tirar todo dia, mãe deu o nome, Maria Angélica do Espírito Santo. Vinha o povo com os quarto de boi nas costas. Eu ia todo dia, todo dia. Aí teve um dia que eu não tirei.

Júlia - Seu Luís, por que foi que eu não tirei o de comer?

Seu Luís – você só quer tá conversando.

Júlia – que conversando, o governo mandou para nós. Que história de conversar?

Seu Luís – hoje não tem não, tem só farinha seca.

Júlia – eu não sou Peru para comer farinha seca.

Seu Luís – pois só amanhã agora.

Quando foi no outro dia fui lá de novo.”

Uma questão a salutar também, é a corrupção, o desvio da carne concedida aos concentrados. Podemos perceber isso com a entrevista feita com o Senhor Milton Pereira⁴⁴

“A parte boa do gado, os encarregados vendiam. E os pobres iam comer o fato, as besteiras e morrendo de fome. Não dava tempo cavar nem as covas,

⁴⁴ Milton Pereira (85 anos) é morador do bairro Muriti, local onde em 1932 houve a instalação do Campo de Concentração do Buriti. Ele tinha apenas três anos de idade na época da concentração, porém, lembra as histórias que seu pai lhe contava sobre tal campo.

era tanta gente morta, ficava os valados. Meu pai dizia, isso eu nunca me esqueci, jogava o pessoal um em cima do outro.”

Em entrevista a nós concedida pelo Senhor Antônio Rosafran Brito de Melo, ele reitera o que foi dito por Seu Milton

“Quando vinha carne, essas coisas, mantimentos que o governo mandava, já estavam próximos, aí os administradores saiam dividindo. Segundo meu pai, tinha um açougueiro aqui no Crato que enricou nessa época, porque carne boa era para vender para os ricos e para os flagelados era a pior carne que tinha. Vieram para escapar da fome. Esse pessoal que vinha era porque estavam morrendo de fome, tinha pessoas que vinham de lá para cá e morriam no meio do caminho, faziam buraco enterravam lá e vinham vindo, vinham se aproximando até chegar onde estava vindo mantimentos que o governo cearense estava mandando.”

Como um local de esperança para os agricultores famintos e sedentos, o Campo de Concentração do Buriti era ponto de chegada de vários camponeses que buscavam encontrar uma alternativa para viver, que buscavam “escapar da fome”. Sendo, o campo de concentração um lugar onde seriam dadas assistências ao grande número de pessoas que lá chegassem, a justificativa dos saques e roubos pela fome, o que de certo modo ainda era aceito, começou a ser visto como crime, como disserta Rios

Com a construção dos campos de concentração e a implementação de outras políticas de assistência, como as frentes de trabalho e o incentivo à migração para outros Estados (com distribuição de passagens), procurava-se mostrar que o sertanejo contava com várias alternativas para matar a fome. Desse modo, a possibilidade do roubo tornava-se menos aceita. Diante das ajudas, roubar alimentos seria crime e não um ato de quem passa fome (RIOS, 2006. p. 76).

Buscava-se disciplinar as condutas anti-civilizadas. A fome não era mais justificativa para cometer o crime, e criminalizar, se torna mais um elemento pedagógico contra atitudes desviantes. Ainda segundo Rios

Muitos retirantes se submetiam ao disciplinamento de suas vidas diante da necessidade de receber os gêneros alimentícios. Por outro lado, a distribuição da comida é uma dimensão central nas tensões entre concentrados e administradores, caracterizando o roubo ou a recusa da alimentação como revolta de amplo significado. Nessa perspectiva, a fome era ao mesmo tempo o elemento de controle e descontrole da multidão. O argumento da necessidade do alimento para sobreviver era utilizado pelos poderosos na tentativa de despolitizar o movimento, mas, por outro lado, dava aos pobres justificativa satisfatória para as revoltas e os motins contra os ricos (idem. p. 80).

Essas medidas existentes e rigidamente impostas que podemos perceber nas citações acima, sobretudo utilizando a fome e a comida, são meios eficazes para a implantação da disciplina: quem não atendesse, não importa o motivo, na hora que

seu nome era chamado para receber a comida trazida pelo governo, perderia a ração diária; quem furtasse alimento era reprimido – preso na cadeia dentro ou fora do campo de concentração -; quem fizesse motins ficaria sem comer. Enfim, a comida também era uma medida pedagógica. Mas se havia essas medidas disciplinares, também havia as artes de fazer. Em entrevista, seu Rosafran conta

“Isso era história que meu pai contava. Meu pai tomava conta do engenho que era só mulher. Assis de Melo era um senhor com 10 ou 12 anos de idade, um dos filhos do dono do engenho. Meu pai veio tomar conta desse engenho, porque o menino era de menor e as mulheres não sabiam tomar conta do engenho e meu pai tinha prática de engenho. De maneira que chegou 1932, ele já era casado, meu irmão mais velho é de 21. De modo que esses emigrantes, esses flagelados que estavam morrendo de fome por esses sertões aí - vinha gente de todo lugar da Paraíba, do Pernambuco, do sertão dos Inhamuns, etc. isso aqui veio gente de toda parte. O meu pai autorizou ao pessoal que trabalhava no engenho dar garapa, mel, rapadura e etc., para esse pessoal. Aí ele contava até um negócio que eu achava interessante. O pessoal estava precisando, tudo com fome aí ele deu ordem principalmente aquelas que estavam em estado interessante para ganhar família, gestante vamos dizer assim. Aí uma delas, precisando, coitada, botou uma barriga de pano, para dizer que estava também gestante, na passagem do arame, a barriga de pano dela caiu, aí o pessoal do engenho fez aquela algazarra danada, aí meu pai foi e disse: - ‘Ei não façam isso não. Isso é a miséria que faz uma coisa dessas. Não pode fazer isso não. Não deem rizada não que nós não somos de nada.’ Aí chamou a senhora de lado e disse: - ‘ó não faça mais isso, mas pode vim, pode levar que você está precisando’.”

Esses casos, segundo Rosafran aconteciam com certa frequência. O pai de Roasafran trabalhava em um engenho próximo ao campo de concentração, onde alguns dos que estavam concentrados, quando podiam sair do campo, buscavam comida que era oferecida por esses trabalhadores de engenho.

Em todas nossas entrevistas é destacado o grande número de pessoas que morriam no campo de concentração do Buriti. De acordo com Expedito Laurentino

“Naquela época eu tinha dois anos, agora meu pai falava sempre naquele campo de concentração, ali onde hoje é a Petrobrás e que houve muita fome, né?! Eu cheguei aqui em 1932, ele já era funcionário público da Rede de Viação Cearense e foi transferido de Missão Velha para cá, me empreguei na mesma Rede de Viação Cearense em 52. Foi uma seca meio perigosa, morreu muita gente, naquela época tinha que morrer muita gente, não tinha o que tem hoje, né?! E chegou a morrer gente. Veio gente de muitos lugares e acamparam aí. Muitos deles não resistiram. Era gente demais e morria gente todo dia.”

As pessoas que eram sendo encontradas mortas eram levadas em rede ou carrinho de mão para o cemitério dos flagelados. Este cemitério ficava localizado cerca de 300 metros do campo de concentração – onde hoje existe um campo de futebol e nenhuma referência nem ao cemitério, nem ao campo de concentração.

Chamado de cemitério dos flagelados porque era lá que eram cavadas as valas ou valados e despejados um grande número de pessoas. Em um mesmo valado eram postas várias pessoas e eram moradores do próprio campo de concentração que era designado para tal função. Segundo o Senhor José Alves

“Me lembro de tudo. A notícia correu, daqui não foi todo mundo, não. Mas a maior parte do povo daqui foi. Foi para lá para escapar da seca. Mas seu Hélio não deixou o povo encher a barriga não. É tanto que ele mandava tudo que a pobreza precisava, até roupa ele mandava, mas seu Hélio pegava a roupa e vendia. Ele vendia em todo canto no Crato. O que José Américo fez, e que seu Hélio não atendeu. José Américo ficou sentido com o que seu Hélio fez. A vida era ruim. José Américo trazia comida para o povo comer duas vezes por dia, só dava para comer uma vez e era pouco. O povo que juntaram lá adoeceram, a maior parte morreu. Morreu gente demais lá. Eu me lembro. Andava os carregador de gente morto, rua arriba, rua abaixo com a rede e pegando os mortos para botar dentro dos valados. Uma seca que nem aquela não houve mais não. Houve a de 1958, também judiou muito. Ele estava no campo mais nós, mas José Américo botava ele para trabalhar todo dia, cavando cova para enterrar gente. Cavava valado o dia todinho, quando já estava cheio de gente dentro, aí cobria. O povo que enfraqueceu que morreu, foi muita gente que eu vi morrer por lá. Eu vi uma família com seis pessoas, que chegou um tempo depois, aí quando chegou que foram ver, aí morreu. Morreu o pai, morreu a mãe, morreu os filhos. Ficou sabe quantos, que morava lá encostado a nós? duas pessoas, e uma já estava arriada. O que adoeceu lá morreu tudo. Deram uma pisa num primo meu. O primo meu não escapou, não. Esse primo meu, era um caba bom demais. Eu me lembro dele. Ele era quem protegia eu, quando eu estava no campo lá. Ele não deixava menino nenhum bater em mim. A mãe dele afogou-se com ele e disse a dois guarda lá, que queria que desse fim a ele. Os dois guardas chamava Barbosa e Alfredo. Aí foi e disse. Pois quando ele passar aqui de novo a senhora me avisa. Aí quando ia passando, tia Nenê, era a irmã de minha mãe, avisou a ele. Aí eles foram e correram atrás do meu primo. Aí quando chegou no corredor Barbosa peitou ele que ele caiu lá do outro lado, levantaram ele e deram muito nele, mas deram muito nele, em cima virilha dele, que deixou inflamação, escapou não. Ele tinha 17 anos, era rapaz feito já. Mas esse cara, que tinha 17 anos, que deram essa pisa, esse cara era bom de serviço, não tinha um cara aqui que acompanhasse ele na enxada. Ele era o melhor que tinha. Nós chamava ele de Luís de tia Nenê.”

Nessa entrevista como nas outras, vemos a riqueza dos detalhes, os nomes nunca esquecidos, cenas que por muito tempo não saiam de suas mentes, o silêncio, mas não o esquecimento. Na história revista e revisitada, podemos dar o protagonismo merecido por esses sujeitos que vivenciaram tal evento, mas que no discurso oficial não ganhavam espaço, há não ser para justificar satisfatoriamente aos que questionavam. Para os retirantes a esperança de matar a fome, para as autoridades e membros da classe dominante a esperança de um sonho a se realizar, o desenvolvimento urbano, a civilização, o progresso.

Outro fato que ocorria na cidade do Crato nesse mesmo período era o Caldeirão da Santa Cruz, já citado anteriormente. De acordo com Rosemberg Cariry

Muitos retirantes chegam, por essa época, ao Caldeirão. O beato abriu os depósitos de víveres da comunidade e a todos ofereceu comida e trabalho. Deu início a construção de dois grandes açudes, um no riacho Escondido e outro no riacho Caldeirão. Este, de maior porte, tinha a parede com 36 braças de comprimento, 18 de altura e 13 de base. Estes açudes assegurariam água para a localidade nos anos futuros e tornariam possível a irrigação rústica em maior escala. Durante a seca de 1932, segundo depoimentos de muitos remanescentes, no Caldeirão não morreu um só camponês de fome. Dos muitos que chegaram durante a terrível estiagem, quase todos ficaram morando com o beato (Cariry. p. 160).

Conhecido como Caldeirão dos Jesuítas, o Sítio Caldeirão experimentou uma forma de cooperativa camponesa, baseada na caridade cristã. Liderado pelo beato José Lourenço e guiados pelo lema fraternidade, oração e trabalho, os camponeses que lá chegavam trabalhavam tanto com a agricultura como com o artesanato, essa produção serviria tanto para o consumo interno, como para a comercialização com sítios próximos. Tal experiência não tinha vínculo com nenhum grande proprietário, nem com o governo. Era uma comunidade autônoma sem fins lucrativos⁴⁵.

Antes de chegar ao Sítio Caldeirão, o beato José Lourenço havia tido experiência semelhante em outro sítio, denominado Sítio Baixa Danta. Porém, como o beato José Lourenço era seguidor do Padre Cícero, e este não estava sendo bem visto pelo clero cearense devido os supostos milagres que estava obrando, conquistando assim diversos seguidores, levando ao Juazeiro várias romarias, que buscavam ser beneficiados com seus milagres, outros não, buscavam apenas conhecer o Padre Cícero.

Com a doação de um boi – o boi Mansinho - feita pelo Padre Cícero ao Sítio Baixa Danta, logo vieram os boatos que este boi era santo, que operava milagres, sua urina, por exemplo, serviria como medicamento – não se sabe a causa desse alarde – as autoridades logo declararam como mais um ato de fanatismo e o boi Mansinho foi julgado e condenado a morte. O beato José Lourenço, quando liberado da cadeia de Juazeiro, volta ao Sítio Baixa Danta, mas logo o novo proprietário do sítio exige a retirada de todos que estavam ocupando as suas terras. O Padre Cícero doa uma de suas terras – o Caldeirão dos Jesuítas – para o beato que mais uma vez busca alavancar uma comunidade baseada na solidariedade e sem exploração, nem

⁴⁵ Ver RAMOS, Francisco Regis Lopes. **Juazeiro e caldeirão**: espaços de sagrado e profano. In.: Uma nova história do Ceará. (Orgs) SOUZA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide... [et al] – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004

explorados. Em 1936 começaram os ataques ao Caldeirão, após a destruição bélica, os militares incendiaram a comunidade⁴⁶

De acordo com o ofício dirigido pelo Cap. Manuel Cordeiro Neto, ao Exmo. Sr. Dr. Juiz de direito, em Crato, na íntegra

COPIA: - ESTADO DO CEARÁ – CHEFATURA DE POLÍCIA. N. 357. Ref. B. 1 v. Fortaleza, 20 de março de 1937. O Chefe da Polícia do Estado do Ceará, havendo feito, ao Exmo. Sr. Governador do Estado um relatório verbal das diligências de Caldeirão e, sabedor da existência de interpretações tendenciosas ou erradas, entre o povo, acerca da referida diligência, no intuito de esclarecer a opinião justa do público cearense, manda ao Sr. Ten. José Góes de Campos Barros, Delegado da Ordem Política e Social, que faça uma exposição sucinta do que ali ocorreu, afim de que fiquem devidamente conhecidas a justificada expectativa de um perigo futuro e a lisura com que a polícia se houve no cumprimento dos seus deveres. Registre-se e cumpra-se, (assi.) Cap. Cordeiro Neto – CHEFE DE POLÍCIA.

Assim, buscava-se justificar a invasão ao sítio Caldeirão.

O relato da diligência de Caldeirão requer, por sua natureza especial, algumas considerações preliminares. O problema do fanatismo no Nordeste tem raízes profundas na história nacional; teve lances de um sabor épico e fases negras, trágicas – filhas de uma energia inquebrantável, de uma vontade férrea, a serviço de uma ignorância profunda e sincera, ou de uma inteligência inescrupulosa e astuta. Em pleno século vinte, quando a humanidade parece prestes a chegar à ordenada Civilização, esta forma grotesca de expansão mística deve, forçosamente, classificar-se no passado, entre os fenômenos mortos na evolução humana, que o estudioso aprecia, com frieza e carinho, por se tratar de uma reminiscência antiga. Admiti-la no presente é negar a Civilização; consenti-la, nos dias que correm, é trair o esforço sadio e patriótico que todos fazemos, no sentido de elevar o nome do Brasil. Toda a estagnação é odiosa e prejudicial; nada de energias preciosas dispendidas em sentido negativo; nada de núcleos diferenciadores, contrários à unidade crescente, à uniformização imprescindível ao desenvolvimento nacional; guerra aos quistos de toda espécie, ao retrocesso, enfim – caminhada fúnebre de um povo para o servilismo e a escravidão [...] a verdadeira História da Humanidade é a história das elites; a massa anônima é apenas material de construção – não pode dirigir; as minorias inteligentes e cultas representam o cérebro que pensa, analisa, conclui, ordena; e o corpo é sempre maior que a cabeça que o conduz, isto é, imprime-lhe a coerência lógica das ações.

Aqui visto, a defesa da civilização, do progresso e da classe dominante (e pensante), busca justificar os ataques ao Sítio Caldeirão. Interessante que nas entrevistas feitas, quando fazemos alusão ao Caldeirão, algo que como já foi dito, ocorria na mesma época que foi instaurado o Campo de Concentração do Buriti, os entrevistados diziam desconhecer o Caldeirão, o que nos leva a crer que o governo temia que esses retirantes também chegassem ao sítio liderado pelo beato José

⁴⁶ Idem.

Lourenço, fazendo-os – os camponeses – chegarem até o campo de concentração e não ao citado sítio. Buscando coordenar, direcionar e domesticar os retirantes.

As autoridades buscavam impedir a aproximação dos camponeses àquilo que se pensava ser uma ameaça a civilização e ao progresso. Os retirantes aglomerados no campo de concentração, seriam mais facilmente vigiados, controlados e adestrados ao modo como as classes dominantes pretendiam estabelecer, buscando formar, fabricar e construir corpos dóceis e úteis para a sociedade que vinha se formando.

Considerações Finais

O trabalho que por ora apresentamos, teve como objetivo discutir aspectos contraditórios e antagônicos no que se refere ao período de modernização capitalista, sobretudo na virada do século XIX para o XX de modo mais específico na cidade do Crato, localizado no interior do Estado do Ceará, levando em consideração, também, o desenvolvimento urbano da capital desse mesmo Estado, uma vez que as cidades interioranas, aqui se tratando do Ceará, dependiam e se relacionavam com o desenvolvimento econômico de Fortaleza, visto que esta cidade era o centro da grande maioria dos investimentos financeiros desse Estado.

Buscamos trabalhar no sentido de elencar discursos sobre a cidade do Crato, que nos evidenciasse o princípio de sua urbanização, com todas as contradições e coexistências que são verificadas no processo de transição de vila à cidade.

As mudanças no espaço em que se configura a cidade, as transformações e permanências na mentalidade da população, a percepção e representação de alguns moradores e intelectuais acerca deste processo de transição e da materialidade de mecanismos modernos na cidade do Crato, são alguns aspectos que buscamos destacar, além das características que se queriam estabelecer tanto sobre a cidade como um modelo padrão de pessoas que pretendiam que circulasse nas ruas da cidade.

Notamos que o desenvolvimento urbano na cidade do Crato se deu a partir de suas relações comerciais com Fortaleza, da sua estreita relação com a Igreja Católica – uma das principais financiadoras no que se refere ao sistema educacional, conduta e moral cidadina, além de desenvolver controladamente o progresso urbano dessa cidade em questão – e com certa negociação entre aristocracia e liberais que traziam suas ideias do exterior ou de Fortaleza e outras capitais, como Rio de Janeiro e Recife.

Também há peculiaridades sobre a cidade do Crato, na qual o sentimento patriótico, a busca indentitária de um povo aguerrido demonstrado nos discursos separatistas em relação ao Ceará durante o século XIX, assegurando sua autonomia em relação às demais cidades, visto que esta, seria no discurso dos intelectuais que defendiam tal separação, uma cidade bem localizada geograficamente, pioneira em diversos eventos de independência e culturalmente desenvolvida.

Toda essa questão discursiva que perpassa por um desejo por parte da sociedade dominante do Crato, esbarra na concretude da heterogeneidade cidadina. Como a cidade se faz de forma não harmônica, mas a partir dos confrontos de ideias e de práticas, percebemos que a busca por um modelo de cidade e a padronização de um tipo cidadão, acaba por fazer da história um movimento não linear, nem apenas de continuidades, mas sim um movimento dinâmico, conflituoso e de rupturas.

As representações históricas que aqui são postas, até desenvolver a nossa própria versão sobre os fatos mencionados, foram capazes de mostrar que ao contrário das indicações oficiais, tivemos protagonistas diversos, com suas culturas, tipos e experiências diferentes na cidade. Assim, percebemos eventos como o Caldeirão dos Jesuítas e o Campo de Concentração do Buriti, durante as décadas de 1920-30.

Tendo a seca como tema, uma constatação e uma construção imagético discursiva, ao que se refere Durval Muniz de Albuquerque Júnior, verificamos a importância dessa questão passando de calamidade climatérica a uma produção pela qual busca-se promover benefícios do Governo Central. A seca, bem como alguns dos efeitos que ela traz – a migração -, começa a fazer parte teórica e empírica da formulação de projetos para a cidade, sobretudo Fortaleza.

Estas práticas de modernização e calamidade climatérica, acabam por se alinhar e ganham um discurso e uma prática que torna e que modificam sensibilidades e relações, intensificando e transformando esse problema de clima em questão política, econômica, social, cultural, enfim.

Todo discurso e toda prática, no sentido de moldar uma (ou mais) cidade(s), de fabricar um cidadão, de conduzir normas e condutas nos espaços citadinos feitos com um propósito, utilizados de maneiras distintas, são pressupostos estabelecidos na cidade, mas que opera de forma conflituosa e não passiva. Enquadramentos, funções espaciais, identificação e classificação – ou desqualificação, dependendo do que se trate e de como se queira tratar -, são postos de modo que indique quem é quem, onde podem e onde não podem circular, o que podem ou o que não podem fazer.

Os Campos de Concentração efetuados no Ceará durante a seca de 1932, existiram não como forma sistemática para atender a população pobre, “flagelada”, “retirante”, mas para conter, confinar, vigiar, disciplinar, conduzir as condutas destes que insistem em existir, ou seja, os campos de concentração aqui verificados – em específico o Campo de Concentração do Buriti – tem como principais objetivos,

controlar e disciplinar àqueles que chegavam à cidade desestruturando seu desenvolvimento, sua ordem e seu progresso.

Dessa maneira, esse trabalho não é algo finalizado, pelo contrário, lacunas e questionamentos podem ser feitos nele e a partir dele. A representação aqui posta sobre o tema levantado, se faz por uma tentativa de rever o que já foi escrito sobre o assunto, de registrar a nossa percepção, servindo como ponta pé inicial para outras produções, auxílio ou críticas. Contudo, fazemos esse trabalho em respeito aos atores da história que muitas vezes são negligenciados, tentamos mostrar seu protagonismo, às pessoas que migraram por necessidade e não por simples vontade e que participaram de forma ativa de um evento merecido de investigação crítica.

Referência Bibliográfica

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed., São Paulo: Cortez, 2011.

_____ Palavras que calcinam, palavras que dominam: A invenção da seca no Nordeste. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero, vol. 14, nº28, 1994.
ALMEIDA, Fenelon. **As vozes da seca**. Fortaleza, ACI, 1978.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: editora Ática, 1988.

AQUINO, J. Lindemberg de. **Roteiro biográfico das ruas do Crato**. Fortaleza: Casa de José de Alencar programa editorial, 1999.

ARANHA, Gervácio Batista. História e representação hoje: por uma nova mímesis? In: ARANHA, Gervácio Batisra e FARIAS, Elton John da Silva. (Org.). **Epistemologia, historiografia e linguagens**. Campina Grande: EDUFCEG, 2013.

ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos labirintos da cidade**: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza. Fortaleza: INESP, 2007.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e história**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BORGES, Raimundo de Oliveira. **A alma encantadora das ruas do Crato**.

BOTELHO, Caio Lóssio. Seca. In.: Gilmar Chaves (Org.), **Ceará de corpo e alma**: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Fortaleza, Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), 2002.

BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2010.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. 2ª. ed., Petrópolis: Vozes Ltda, 1984.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Tradução Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papyrus, 5ª. Ed. 2008.

_____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 16º ed., Petrópolis: Vozes, 2009.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: editora Autêntica 2009.

CORDEIRO, Celeste. **O Ceará na segunda metade do século XIX.** SOUZA, Simone de (Orgs.). Uma nova história do Ceará. 3ª. ed., Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** 7º ed., São Paulo: UNESP, 1999.

FACÓ, Rui. Cangaceiros e fanáticos. 6ª. ed., Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.

FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. **Crato: evolução urbana e arquitetura 1740-1960.** Fortaleza: Província edições, 2007.

FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. **História do Cariri.** Coedição Secult/edições URCA, Fortaleza: ed. UFC, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** São Paulo: graal, 2007.

_____. **História da sexualidade**, a vontade de saber. 20ª ed. São Paulo: graal, 2010.

_____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** 41ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FRANÇA JÚNIOR, Luís Celestino de. **Seca.** In. Gilmar de Carvalho (org.). Bonito para chover: ensaios sobre a cultura cearense. Fortaleza: ed., Demócrito Rocha, 2003.

FREUND, Gisèle. **Fotografia e sociedade.** Vega, 2ª edição: 1995.

GUINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.** São Paulo: Companhia das letras, 2007.

HUNT, Lynn (Org.). **A nova história cultural.** Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** 5ª. ed., São Paulo: Alfa-omega, 1986.

LIMA, Rosângela Martins. **Crato e o Campo de Concentração do Burity na Seca de 1932.** Monografia apresentada à Universidade Regional do Cariri. Crato, 2003.

MACEDO, Nertan. **Floro Bartolomeu**: o caudilho dos beatos e cangaceiros. Rio de Janeiro, 1970.

MACHADO, Arlindo. **A ilusão especular**: introdução à fotografia. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MENEZES, Edith Oliveira de; MORAIS, José Micaelson Lacerda. **Seca no nordeste**: desafios e soluções. São Paulo: Atual, 2002.

NEVES, Frederico de Castro. **Getúlio e a seca**: políticas emergenciais na era Vargas. In.: Revista brasileira de história, vol. 21, nº 40. São Paulo, 2001.

_____. **A seca na história do Ceará**. SOUZA, Simone de (Orgs.). **Uma nova história do Ceará**. 3ª. ed., Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

_____. **A seca e a cidade**: a formação da pobreza urbana em Fortaleza (1880-1900). SOUZA, Simone de e NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). **Seca**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

_____. **Curral do Bárbaros**: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). In.: Revista brasileira de história, vol. 15, nº 29. São Paulo, 1995.

OLIVENOR, José. **“Metrópole da fome”**: a cidade de Fortaleza na seca de 1877-1879. SOUZA, Simone de e NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). **Seca**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: paz e terra, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: EDUFURGS, 2002.

_____. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. In: Revista Brasileira de história – Órgão Oficial da Associação de História. São Paulo, AMPUH, vol. 27, nº53, jan-jun, 2007.

_____. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. 1ª ed., São Paulo: companhia editora nacional, 2001.

PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**. Coedição Secult/edições URCA, Fortaleza: ed. UFC, 2010.

_____. **Efemérides do Cariri**. Coedição Secult/edições URCA, Fortaleza: ed. UFC, 2010.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: contexto, 2009.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento e silêncio**. In: estudos históricos (memória). Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PONTE, Sebastião Rogério. **A belle Époque em Fortaleza**: remodelação e controle. SOUZA, Simone de (Orgs.). Uma nova história do Ceará. 3ª. ed., Fortaleza: Demócritos Rocha, 2004.

RAMINELLI, Ronald. **História Urbana**. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: ed Campus, 1997.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Juazeiro e caldeirão: espaços do sagrado e profano**. SOUZA, Simone de (Orgs.). Uma nova história do Ceará. 3ª. ed., Fortaleza: Demócritos Rocha, 2004.

Ricoeur, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução: Alan François [et tal]. Campinas, sp: Unicamp, 2007.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração no Ceará**: isolamento e poder na seca de 1932. 2ª. ed, Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da cultura e desporto do estado do Ceará, 2006.

_____. **A cidade cercada**: festa e isolamento. In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Org.) Seca. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-colônia**. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.) história Econômica do Período Colonial. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.

SOUZA, Oswaldo Alves de. **Tipos e ditos populares do Crato de ontem e de hoje e outros temas**. Crato, 2000.

SOUZA, Maria Salete de. **Ceará**: bases de fixação do povoamento e crescimento das cidades. In: Ceará: um novo olhar geográfico. SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia... [et al] – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

- SOUZA, Simone. **Da “Revolução de 30” ao Estado Novo**. SOUZA, Simone de (Orgs.). Uma nova história do Ceará. 3ª. ed., Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.
- VIANA, José Ítalo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: Memória, escrita da história e representações da cidade**. 2011. 181 f. Dissertação (mestrado em história) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, junho, 2011.
- SOUZA, Simone de e NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). **Seca**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.
- TEÓFILO, Rodolfo. **A seca de 1915**. Fortaleza. Edições UFC, 1980.
- _____ **A fome – violação**. Fortaleza. Academia cearense de letras, 1979.
- VIANA, José Ítalo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: Memória, escrita da história e representações da cidade**. 2011. 181 f. Dissertação (mestrado em história) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, junho, 2011.
- VIEIRA, Tanísio. **Seca, disciplina e urbanização: Fortaleza (1865-1879)**. In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Org.) **Seca**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.
- WOODWARD Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais Tomaz Tadeu da Silva (Org.). Stuart Hall; Kathryn Woodward. 7 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FONTES

Jornal Impresso:

O Araripe: 1919-1920

Revistas:

Revista Comemorativa das Bodas de Prata do Colégio Diocesano do Crato: 1927-1952.

Revista Fortaleza: Migração e Campos de Concentração – O povo, Fortaleza-CE, 14 de Maio de 2006.

Revista Bicentenário do Crato: 1764-1964. Direção de Oswaldo Alves de Sousa.

Entrevistas:

Raimundo de Oliveira Borges, entrevistado em 2009.

Dona Júlia Maria do nascimento, entrevistada em 2009.

Expedito Laurentino, entrevistado em 2013.

Antônio Rosafran Brito de Melo, entrevistado em 2013 e 2014.

Júlia da Costa Silva, entrevistada em 2009 e 2013.

José Alves, entrevistado em 2009.

Milton Pereira, entrevistado em 2013 e 2014.

Outras fontes:

Monografia Histórica do Crato.

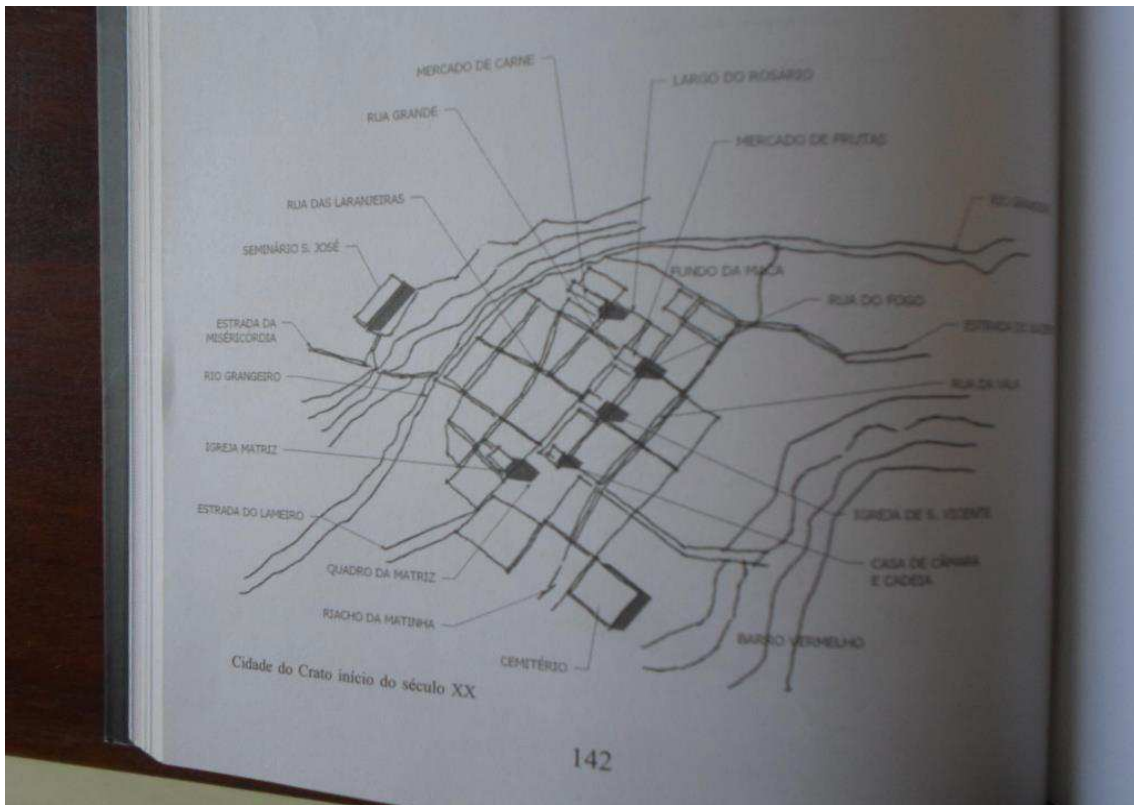
Fotografias concedida por Lúcia de Castro.

Ordem dos Penitentes: exposição – feita pelo Tenente José Góes de Campo Barros (Delegado da Ordem Política e Social).

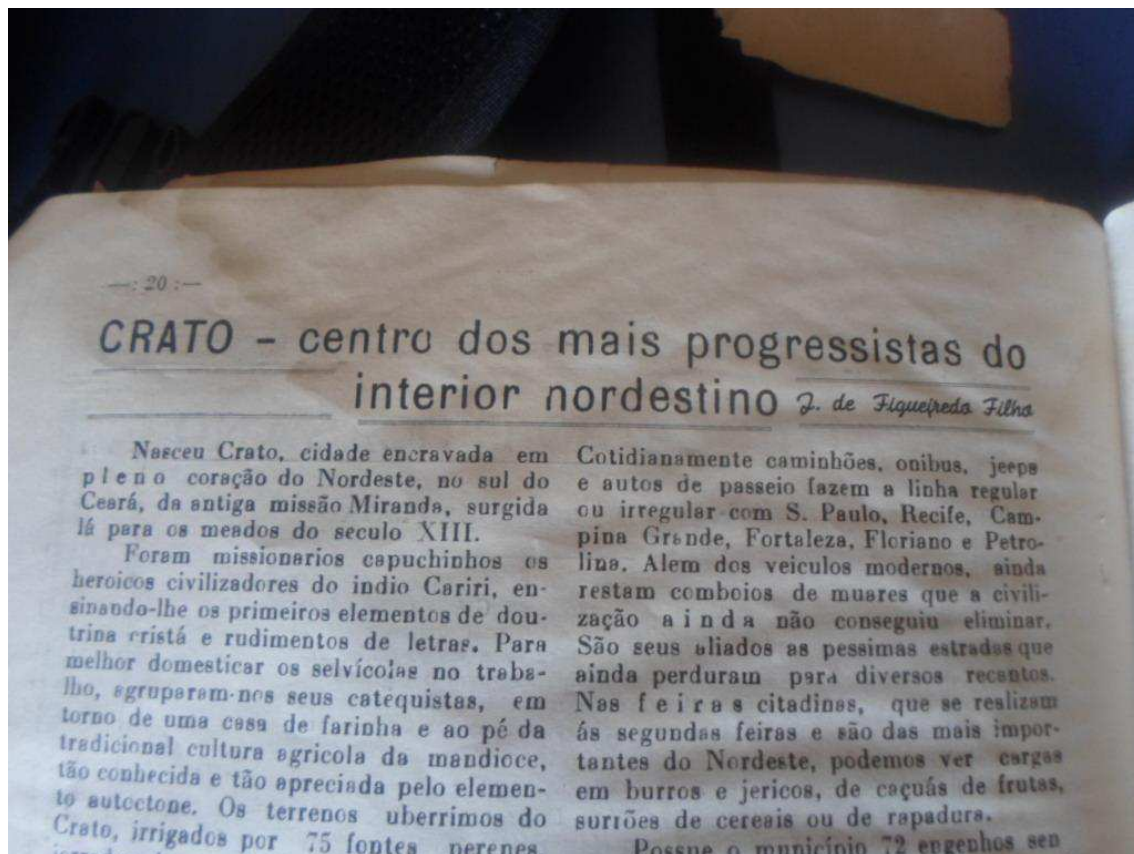
Pesquisa: Nos tempos do Caldeirão de Firmino Holanda.

Pesquisa: O Beato José Lourenço e o Caldeirão da Santa Cruz de Rosemberg Cariry.

ANEXOS



Fotografia da planta da Cidade do Crato no início do século XX, encontrada no livro “Crato: evolução urbana e arquitetura (1740-1960)” de Waldemar Arraes de Farias Filho



Matéria escrita por José Alves de Figueiredo Filho encontrada na Revista Comemorativa das Bodas de Prata do Colégio Diocesano do Crato



Fotografia da Praça 3 de Maio, em 1925, encontrada no livro "Crato: evolução urbana e arquitetura (1740-1960)" de Waldemar Arraes de Farias Filho



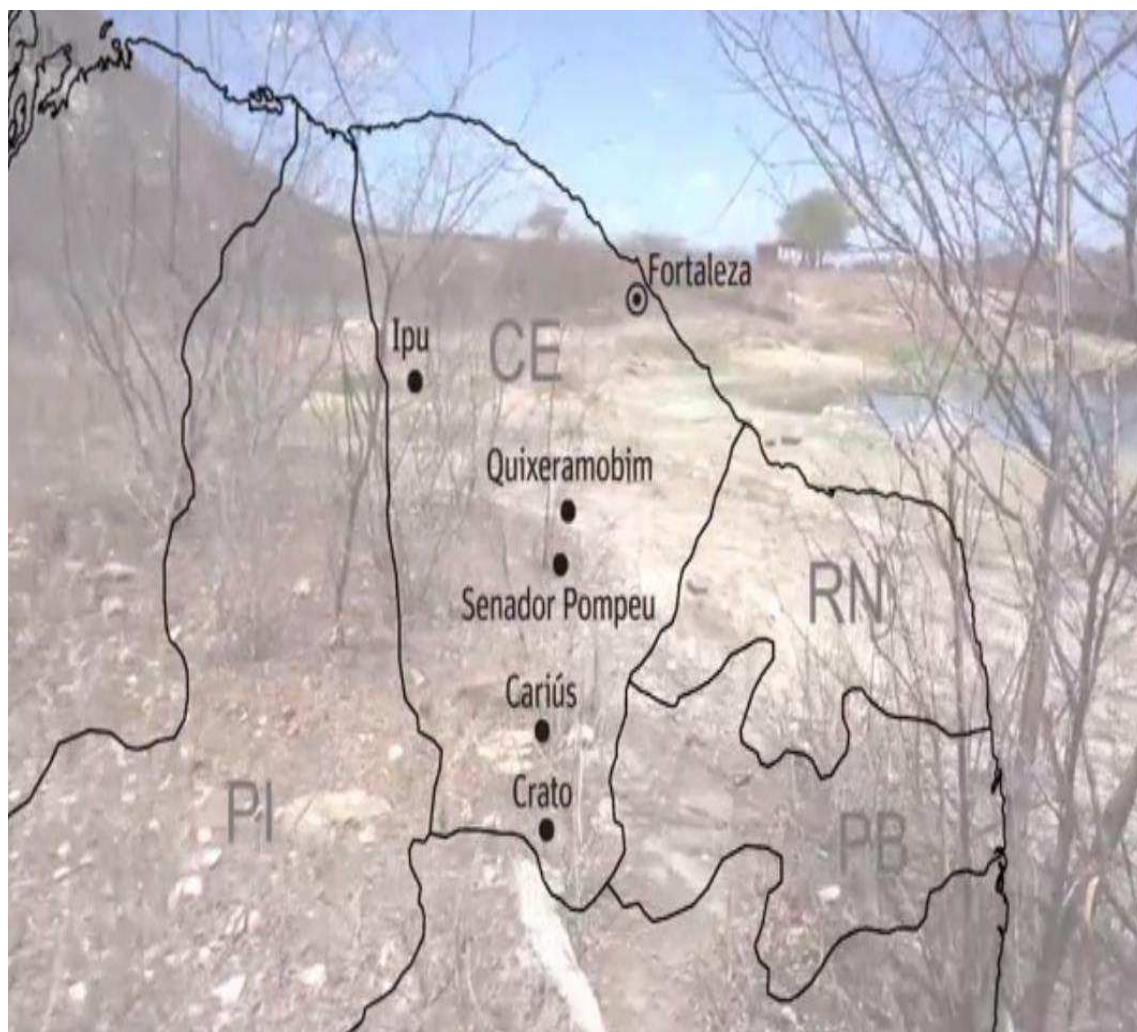
Rua do Comércio na década de 1930, encontrada no livro “Crato: evolução urbana e arquitetura (1740-1960)” de Waldemar Arraes de Farias Filho



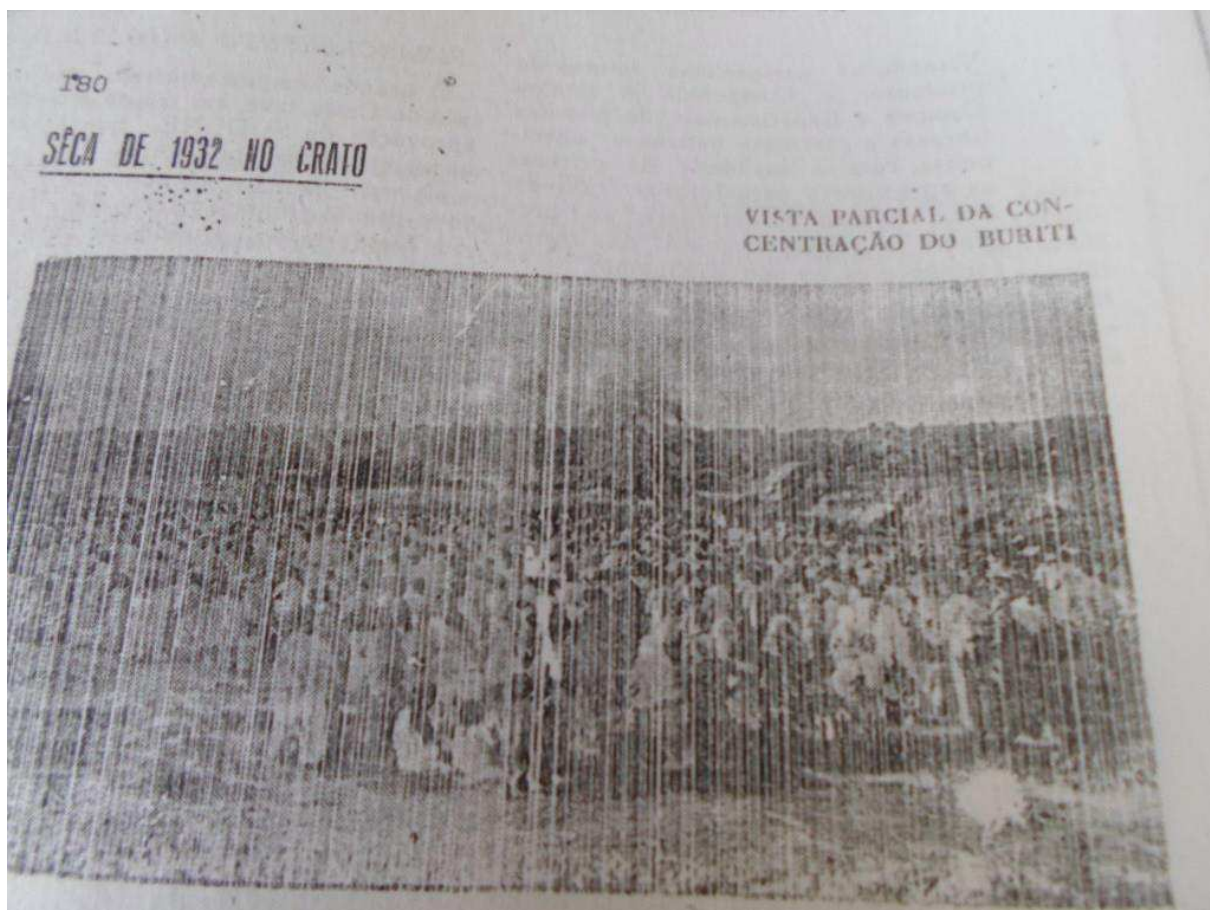
Fotografia da Rua do Fogo, na década de 1920, encontrada no livro “Crato: evolução urbana e arquitetura (1740-1960)” de Waldemar Arraes de Farias Filho



Fotografia da Estação Ferroviária na década de 1930, encontrada no livro “Crato: evolução urbana e arquitetura (1740-1960)” de Waldemar Arraes de Farias Filho



Mapa que mostra as cidades onde foram instalados os Campos de Concentração na seca de 1932 no Ceará



Fotografia com vista parcial do Campo de Concentração do Buriti, encontrada na Revista do Bicentenário do Crato.